



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DA ACADEMIA DA
FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

MAURICEIA APARECIDA DE OLIVEIRA DEMO

São Carlos - SP
2006



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A FORMAÇÃO DE OFICIAIS E AS POLÍTICAS
EDUCACIONAIS DA ACADEMIA DA
FORÇA AÉREA BRASILEIRA**

Mauriceia Aparecida de Oliveira Demo

Dissertação apresentada como exigência parcial para obtenção do Título de MESTRE em EDUCAÇÃO na área de concentração Fundamentos da Educação, à Comissão Julgadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de São Carlos, sob orientação do Prof. Dr. Amarílio Ferreira Júnior.

São Carlos - SP
2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

D383fo

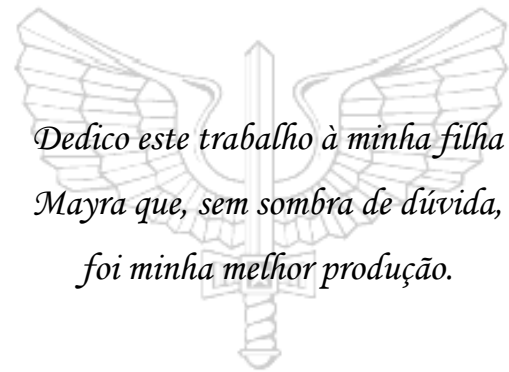
Demo, Mauriceia Aparecida de Oliveira.

A formação de oficiais e as políticas educacionais da
Academia da Força Aérea Brasileira / Mauriceia Aparecida
de Oliveira Demo. -- São Carlos : UFSCar, 2006.
142 p.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São
Carlos, 2006.

1. Currículos - avaliação. 2. Formação de oficiais. 3.
Ensino militar. 4. Aeronáutica – estudo e ensino. I. Título.

CDD: 375.006 (20ª)



*Dedico este trabalho à minha filha
Mayra que, sem sombra de dúvida,
foi minha melhor produção.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar ao meu Orientador, que além de cumprir brilhantemente seu papel, foi um grande incentivador para a realização deste trabalho. Foi a primeira pessoa que me acolheu na Universidade, sempre com muita paciência e dedicação para com esta aluna iniciante. Graças a ele consegui desabrochar as principais reflexões desta Dissertação.

Sou grata também a todos os Professores do Programa de Pós-Graduação, da área de Fundamentos da Educação, que muito contribuíram para o meu crescimento e amadurecimento como aluna e pesquisadora.

Tenho também muito a agradecer aos meus companheiros de trabalho na Academia da Força Aérea, que contribuíram para com a minha liberação para a realização do Mestrado, especialmente as chefias que tive durante este percurso: Cel Av Orlando Frison, Cel Av Eduardo Fiorillo, Cel Av Flávio Campos, Cel Av Souza Júnior, Ten Cel Av Wesler e Ten Cel Av Paulo César.

Outra contribuição valiosa que tive no âmbito da AFA foi a interlocução deste tema com profissionais e amigos que dividem comigo a preocupação com a qualidade do processo pedagógico desenvolvido nesta Academia. Muitas vezes uma “dica” ou um informal “bate-papo”, inspiraram-me profundamente e ajudaram a desenvolver o trabalho pretendido. Talvez seja injusta uma citação nominal destes colaboradores, pois a muitos companheiros tenho que agradecer, mas citarei alguns que estarão representando a todos que me ajudaram: Prof. Leomarcos, Prof^a Emília, Prof^a Teresa e Prof^a Tânia.

Uma interlocução muito importante, que me deu rumo e me incentivou muito, foi um encontro com o Prof. Dr. José Luiz Vieira de Almeida. Com muito paciência e disposição, me recebeu em sua casa, no seu momento de descanso e com suas brilhantes colocações muito me ajudou em minhas reflexões.

Agradeço ao grupo de Oficiais Pedagogos que, com sua dedicação, muito têm contribuído no processo de ensino da AFA e que, indiretamente, me ajudaram nas reflexões deste trabalho: Tenente Haroldo, Tenente Maria José, Tenente Carolina e Tenente Cristiane Baquim.

Uma participação importante na confecção desta Dissertação: Sargento Juliana Ouropreto e Cabo Alex Martins, que me deram um grande apoio nas questões formalísticas.

Agradeço ao empenho da Prof^a Conceição que, no intuito de realizar uma correção ortográfica e gramatical, também colaborou com idéias e reflexões para o conteúdo do texto.

Para que tudo isto pudesse ser realizado, na minha retaguarda estava sempre um apoio imprescindível: a minha família. Estas pessoas, que sempre me recebem com todo carinho, souberam compreender minhas ausências e angústias, que por várias vezes me privaram do seu convívio, principalmente minha filha Mayra. Esta valente menina, minha fiel companheira, agüentou firme o difícil período da realização deste Mestrado.

Finalmente meu agradecimento especial é dedicado a minha grande amiga, e principal colaboradora no produto final desta pesquisa: Cristiane Baquim. Foi esta amiga que me segurou nos momentos mais difíceis que atravessei nesta longa jornada, principalmente no tumultuado período final. Sem sua ajuda eu não conseguiria avistar o final do percurso. A ela serei sempre grata!

O AVIÃO FANTASMA DOS AFONSOS

Nélson de Araújo Lima

Sossego... Solidão... A madrugada
Deserta, fria, intérmina e estrelada.
O silêncio letárgico, profundo.
Ao longe, estaca o vulto azul da serra...
Numa carícia envolve toda a terra,
O luar mais bonito deste mundo!

O Campo dos Afonsos dorme. Errante,
A lua, no infinito, vai rondando
Um céu maravilhoso, deslumbrante!
E a sonharem, talvez, lindos sonharem,
Os aviões parecem dormitando
Na penumbra dormente dos “hangares”.

De repente, ressoa vão e incerto
O ruído de um motor... Agora perto,
Rasgando o tênue manto da neblina,
Fantástico avião branco aparece,
Plana e depois serenamente desce,
Aterrando, de manso, na campina!

É o avião fantasma! Nunca o viste
Por uma noite assim, gélida e triste,
Pairando, solitário, na amplidão?
Pois, nessas noites enluaradas, calmas,
Ele anda errante transportando as almas
Dos que morreram pela Aviação!

Ei-lo que “rola” e finalmente pára...
E, de seu bordo, um cântico dolente
Vem surpreender a madrugada clara!
É coro dos mártires; ouvindo-o,
Tudo emudece, religiosamente,
E o luar é mais alvo e o céu mais lindo!

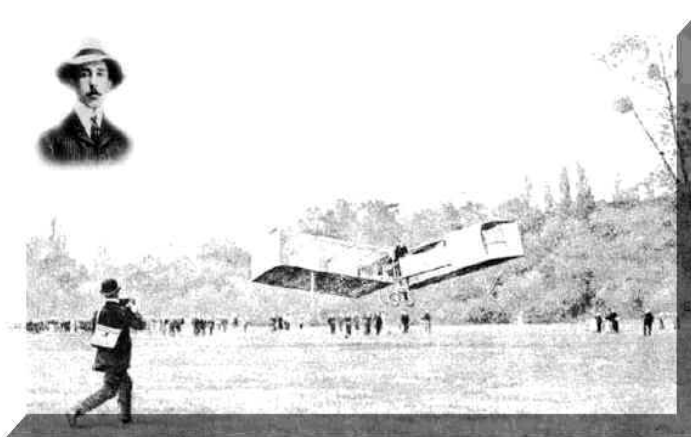
Ao som da melodia que flutua,
Se extasia, encantada, a própria lua,
Escutando essa antifona do além...
O vento geme; a madrugada é fria
E na luz do luar vaga a harmonia
De um plangente noturno de Chopin!

Aviação! Aviação que tanto amamos!
 Sonho resplandecente que sonhamos,
 Ouve esta nossa imorredoura voz!
 A morte nos ceifou – Que morte bela!
 Mas eis que em nossas almas se revela
 Este amor imortal de todos nós!

Quantas vezes, contigo nós seguimos
 Pelo infinito azul, dia após dia,
 Desde o instante glorioso em que partimos!
 E nas manhãs de sol e de esplendores,
 Cantamos hinos, plenos de alegria,
 Na cadência vibrante dos motores!

Por tua Glória – nossa mesma Glória
 Deixando na outra vida transitória,
 Da juventude o sol primaveril,
 Partimos, um por um, à imensidade,
 Sorrindo cheios de felicidade
 Ao morrer pelas asas do Brasil!

Finda-se a melodia... A madrugada,
 Deserta e fria, intérmina e estrelada...
 O vento geme salmos e responsos...
 E no seu sono, agora mais profundo,
 Sob o luar mais bonito deste mundo,
 Dorme tranqüilo o Campo dos Afonsos!¹



Por este berço da Academia da Força Aérea, muitos foram os combatentes que iniciaram sua carreira e decidiram que viver pela Pátria era uma escolha não só de vida, mas também de amor. Que nossos oficiais, de hoje e de sempre, mantenham acesa em seu peito a chama do patriotismo conseqüente, da eficiência prudente, do orgulho recatado e da esperança em dias de paz.

¹ WANDERLEY, Nelson Freire Lavenère. *História da Força Aérea Brasileira*, p. 202 e 203.

RESUMO

Neste trabalho estão apresentados dados históricos sobre a Academia da Força Aérea, a partir da sua transferência para Pirassununga até os dias atuais. Enfatiza-se principalmente uma retomada das alterações curriculares ocorridas neste período, refletindo-se sobre como e porque estas ocorreram. Encontra-se aqui descrito como se deu a implantação do Curso de Administração nesta Academia, questionando-se suas possíveis causas e conseqüências. O objetivo deste trabalho é, principalmente, provocar a reflexão sobre qual deve ser o perfil do militar em nossa sociedade, o que esta sociedade espera de seus militares e como deve ocorrer a formação dos Oficiais da Força Aérea Brasileira para que estes possam desenvolver seu principal papel.

ABSTRACT

Through this paper, the historic data about the Academia da Força Aérea is shown, from its transfer to Pirassununga until today. It emphasizes mainly a retaking of the curricular changings occured in this period, considering how and why these one happened. It describes, hereby, how the Administration Bussiness Course was set in this Academia, questioning their possible causes and consequences. The goal of this work is, mainly, to provoke a reflection about what should be the military profile in our society, what this society expects from their military people and how the Força Aérea Oficial's education should be so they can develop their main role.

LISTA DE SIGLAS

AFA	- Academia da Força Aérea
CECAER	- Comissão de Estudos e Construção da Escola de Aeronáutica
CFOAV	- Curso de Formação de Oficiais Aviadores
CFOINF	- Curso de Formação de Oficiais de Infantaria
CFOINT	- Curso de Formação de Oficiais Intendentes
CIAAR	- Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica
CIEAR	- Centro de Instrução e Especialização da Aeronáutica
DEPENS	- Departamento de Ensino da Aeronáutica
DOU	- Diário Oficial da União
EAOAR	- Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica
EEAR	- Escola de Especialistas de Aeronáutica
EIA	- Esquadrão de Instrução Aérea
EOEIG	- Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda
EPCAR	- Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica
FAAER	- Faculdade de Administração da Aeronáutica
FAB	- Força Aérea Brasileira
ICA	- Instrução do Comando da Aeronáutica
ITA	- Instituto Tecnológico da Aeronáutica
MEC	- Ministério da Educação
PDE	- Padrão de Desempenho de Especialidade
PTE	- Plano de Trabalho Escolar
PUC	- Pontifícia Universidade Católica
PUD	- Plano de Unidades Didáticas
QFOAV	- Quadro de Formação de Oficiais Aviadores
QOINF	- Quadro de Oficiais de Infantaria
QOINT	- Quadro de Oficiais Intendentes
SIAFI	- Sistema Integrado de Administração Financeira
UNESP	- Universidade Estadual de São Paulo
UNIFA	- Universidade da Força Aérea

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	07
1. HISTÓRICO DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA EM PIRASSUNUNGA	17
1.1 – Apresentando a Academia da Força Aérea.....	18
1.2 – A Academia da Força Aérea como instituição de ensino.....	20
1.3 – A estrutura da Academia da Força Aérea.....	25
1.4 – Os cursos da Academia da Força Aérea.....	33
1.5 – As modificações curriculares realizadas nos cursos de formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira.....	50
2. AS ATUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA	65
2.1 – A implantação do curso de Administração.....	74
2.1.1 – O excessivo aumento nas grades curriculares.....	74
2.1.1.1 – Grade curricular do CFOINT.....	77
2.1.1.2 – Grade curricular do CFOINF.....	83
2.1.1.3 – Grade curricular do CFOAV.....	87
2.1.2 – Outras etapas do processo.....	93
2.1.3 – Nova estrutura da divisão de ensino da Academia da Força Aérea.....	101
3. A FORMAÇÃO GERAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA	106
3.1 – Teoria geral do currículo.....	106
3.2 – A utilização do termo currículo.....	108
3.3 – A construção de um currículo escolar.....	121

CONCLUSÃO.....	131
FONTES.....	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	139
ANEXOS.....	142

INTRODUÇÃO

MILITAR: 1. Seguir a carreira das armas. 2. Fazer guerra; combater. 3. Seguir e defender as idéias dum grupo político, religioso, etc.

OFICIAL: Qualquer militar das Forças Armadas ou da polícia que exerce certo grau de comando e de nível hierárquico acima de aspirante (no Exército, na Aeronáutica e na Polícia Militar) ou de guarda-marinha (na Marinha de Guerra).

Dicionário Aurélio, 2000

Ao longo da história da humanidade, quer seja em momentos de paz, mas especialmente em episódios de contendas bélicas envolvendo os mais distintos povos, o homem que se dedica a seguir a carreira das armas – o militar – foi aclamado e criticado, exaltado e combatido, compreendido e desprezado, vangloriado e vilipendiado. Podemos, de um modo geral, dizer que essa relação contraditória do povo com os combatentes que o representam é fruto da própria contradição inerente à natureza humana, que deseja ver assegurados seus interesses, sua segurança e a paz, mas que não espera ter que matar e/ou morrer para atingir esse objetivo. Mas sei que esta é uma questão um pouco mais complexa e polêmica.

De qualquer forma, fosse qual fosse o motivo originário do conflito – político, religioso, econômico, imperialista, loucura egocêntrica, etc. – esse combatente era convocado para engrossar as fileiras e defender a causa comum aos seus. Para tanto, desde os primórdios, este sujeito deveria ter a capacidade de pronto-emprego e, por isto, mantinha-se física e emocionalmente preparado para o combate, ou seja, era “adestrado” na e para a arte da guerra. Arte sim, visto que adquiriam habilidade e destreza para lidar com as armas, engenhosidade para prever os passos do inimigo e prover sua tropa com estratégias de combate e defesa, capacidade de discernimento e a eloquência necessária em

momentos nos quais a guerra de palavras é mais eficaz: a diplomacia pode não ser o caminho mais curto, mas certamente é o menos doloroso e desumano de se trilhar. Esses conhecimentos, assim, eram eleitos como essenciais na formação do militar guerreiro e/ou estrategista.

Não obstante todas as mudanças ocorridas no mundo desde que o primeiro homem pegou em armas para combater ou defender seus interesses, é inevitável reconhecermos que a importância dos militares na sociedade a que pertencem continua inalterada.

Dotados praticamente do monopólio das armas, possuindo uma sofisticada rede de comunicações e construídos como uma organização altamente consciente de seu propósito, os militares continuam a ser um aspecto predominante na sociedade contemporânea. Dados o estado de espírito, a motivação e a disposição, os militares podem interferir no domínio do poder civil. De maneira mais geral, continuam a ser um importante usuário de recursos escassos, convidando com isso a discussões críticas sobre seu papel na sociedade contemporânea.²

Nesta perspectiva de contribuição às inúmeras discussões já elaboradas, algumas até contribuindo com a análise que aqui proponho³, e na perspectiva de que muitas ainda virão, é que me empenhei em desenvolver esse trabalho acadêmico-científico, já que a realidade, com suas contradições, me instigou, levando-me a formular questionamentos no âmbito do trabalho que realizava no dia-a-dia de uma academia de formação de oficiais, a Academia da Força Aérea (AFA), constituindo-se a própria pesquisadora como sujeito-objeto da pesquisa, visto que me encontrava imbricada nas malhas do exercício militar enquanto Oficial especialista do Quadro Complementar da Força Aérea Brasileira (FAB).

² OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 469.

³ Sobre este assunto é interessante observar os trabalhos de Antônio Carlos W. Ludwig (1981 e 1992), Emília Emi Takahashi (2002), Ilacyr Luiz Gualazzi (1985) e Tânia Regina Pires de G. T. Oliveira (2001 e 2004), que foram realizados no âmbito da Academia da Força Aérea.

Tais questionamentos dizem respeito, essencialmente, à minha preocupação com a formação de oficiais da FAB, mas diferentemente daquela sugerida por Ludwig (1992) que enfatiza que a educação militar, assim como a educação de um modo geral, é também responsável pela reprodução do sistema sócio-econômico vigente e que, portanto, mantém a classe dominante imperando sobre a classe dominada. Destaca ainda que a prática da educação reprodutivista ocorre pelo fato de que o tipo de ensino nas escolas militares se dá de forma autoritária, dentro de um rígido sistema de hierarquia e disciplina, em que os alunos estão fadados a obedecerem sempre sem terem oportunidade de questionar. Como dito anteriormente, não apontarei uma discordância com este ponto de vista, mas apenas buscarei acrescentar, sob uma perspectiva diferente, as minhas análises.

Desta forma, este trabalho sugere que a educação militar apresenta-se atualmente como um reflexo da situação na qual encontra-se a própria sociedade, o que obviamente inclui sua reprodução, mas pautando-me especialmente na questão da elaboração dos currículos e da seleção dos conteúdos que neles foram inseridos e, portanto, desenvolvidos no âmbito da sala de aula. Quais são os conhecimentos que hoje devemos eleger para formar o oficial dos quadros da FAB? Qual o sentido das inúmeras alterações curriculares? Qual o perfil de militar que pretendemos preencher?

Segundo Outhwaite e Bottomore: *“Convencionalmente, a análise dos militares está ligada a três temas principais; primeiro, o status dos militares como organização; segundo, seu papel como profissão; e, finalmente, sua relação com a sociedade a que pertencem.”*⁴

O primeiro tema, inevitavelmente, nos faz enxergar a estrutura da organização burocratizada que representa qualquer força armada, com seus níveis

⁴ OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 468.

hierárquicos muito bem determinados e cujos cargos de execução sempre serão sucedidos por outros com chefias mais graduadas e centralizadas.

O modelo é simples. A hierarquia apóia-se sobre uma ampla base de recrutas essencialmente sem especialização, sob o comando de um oficial, assistido por alguns suboficiais de confiança para supervisionar a execução de ordens. A cada sucessivo escalão ou grau, existe um oficial de patente mais elevada.⁵

Essa estrutura hierarquizada, entretanto, confronta-se com a própria dinâmica da carreira militar, que prevê as constantes transferências dos militares entre as unidades, a fim de que experimentem um pouco do trabalho desenvolvido em cada uma e compreendam a estrutura da Força de um modo mais amplo. Essa constante mudança faz com que um tenente-coronel, por exemplo, em uma Organização Militar (OM) com ênfase no ensino, seja chefe de uma seção na Divisão de Ensino e em outra comande um esquadrão de vôo, o que, evidentemente, requer conhecimentos de assuntos referentes a áreas distintas. Essa particularidade da profissão torna mais complexa a questão da hierarquia, já que, não sendo humanamente possível a um oficial ter domínio de conhecimento sobre todos os campos do saber, irá necessitar de especialistas para assisti-lo no controle e chefia da unidade.

Esses especialistas, com certeza, são profissionais, o que nos remete ao segundo tema proposto. Enquanto profissionais, podemos afirmar que temos vivenciado um processo ininterrupto de mudanças no perfil dimensionado para atender as Forças Armadas, em decorrência da própria dinâmica do tempo e das relações sócio-econômicas que são estabelecidas nos determinados momentos históricos. A própria estrutura da guerra automatizada, por exemplo, na perspectiva de Janowitz (1967), deixou os militares mais

⁵ OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 468.

civis, dada a necessidade de contratação de civis capazes de lidar com a rapidez da evolução tecnológica, possibilitando que as Forças Armadas acompanhassem essa revolução. Mas é importante destacar que, mesmo diante desse dilema, a profissão militar prevê “*a necessidade de manter a prontidão de combate e de desenvolver centros de resistência após o irrompimento das hostilidades, assegurando a contínua importância da organização e da autoridade militares.*”⁶

Concluimos com Outhwaite e Bottomore, analisando o trabalho de Janowitz, que:

*Ao mesmo tempo que reconhece as características que fazem dos militares uma profissão – especialização, longa instrução, identidade de grupo, ética e padrões de desempenho - , ele identifica a profissão não como um modelo estático, mas como uma instituição dinâmica que muda no decorrer do tempo em resposta a mudanças de condições. (...) Mais especificamente, implica que as Forças Armadas estão vivenciando uma transformação de longo prazo rumo à convergência com as estruturas e normas civis.*⁷

Essa aproximação, convergente com as estruturas e normas civis, poderia explicar a implantação do curso de Administração na AFA? Haveria outras explicações capazes de responder porque os militares estão hoje passando de um formato organizacional predominantemente *institucional* para outro formato que está se tornando cada vez mais *ocupacional*?⁸ O ambiente internacional, conforme desenho elaborado em nossa Política de Defesa Nacional, tem influenciado nas decisões sobre o currículo a ser adotado na AFA? O que a sociedade brasileira, enquanto mantenedora financeira das Forças Armadas, espera dos futuros comandantes da FAB?

Essa última questão, mais do que mera especulação nos permite retomar o terceiro tema, buscando identificar se há um entendimento por parte da sociedade brasileira

⁶ JANOWITZ, M. *O soldado profissional: estudo social e político*, p.37.

⁷ OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 469.

⁸ Cf. MOSCOS, citado por OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*, p. 469.

sobre o objetivo e o papel das Forças Armadas, a sua manutenção em tempos de paz, o estranhamento perpetuado pelo preconceito oriundo do período militar, o parco investimento do Estado nesse setor estratégico sem que a sociedade se manifeste a respeito, dentre tantas outras análises que constarão no desenvolvimento desse trabalho investigativo.

Interessa-me mostrar que, inserida nessa contextualização, encontra-se a Academia da Força Aérea, onde os reflexos destes fatores surgem nitidamente nas decisões que vêm sendo tomadas em relação à formação dos oficiais que por ali passam. Atualmente ocorre uma alteração significativa nos cursos oferecidos por esta Instituição, como analisarei no decorrer desta dissertação, que favorece a formação de burocratas em detrimento do oficial militar, preparado para o combate.⁹

Buscarei compreender a política de formação dos cadetes, dentro da totalidade do processo histórico brasileiro e, neste sentido, pretendo chegar a conclusões que contribuam em futuras elaborações de propostas de definições para essa formação, além da contribuição ao estudo organizacional das Forças Armadas tão escasso no mundo acadêmico.

Para atingir o objetivo de obter uma ampla e profunda compreensão da política educacional da AFA, especialmente no que diz respeito às mudanças curriculares costumeiramente realizadas, estructurei os capítulos desta dissertação da seguinte forma:

- **Capítulo I**, que contém uma narrativa sobre a história da AFA em Pirassununga, descrevendo como se deu sua transferência da Escola de Aeronáutica,

⁹ Destacam-se os trabalhos de HUNTINGTON (1996) e JANOWITZ (1967), inspiradores para essa discussão, pois enfatizam a necessidade de modernização das Forças Armadas, tendo em vista o desenvolvimento da tecnologia, sem entretanto, desprezar o preparo para a guerra como principal atribuição de um militar, ou seja, é importante acompanhar as mudanças na sociedade, mas a ênfase do ensino não pode recair apenas na formação intelectual.

situada no Campo dos Afonsos (Rio de Janeiro). Além desta narrativa, tracei uma descrição sobre a estrutura física e administrativa da AFA no intuito de proporcionar ao leitor um maior conhecimento da Instituição a ser analisada. Finalmente realizei um levantamento sobre as alterações curriculares ocorridas nos Cursos da AFA, desde a sua implantação em Pirassununga, e uma reflexão sobre o modo como se deram essas alterações.

- **Capítulo II**, que descreve os atuais acontecimentos na AFA, em relação à implantação do Curso de Administração, além de outras mudanças ocorridas. Procurei trazer na narrativa deste capítulo uma reflexão sobre esses acontecimentos e as possíveis conseqüências destes fatos na formação do Oficial da FAB.

- **Capítulo III** apresenta uma teorização sobre as concepções que dão suporte à construção de um currículo escolar e todas as implicações que um processo como este envolve. Baseando-me em autores que defendem um posicionamento com o qual tenho afinidade, procurei embasar os argumentos em relação à minha posição, enquanto participante do processo de definição de um Plano para a formação do Oficial da FAB, que atenda às reais necessidades deste na missão que deverá cumprir após sua formação.

Dedicar-me a este trabalho, estudando o percurso da Instituição no país, por meio de documentos oficiais e registros históricos, é algo que me desafiou, principalmente por acreditar que, como educadora que sou, devo contribuir para com a formação dos oficiais da FAB e, desta forma, para o sistema de ensino que compõe o mosaico da educação na sociedade brasileira.

O início...

Quando cheguei à Academia da Força Aérea em 1999, fui designada para trabalhar na Seção de Planejamento, ou seja, na Seção responsável pela coordenação das propostas pedagógicas e pela organização dos documentos referentes ao Ensino. Desde então, pude participar das discussões e dos impasses em torno de definições sobre o caminho a ser traçado na formação dos cadetes.

Segundo relato de Gualazzi, em sua dissertação de mestrado, apresentada em 1985 à Universidade Metodista de Piracicaba, intitulada “O Oficial Subalterno da Força Aérea Brasileira”:

Não é recente a preocupação com a formação de Oficiais que melhor satisfaçam as necessidades de uma moderna Força Aérea. Os analistas das organizações militares coincidem em suas opiniões quanto à conveniência de terem eles uma formação voltada para a hierarquia, disciplina, espírito militar, liderança, espírito combativo, direção e humanidades.¹⁰

Por meio de minha atuação, como Oficial Pedagoga da Seção de Planejamento da AFA, participante, portanto, da coordenação dos trabalhos voltados para a definição de metas a serem atingidas na formação dos cadetes desta Instituição, constatei que não havia clareza sobre as diretrizes do Comando da Aeronáutica em relação à formação dos oficiais, principalmente dos aviadores. A prova maior dessa constatação está no fato de que este Comando só havia aprovado para o Quadro de Oficiais de Infantaria (QOInf) o “Padrão de Desempenho de Especialidade” (PDE), documento interno da Força Aérea Brasileira no qual se define o perfil esperado para o oficial, nos determinados postos que irá ocupar durante sua carreira. É este documento que:

¹⁰ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 57.

(...) estabelece as atribuições e os conhecimentos dos militares, após a conclusão dos cursos de formação e de pós-formação de carreira, que se constituem no perfil ocupacional desses militares, servindo de embasamento para a confecção dos currículos dos cursos e de parâmetros para a avaliação de desempenho dos militares.¹¹

Ainda em 1999, foi aprovado este documento para o Quadro de Oficiais Intendentes (QOInt), que dá embasamento para a confecção do currículo do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT), mas deixaram indefinido o PDE do Quadro de Oficiais Aviadores (QFOAv), que serviria de base para o currículo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), que é o curso que forma os Oficiais para o principal quadro da FAB.

Durante minha pesquisa, uma descoberta causou grande surpresa, pois fui informada que o PDE do QFOAv teria sido aprovado em 12 de abril de 2002¹², porém este fato não era conhecido por nenhum elemento da Divisão de Ensino da AFA, além de que o documento foi definido após a aprovação do Currículo Mínimo em vigor para o CFOAV. Atualmente esses documentos, para os três quadros estão desatualizados devido à mudança no enfoque dos Currículos, com a implantação do Curso de Administração.

Como participante dos trabalhos que irão definir as ações necessárias na formação dos oficiais, percebi uma rica fonte de pesquisa, envolvendo questões de amplo interesse da FAB e da sociedade brasileira, pois diz respeito aos rumos da formação e da futura atuação dos oficiais da Aeronáutica.

¹¹ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-4. *Padrão de desempenho de especialidade para o quadro de oficiais de infantaria*, p. 7.

¹² BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-6. *Padrão de desempenho de especialidade para o quadro de oficiais aviadores*.

Desta forma, a hipótese apresentada neste trabalho é de que a situação vivida hoje na AFA tem ligação direta com a situação político-econômica de nosso país e com a crise da identidade militar decorrente dessa. Nesse sentido, inicio essa discussão enfocando o histórico desta importante Instituição, situando-a nos marcos do tempo e também de sua localização espacial, visando traçar o caminho que ela percorreu até chegar neste limiar do século XXI.

1. HISTÓRICO DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA EM PIRASSUNUNGA

Com a finalidade de buscar subsídios para o estudo a que me proponho, ou seja, uma reflexão sobre as alterações curriculares ocorridas na AFA, acredito na importância de um conhecimento mais profundo sobre os fatos históricos que marcaram a sua trajetória, na cidade de Pirassununga, e também sobre as condições em que se deram as mudanças dos Cursos para a AFA, desde suas origens, até uma análise da situação atual.

No entanto, o problema consiste em saber não apenas como vemos o mundo, mas também como o compreendemos e o explicamos. Se captamos o mundo como movimento e mudança (como transformação), devemos conseqüentemente considerar o que existe atualmente como resultado de mutações acontecidas no passado (portanto, a transformação como processo histórico objetivo) e como ponto de partida das mutações donde surgirá o futuro.¹³

Atendendo à premissa da ciência da história, ou seja, a importância de se entender um fato, levando-se em conta sua evolução histórica, vista e explicada de determinado ângulo, no panorama dos diferentes momentos em que se desenvolveu, para poder entender este mesmo fato no momento atual, como conseqüência desta evolução, farei uma descrição dos Cursos oferecidos pela AFA, com suas constantes modificações, além das condições em que estas modificações ocorreram. Farei uma descrição sobre a história da Academia da Força Aérea em Pirassununga, identificando sua estrutura inicial e a situação desta estrutura nos dias de hoje, pois, como nos explica Schaff, para o historicismo não só importa o estudo da gênese do objeto, mas também se deve considerar o estudo da estrutura estática deste objeto.

De acordo com este enfoque, sobre a importância do estudo das Forças Armadas do ponto de vista organizacional, encontramos Carvalho, que desenvolve sua

¹³ SCHAFF, Adam. *História e verdade*, p. 189.

pesquisa enfatizando a necessidade de conhecermos a estrutura existente na instituição militar, assim como a sua evolução histórica, para podermos analisar sua atuação em nossa sociedade, evitando assim análises que *“atribuam aprioristicamente determinados papéis políticos às Forças Armadas.”*¹⁴

A importância da visão histórica, como coloca Saviani, está também no fato de que a: *“(...) descrição e interpretação de acontecimentos e fenômenos, revelam certas regularidades que permitem o estabelecimento de algumas generalizações.”*¹⁵ Dessa forma, acredito que, através da busca em documentos que marcaram os diferentes momentos em que as definições eram apresentadas e da comparação entre estes diferentes momentos, este conteúdo possa fornecer subsídios para uma reflexão sobre o impacto causado na formação oferecida pelos Cursos da AFA.

1.1 APRESENTANDO A ACADEMIA DA FORÇA AÉREA

A Academia da Força Aérea, inicialmente denominada Escola de Aeronáutica do Campo dos Afonsos, foi criada pelo Decreto-Lei nº 3.142, de 25/03/1941, é uma Instituição militar de ensino superior da Aeronáutica, situada em Pirassununga - SP, com características peculiares, devido ao seu papel específico:



a finalidade de formar Oficiais da Ativa da Força Aérea Brasileira, dos quadros de Aviadores, de Intendentes e de Infantaria. Por isso, sua missão visa: *“...a formação militar,*

¹⁴ CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. p. 13.

¹⁵ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 46.

intelectual, profissional, moral, cívica e social do futuro Oficial da Aeronáutica.” (Portaria DEPENS nº 37-T/DE-2, de 13 de maio de 1999).¹⁶

Inicialmente, a AFA era subordinada à Diretoria de Ensino, que por sua vez era subordinada ao Comando Geral de Pessoal, até o ano de 1984. Nesse mesmo ano, foi extinta a Diretoria de Ensino da Aeronáutica e criado o Departamento de Ensino da Aeronáutica (DEPENS), situando-se em Brasília, subordinado diretamente ao Ministério da Aeronáutica. Esse Departamento passou a ser o órgão que coordena o Sistema de Ensino da Força Aérea Brasileira, ao qual a AFA está subordinada atualmente. É também este Departamento que aprova os principais documentos que regulamentam os cursos oferecidos pela Academia.

A AFA compõe o quadro do Sistema de Ensino da Aeronáutica, juntamente com outras Organizações de Ensino também subordinadas ao DEPENS: Escola de Formação de Cabos e Sargentos (EEAR) em Guaratinguetá – (SP), Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR) em Belo Horizonte – (MG), Universidade da Força Aérea (UNIFA) no Rio de Janeiro – (RJ), Centro de Instrução e Especialização da Aeronáutica (CIEAR) no Rio de Janeiro – (RJ), Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR) no Rio de Janeiro – (RJ) e Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica (EPCAR) em Barbacena – (MG).

A história desta importante escola de formação, também conhecida como “Ninho das Águias”, desde sua criação no Campo dos Afonsos, Rio de Janeiro, até a sua

¹⁶ Cf. TAKAHASHI, Emília Emi. *Homens e mulheres em campo* – um estudo sobre a formação da identidade militar, p.81. Quero destacar que esta obra foi uma importante fonte de inspiração na realização desta dissertação.

transferência para a cidade de Pirassununga, que foi escolhida pelas excelentes características topográficas e climáticas, pela sua localização geográfica, além do que esta mudança resolveria o problema do tumultuado trânsito aéreo que existia no Rio de Janeiro, será destacada a seguir.

1.2 A ACADEMIA DA FORÇA AÉREA COMO INSTITUIÇÃO DE ENSINO¹⁷

Em 1913, era criada a primeira Escola de Aviação Brasileira, mas seus trabalhos foram interrompidos pela Primeira Guerra Mundial. A continuidade da formação de pilotos é retomada em 1916, no governo do Presidente da República Wenceslau Braz, com a criação da Escola de Aviação Naval, ano em que também se forma a primeira turma de aviadores navais.

A Escola de Aviação Naval foi considerada o primeiro núcleo militar de aviação brasileira. Foi também, nesse momento, que o então Ministro da Marinha, Almirante Alexandrino Faria de Alencar, realizou a aquisição dos primeiros aviões militares brasileiros. Em 10 de julho de 1919, o Campo dos Afonsos foi o local que passou a abrigar a Escola de Aviação Militar, criada pelo Exército Brasileiro, tendo como primeiro comandante o Tenente-Coronel Estanislau Vieira Pamplona. Com o fim da 1ª Guerra Mundial, o Exército dá início à formação de aviadores militares, tendo sua primeira turma de Pilotos Militares, da Arma de Aviação do Exército, formada em 22 de janeiro de 1920.

¹⁷ As informações sobre a história apresentada neste capítulo foram fornecidas por textos da Seção de Comunicação Social da Academia da Força Aérea e pela Subdivisão de Instrução Técnico-Especializada da Divisão de Ensino.

Em 1941, a Escola de Aviação Naval e a Escola de Aviação Militar foram extintas, após a criação do Ministério da Aeronáutica, por meio do Decreto Lei 2.961, de 20 de janeiro de 1941 (DOU nº 16, 24 jan. 1941), e da Escola de Aeronáutica, Decreto Lei 3.142, de 25 de março de 1941. O Ministério da Aeronáutica e a Escola de Aeronáutica são criados com o objetivo de centralizar e intensificar o ritmo da formação de pessoal. A necessidade de acelerar a formação de pessoal, tanto de Oficiais Aviadores como também do pessoal da manutenção dos aviões, tornou-se premente, em decorrência da 2ª Guerra Mundial.

Em 1942, foi nomeada uma Comissão de Oficiais para a escolha de um novo local para a Escola de Aeronáutica, isento das limitações do Campo dos Afonsos, como por exemplo, o intenso tráfego aéreo. Inicialmente houve a escolha do interior do Estado de São Paulo e a seleção ficou entre as cidades de Rio Claro, Campinas, Pirassununga e Ribeirão Preto. Nesse mesmo ano, Pirassununga foi escolhida. Em 1944 começam a ser desapropriadas as terras no Município de Pirassununga, para a construção da nova Escola de Aeronáutica e, em 1949, o Ministério da Aeronáutica designou uma comissão para apresentar um Projeto sobre a nova Escola.



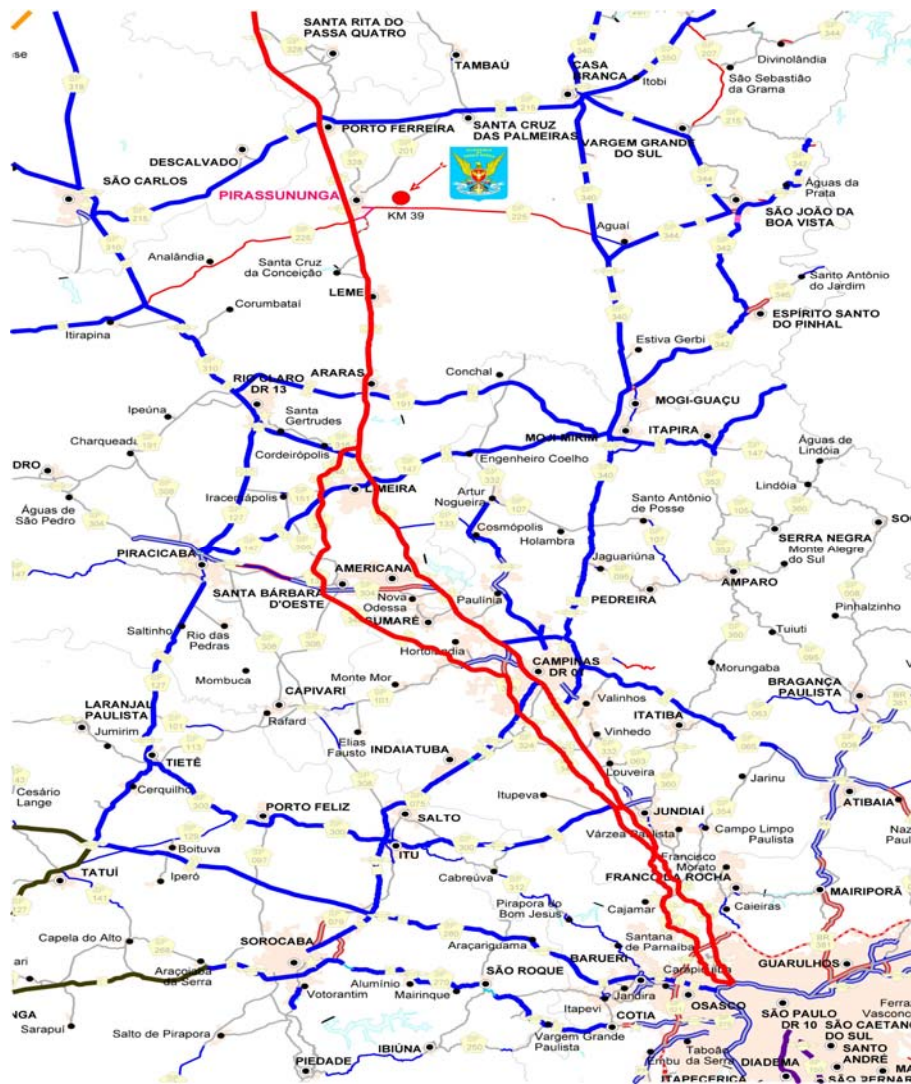
Esta comissão, chamada Comissão de Estudos e Construção da Escola de Aeronáutica (CECAER), recebeu a incumbência de submeter à aprovação do Ministério da Aeronáutica o Projeto de construção da nova escola, assim como de acompanhar essa construção. As obras iniciam-se em 1952, sendo que as principais instalações da AFA somente serão finalizadas na década de 1980 e, até hoje, passam por reformas ou melhorias em suas estruturas, de acordo com as necessidades.

A mudança dos Cursos para Pirassununga foi se efetuando pouco a pouco, à medida que as construções dos setores iam ocorrendo. Inicialmente os cadetes começavam o curso no Campo dos Afonsos e só tinham em Pirassununga o último ano de instrução. Da mesma forma, as instalações também foram sendo transferidas aos poucos, conforme iam sendo construídos os novos prédios.

Em 17 de outubro de 1960 foi inaugurado, em Pirassununga, o Destacamento Precursor de Aeronáutica, durante a gestão do Tenente Brigadeiro-do-Ar Francisco de Assis Corrêa de Mello; o Destacamento teve como seu primeiro comandante o Major Aviador Aloysio Lontra Netto. A partir de 1964, os Cadetes passaram a cursar o último ano de instrução em Pirassununga e, em 1965, ocorreu o primeiro acidente aéreo, numa instrução que utilizava a aeronave T-6 e que era pilotada pelo Cap. Heraldo Fernandes Coutinho e pelo Cadete Mauro Borges de Campos. O acidente teve como consequência a morte do Capitão.

A Academia da Força Aérea só passaria a ter esse nome em 1969, com o Dec. 60800, de 10 jul 1969, por decisão do Ministro da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-

do-Ar Márcio de Souza Mello. Em virtude da mudança do nome, também o Destacamento passou a denominar-se Destacamento Precursor da Academia da Força Aérea.



No início, eram grandes as dificuldades: as instalações eram precárias e os Cadetes não gostavam de vir cursar o último ano em Pirassununga, visto que estavam acostumados com uma cidade grande e, quando se defrontavam com a repetitiva rotina de uma cidade pacata de interior, sentiam falta do ritmo com o qual estavam acostumados, como ainda hoje sentem. Também nesse início, vinham do Rio de Janeiro os professores para ministrar as aulas que aqui ocorriam.

Somente em 1971, a Academia da Força Aérea foi transferida definitivamente para Pirassununga e seu primeiro comandante foi o Brigadeiro-do-Ar Geraldo Labarthe Lebre, sendo então extinto o Destacamento Precursor da Academia da Força Aérea. Em dezembro de 1972, foi realizada a primeira formatura de Aspirantes na AFA, em Pirassununga.

Até 1982, existiam na AFA os Cursos de Formação de Oficiais Aviadores e de Formação de Oficiais Intendentes. Nesse ano, passou a ser ministrado também o Curso de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, que antes era sediado em Curitiba, na Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda (EOEIG). A mudança ocorreu em consequência de uma reformulação na estrutura do Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica que, a partir de então, passaria a ter como atribuições mais encargos e de maior responsabilidade. Para isso, seria necessária uma reformulação na formação dos Oficiais deste quadro, como detalharei mais adiante.

1.3 A ESTRUTURA DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA



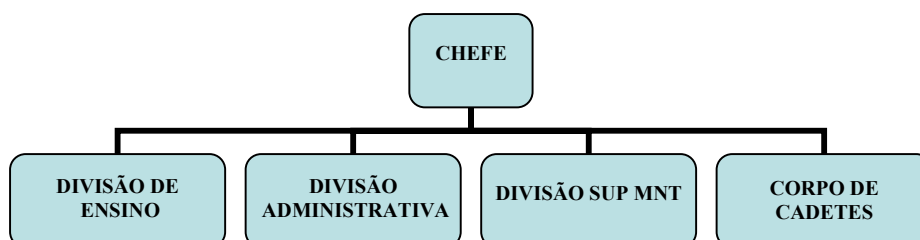
Vista parcial da Academia da Força Aérea.

As instalações da AFA foram construídas de acordo com um “Plano Diretor”, o que possibilita que as instalações possam ser modificadas de acordo com as eventuais necessidades surgidas ao longo dos anos. A Academia dispõe de uma área construída de 215.246m², sendo 141.800m² de área administrativa e 73.246m² de área residencial, além de 2.083.710m² de área verde. O projeto do Plano Diretor foi elaborado de forma que a Academia funcionasse como uma cidade, atendendo às primeiras necessidades de seus moradores, como por exemplo: a existência de um hospital, um posto de correio, um supermercado (padaria, açougue), um posto de combustíveis, um cinema, uma farmácia. A AFA possui também sua própria Estação de Tratamento de Água, com uma rede hidráulica medindo aproximadamente 15 km, que mantém uma capacidade/dia de

6.000.000 litros, utilizando as águas do Rio Mogi-Guaçu. No seu sistema de energia elétrica, possui 41 km de redes aéreas e subterrâneas de tensão. Possui também uma rede viária de 50 km e uma rede telefônica com cerca de 23 km.

No Organograma da AFA, em vigor até o ano de 2004¹⁸, a Divisão de Ensino é uma das Divisões subordinadas ao Comandante da Academia. Além dela, existem também a Divisão Administrativa, Divisão de Suprimento e Manutenção, Corpo de Cadetes e Batalhão de Infantaria.

A AFA possui, ainda, quatro Unidades subordinadas: Prefeitura da Aeronáutica, Destacamento de Controle do Espaço Aéreo, Fazenda da Aeronáutica e Esquadrão de Demonstração Aérea (Esquadrilha da Fumaça).

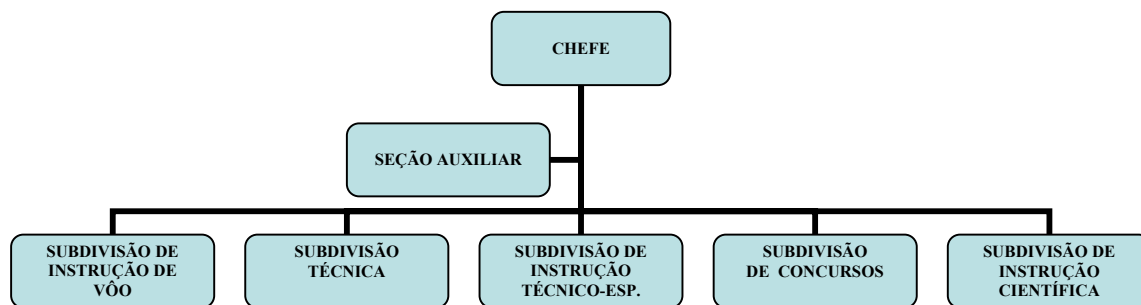


Normalmente o Comandante da AFA é um Oficial-General, no posto de Brigadeiro-do-Ar. Os chefes das Divisões de Ensino, Administrativa e do Corpo de Cadetes são Oficiais Superiores, no posto de Coronel, sendo que, de 1999 até 2005, o chefe da Divisão de Ensino era o segundo oficial mais antigo, hierarquicamente, da Academia.

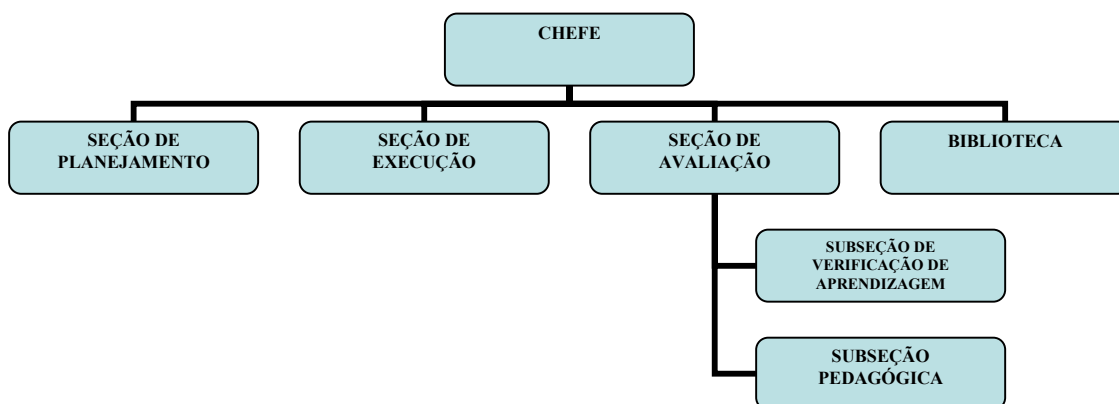
¹⁸ Em 2005 ocorrem mudanças no Regimento Interno da AFA, em virtude da criação do curso de Administração, e este assunto será tratado no próximo capítulo desta Dissertação.

Os chefes da Divisão de Suprimento e Manutenção, da Prefeitura da Aeronáutica, da Fazenda da Aeronáutica e do Esquadrão de Demonstração Aérea são Oficiais Superiores, no posto de Tenente-Coronel e os chefes do Batalhão de Infantaria e do Destacamento de Controle do Espaço Aéreo são também Oficiais Superiores, mas no posto de Major.

A Divisão de Ensino era composta por Subdivisões e cada Subdivisão composta por Seções. Também as seções dividiam-se, formando as subseções. Todos esses Departamentos possuíam encargos voltados para o desenvolvimento dos Cursos da AFA, ou seja, a missão relacionada com o ensino para os cadetes, nesta Organização.



A Subdivisão Técnica, que não sofreu alterações após as mudanças no regimento em 2005, é composta pelas seguintes seções:



- **Seção de Planejamento:** seção responsável pela organização e atualização dos documentos que regulamentam os cursos na AFA, além de distribuir as atividades de Ensino ao longo do ano letivo, de acordo com as peculiaridades de cada uma delas.¹⁹
- **Seção de Execução:** responsável por apoiar as atividades de ensino em relação aos recursos materiais necessários, desde a organização das salas de aulas adequadas para o número de alunos, até o fornecimento de equipamentos utilizados nas aulas. Cuida também da confecção de apostilas ou qualquer outro impresso solicitado pelos professores.²⁰

¹⁹ Uma das fases da distribuição das atividades de ensino é a elaboração da programação semanal. Cada semana do ano letivo é diferente da outra, de acordo com a previsão realizada para cada uma. No momento desta elaboração, cada professor ou instrutor pode realizar pedidos sobre a melhor maneira de organizar suas aulas dentro da semana. Estes pedidos geralmente são atendidos, transformando cada programação semanal em um complicado quebra-cabeças, peculiaridade esta que nunca presenciei em nenhuma outra Instituição de Ensino nas quais tive oportunidade de trabalhar anteriormente. No início, isso me causou um certo espanto, pois de acordo com o conceito que eu tinha da disciplina militar, considerei o processo mais democrático de Planejamento de aulas que já conheci.

²⁰ Fiquei muito surpresa ao chegar à AFA, após ter trabalhado vários anos em escolas públicas, com o privilegiado apoio de material que é oferecido aos professores e cadetes. No momento da realização da pesquisa, a AFA contava com 25 aparelhos de data-show, 10 retroprojetores, televisões, vídeos-cassetes, aparelhos de DVDs, entre outros. Todas as cópias solicitadas pelos professores são fornecidas gratuitamente aos Cadetes, já montadas em forma de apostilas, pelas pessoas que trabalham no setor responsável. Nunca presenciei uma situação em que o pedido de algum professor fosse negado em relação ao material didático.

- **Seção de Avaliação:** coordena a montagem e aplicação das avaliações²¹ para os Cadetes, após a elaboração feita pelo professor e a conferência feita pelo Oficial pedagogo dessa Seção, verificando a coerência destas em relação ao conteúdo previsto nos Planejamentos. Além disso, é responsável pela realização de todo o processo de avaliação previsto nas documentações da Aeronáutica, como será detalhado posteriormente.
- **Biblioteca:** possui atualmente um acervo aproximado de 22.000 exemplares nas mais diversas áreas.

A Subdivisão Técnica também é responsável por planejar, apoiar a execução e avaliar todas as atividades de Ensino dos Cursos da AFA, seguindo cuidadosamente as instruções contidas no Sistema de Ensino da Aeronáutica. Ela é chefiada por um Tenente Coronel- Aviador.

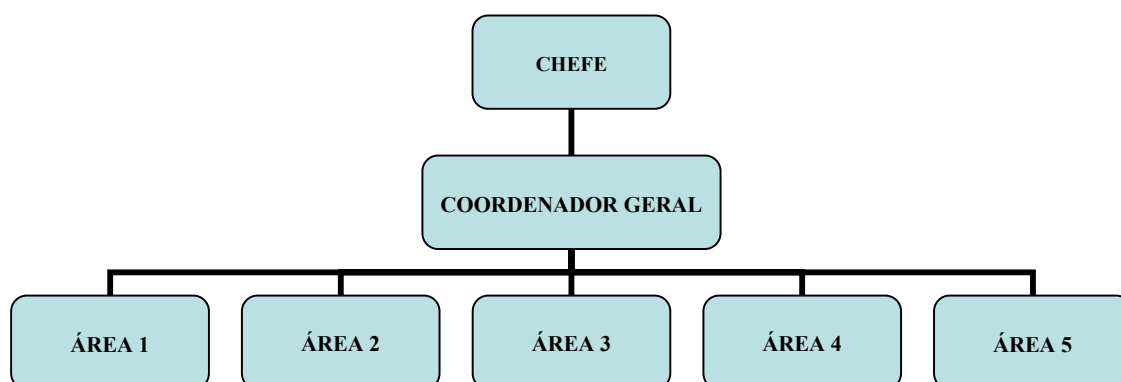
As Seções subordinadas a esta Subdivisão são chefiadas por Oficiais Superiores, no posto de Major. Estas Seções também são divididas, formando as Subseções, que ficam sob a chefia de oficiais subalternos, no posto de Tenente, preferencialmente formados na especialidade de Pedagogia.

Antes das modificações no Regimento Interno, existia ainda a Subdivisão de Instrução Científica, que foi extinta, conforme abordaremos no segundo capítulo. Esta

²¹ Na AFA, de acordo com a atual sistemática, as Avaliações não são aplicadas pelos próprios docentes de cada disciplina. Existe uma escala para a qual concorrem todos os capitães, tenentes, aspirantes e professores que são nomeados como “Fiscal de Prova”, para acompanhar a realização da prova, em uma determinada turma de cadetes e que é elaborada pela Seção de Avaliação. Esta seção também é responsável pela padronização de todas as provas que são aplicadas na escola, desde a observação do seu esboço, passando pela sua aplicação e correção, pelos processos de revisão de gabarito, de graus e de correção, até a divulgação das notas dos cadetes e sua classificação dentro da turma.

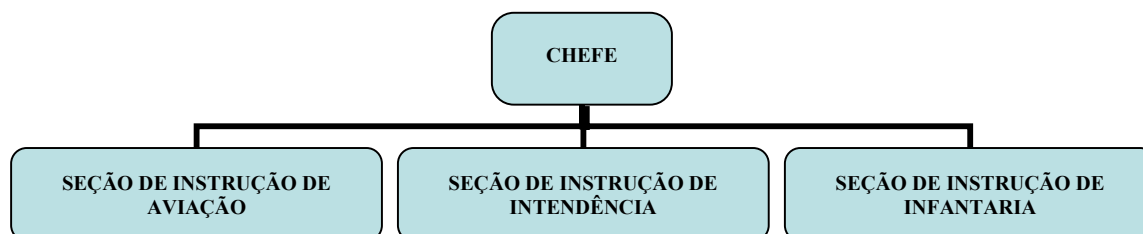
possuía um chefe, que normalmente era um Oficial Superior, no posto de Tenente-Coronel, uma Coordenadoria, ocupada por um Professor civil, e cinco Áreas, sendo que cada Área possuía um Coordenador, que era também um professor civil.

As cinco áreas eram divididas, basicamente, de acordo com as áreas de conhecimento: a Área 1 referia-se às Disciplinas da área de Ciências Exatas; a Área 2 reunia as Disciplinas da área de Ciências Físicas e Químicas; a Área 3 era composta pelas Disciplinas da área de Lingüística, Letras e Artes; a Área 4 era a área das Ciências Humanas e Sociais e Aplicadas; e a Área 5 era a de Educação Física.



A Subdivisão de Instrução Técnico-Especializada, também chefiada por um Tenente-Coronel, é dividida em três seções: Seção de Aviação, Seção de Intendência e Seção de Infantaria, sendo que esta estrutura permanece mesmo após as alterações do regimento em 2005. Essas Seções administram as Disciplinas do Campo Técnico-Especializado, indicando e contatando os instrutores, propondo conteúdos, acompanhando

o planejamento e a avaliação, entre outras funções. São chefiadas por Oficiais Superiores, no posto de Major ou Oficiais Intermediários, que são os Capitães.



A Subdivisão de Concursos, que terá seu nome modificado a partir de 2005, organiza e coordena os Concursos de admissão, para os candidatos do meio civil²², aos cursos da AFA. Esta subdivisão é chefiada por um Oficial Superior, no posto de Tenente-Coronel.



Aeronave T-25

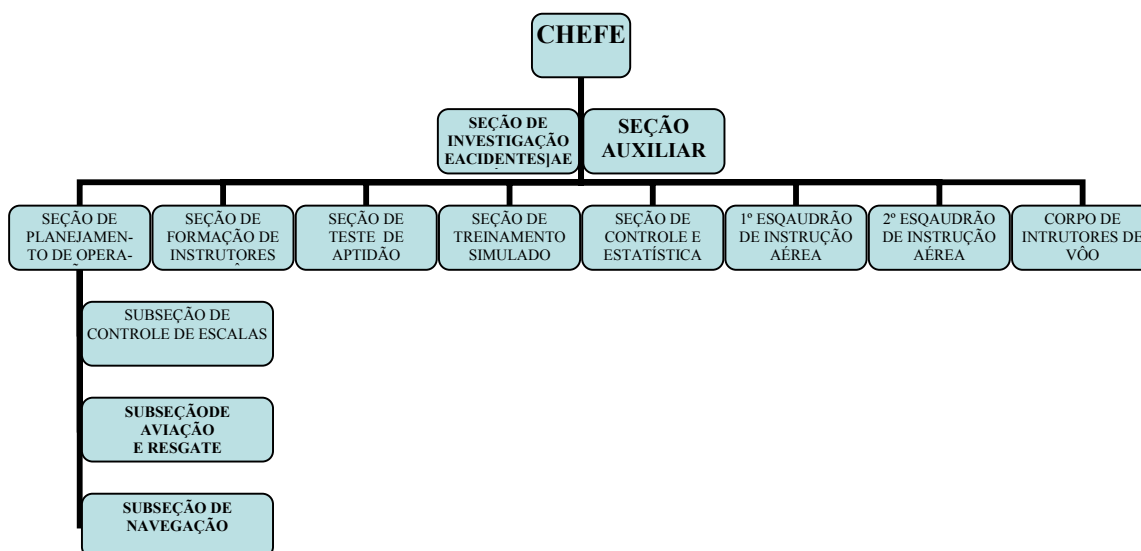
Na Subdivisão de Instrução Aérea, responsável por toda instrução de vôo realizada pelos Cadetes, ou seja, seu planejamento, execução e avaliação, existem dois Esquadrões, nos quais são realizadas as instruções. No 2º Esquadrão de Instrução Aérea (2º EIA), os Cadetes recebem a instrução na aeronave T-25, que é ministrada no segundo ano do CFOAV e no 1º Esquadrão de Instrução Aérea (1º EIA), a instrução é realizada na aeronave T-27, também conhecida como “Tucano”, ministrada no quarto

Aeronave T-27



²² O acesso dos alunos na AFA acontece de duas maneiras: candidatos do meio civil, que prestam um concurso e concorrem aos três cursos oferecidos pela Academia, ou através da Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica (EPCAR), para os quais são reservadas uma parte das vagas do Curso de Formação de Oficiais Aviadores na AFA.

ano do CFOAV. A Subdivisão de Instrução Aérea é chefiada por um Tenente-Coronel Aviador e os Esquadrões de Instrução Aérea são chefiados por Oficiais Superiores, do Quadro de Oficiais Aviadores, no posto de Major. Esta Subdivisão, além de ser responsável pela instrução prática do vôo, também cuida da parte teórica (aprontos), que antecede cada fase diferente do vôo.



De acordo com essa estrutura, os cursos da AFA encontravam-se estruturados da forma como se segue.

1.4 OS CURSOS DA ACADEMIA DA FORÇA AÉREA²³

Atualmente, na AFA, continuam sendo oferecidos os seguintes Cursos:

a) *Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV)*: forma os pilotos militares, que deverão ser capazes de dominar seus aviões e realizar várias manobras e acrobacias, preparando-se para o emprego da aeronave em operações de combate, além de desempenhar funções de comando, que assumirão durante toda a carreira.



Os Cadetes realizam instrução aérea no primeiro semestre do 2º ano do Curso, voando na aeronave T-25 “UNIVERSAL”, que é um avião de instrução primária/básica de fabricação nacional, voando cerca de 75 horas. No 4º ano, os cadetes realizam instrução na aeronave T-27 “TUCANO”, uma aeronave turboélice, de instrução avançada, também de fabricação nacional, no qual voam cerca de 125 horas.

Em 2005 a AFA adquiriu na Inglaterra o equipamento necessário para realizar o Teste de Aptidão para Pilotagem Militar (TAPMil), sendo que as estações de teste encontram-se montadas. Este teste visa avaliar as aptidões psicomotoras dos futuros aviadores e formar um perfil sobre as capacidades motoras peculiares do aviador brasileiro.

²³ A estrutura dos Cursos da AFA apresentada neste capítulo refere-se aos cursos em vigor até o ano de 2006, quando se forma a última turma de Cadetes que não foram afetados pela implantação do Curso de Administração, pois, a partir da turma que inicia o Curso em 2004, há uma profunda modificação que será detalhada no segundo capítulo desta Dissertação.

Acredita-se que, com a implantação deste teste, seja possível fazer uma triagem mais acurada dos candidatos que prestam o concurso para o CFOAv, bem como diminuir os custos da formação. O projeto encontra-se na etapa de validação, na qual está sendo montado um banco de dados com base na avaliação de todos os cadetes aviadores que estavam matriculados na AFA no ano de 2005²⁴; em seguida, o projeto será encaminhado para homologação pelo Conselho Federal de Psicologia, o que deverá ser realizado no segundo semestre de 2006 e, por fim, para autorização do DEPENS.

O Currículo Mínimo do Curso de Oficiais Aviadores prevê os Padrões de Desempenho Intelectual, Técnico-Especializado e Militar que os Oficiais deverão apresentar ao terminarem o curso na AFA, para poderem cumprir, satisfatoriamente, suas funções nos primeiros postos de suas carreiras, ou seja, até o posto de Capitão; e para os postos seguintes os Oficiais passam por outros cursos que lhes darão o preparo necessário.²⁵ As Disciplinas que preparam os Cadetes para o desempenho no vôo são consideradas como principais disciplinas do Curso, em função das especificidades do mesmo, como por exemplo: Meteorologia, Tráfego Aéreo, Aerodinâmica, Propulsão, Navegação Aérea, entre outras, para o Curso de Aviadores.

²⁴ No momento (primeiro semestre de 2006) os dados estão sendo analisados, mas considera-se que a amostragem ainda é pequena e pouco representativa da sociedade brasileira.

²⁵ Estas informações sobre o padrão desejado, descrita no Currículo Mínimo, deveriam estar de acordo com o Manual do Comando da Aeronáutica, previsto para todos os quadros de Oficiais da Aeronáutica, denominado Padrão de Desempenho de Especialidade, mas como não existia um Manual para o Quadro de Oficiais Aviadores aprovado (como já foi abordado na Introdução desta Dissertação), na época em que foi elaborado o currículo do CFOAV, o mesmo foi elaborado de acordo com o que preconiza o Plano Setorial de Ensino.



Após os quatro anos de formação na AFA, os cadetes são declarados Aspirantes-a-Oficial e irão escolher, entre três opções, seus destinos, que estão relacionados à direção da carreira que pretendem percorrer, além de contar, também, para este momento de escolha, a classificação de cada um ao final do curso.²⁶ As opções são: a) Base Aérea de Natal, localizada em Natal – (RN), onde será realizado o Curso de Formação de Piloto e Instrutor de Caça, com duração de três anos. Logo após o Curso, os Oficiais podem permanecer em Natal para atuarem como Instrutores ou são transferidos para uma das Organizações da FAB que possua Aviação de Caça, como a Base Aérea de Santa Cruz, localizada na cidade do Rio de Janeiro – (RJ), a Base Aérea de Canoas – (RS), a Base Aérea de Campo Grande – (MS) ou a Base Aérea de Anápolis – (GO), onde executarão missões para as quais se especializaram; b) Base Aérea de Fortaleza – (CE), onde receberão uma formação especial para atuarem como Pilotos de Transporte, Pilotos de Patrulha e

²⁶ O processo de classificação dos cadetes será detalhado, ainda neste capítulo, item 1.4 “Os Cursos da AFA”, na explicação sobre os documentos que regulamentam os Cursos.

Pilotos de Reconhecimento, com duração de um ano. Após o curso, serão transferidos para uma Organização da FAB que possua Esquadrões de Transporte, Patrulha ou Reconhecimento; c) Base Aérea de Santos – (SP), para onde vão os Aspirantes que se especializarão como Pilotos de Helicópteros.

Até o ano de 2002 havia somente cadetes do sexo masculino neste Curso. Neste mesmo ano, o Comandante da Aeronáutica Tenente-Brigadeiro-do-Ar Batista resolveu, através da Portaria nº 556-T/GC3, de 30 de jul de 2002, incluir Cadetes do sexo feminino no CFOAV, quando passariam a ser formadas as primeiras Aviadoras Militares Brasileiras. Em 2003, no 1º ano do CFOAV, eram incluídas as primeiras Cadetes e, em 2004, iniciaram-se as primeiras instruções aéreas com as mesmas. O primeiro vôo solo de uma Cadete ocorreu no dia 26 de março de 2004, com a Cadete Fernanda Görtz: foi considerado um acontecimento de extrema importância para a Força Aérea Brasileira, bem como para toda sociedade brasileira. O acontecimento contou com a presença de importantes autoridades e dos principais representantes da imprensa nacional, como a Folha de São Paulo, que noticiou:



Um pouso tranqüilo com a aeronave Universal T25, ao som da banda marcial da Aeronáutica, com transmissão para os espectadores de sua conversa com a torre de comando, dois vôos rasantes da Esquadilha da Fumaça em sua homenagem, além do tradicional mergulho no lago do lachê.²⁷

²⁷ PINHEIRO, Diogo. Carioca é a 1ª piloto militar da Força Aérea. *Folha de São Paulo*. 27 mar. 2004.

E também o Estado de São Paulo:

Fernanda Görtz, de 20 anos, é a primeira mulher da Força Aérea Brasileira (FAB) a voar sozinha. Ontem, às 11 horas, entrou para a história da aviação nacional ao decolar da base da academia, em Pirassununga. Passou 45 minutos no ar. E, após os cumprimentos aos oficiais, foi recebida pelos colegas com um velho costume dos cadetes: o corredor polonês.²⁸

Neste ano de 2006 formam-se as onze aviadoras pioneiras, passando então a compor o quadro de Aspirantes-a-Oficial da Força Aérea Brasileira.

b) Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT): forma os Oficiais que atuarão nos setores administrativo-operacionais da FAB, devendo os mesmos estar preparados para suprir a tropa em uma situação real de combate, tendo como missão:

Planejar, executar, coordenar, controlar e fiscalizar, no seu nível de competência, as atividades relacionadas com a intendência da aeronáutica, comandando e orientando o pessoal sob sua responsabilidade e zelando pelo material sob sua guarda.²⁹



O Curso de Formação de Oficiais Intendentes foi organizado pela Portaria nº 83, de 19 de abril de 1949, em caráter provisório, na Escola de Aeronáutica. Os alunos que

²⁸ MAGALHÃES, Álvaro. Fernanda, 1ª mulher da FAB a voar sozinha. *Estado de São Paulo*. 27 mar. 2004.

²⁹ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-5. *Padrão de desempenho de especialidade para o quadro de oficiais intendentes*.

preencheriam as vagas deste Curso seriam os cadetes desligados do Curso de Formação de Oficiais Aviadores por inaptidão para o vôo, sendo dispensados do concurso de admissão, bem como candidatos aprovados em concurso de admissão.

Suas atribuições e conhecimentos necessários para o desempenho das funções estão definidos no Manual do Comando da Aeronáutica, “Padrão de Desempenho de Especialidade”, do qual são extraídas as informações básicas para a elaboração do Currículo Mínimo, como será explicado na página quarenta e três desta Dissertação.³⁰

As disciplinas consideradas de extrema importância no Curso de Formação dos Oficiais Intendentes são aquelas que promovem o desenvolvimento, junto ao Cadete do CFOINT, do aprendizado da moderna gestão econômico-financeira e dos serviços especializados de Intendência da Aeronáutica, com o objetivo de prepará-los para as tarefas de um combatente de superfície, integrado ao sistema logístico do Comando da Aeronáutica. Podemos citar algumas destas disciplinas: Execução Orçamentária, na qual se apresenta o Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), Planejamento Orçamentário, Licitações, Contabilidade de Custos, etc.



³⁰ O detalhamento do Padrão de Desempenho de Especialidade será anexado ao final deste trabalho.

Após os quatro anos do CFOINT, os Cadetes são declarados Aspirantes-a-Oficial e começam a desempenhar suas atividades administrativo-operacionais nas diversas Organizações do Comando da Aeronáutica, sendo distribuídos por todo território nacional. Ao chegarem na Organização de destino, passam um período de seis meses de adaptação, quando conhecem todos os setores da Organização que possuem relação com as atividades dos Oficiais Intendentes, exercendo serviços em todos eles, antes de assumirem o setor que passarão a chefiar.

No CFOINT, as Cadetes do sexo feminino passaram a ter a possibilidade de ingresso³¹ a partir de 1996, quando então o Ministro da Aeronáutica Mauro Gandra, através da Portaria nº 021/DE-2, de 07 abr. 1995, resolveu abrir vagas para as mulheres na AFA. Esta decisão, tão polêmica na época, foi pioneira entre as Forças Armadas, visto que a AFA, foi a primeira “(...) academia das Forças Armadas do Brasil a incluir mulheres em um de seus cursos de formação de oficiais”³², o que trouxe uma série de modificações na estrutura da AFA, bem como na cultura dos integrantes de todos os setores da Academia.

³¹ Sobre este assunto, podemos encontrar na obra de TAKAHASHI, citada anteriormente, uma profunda reflexão que retrata o impacto causado na cultura da AFA, a partir da entrada das Cadetes.

³² TAKAHASHI, Emília Emi. *Homens e mulheres em campo* – um estudo sobre a formação da identidade militar, p. 03.

c) Curso de Formação de Oficiais de Infantaria (CFOINF): forma os Oficiais que serão responsáveis pela segurança das Unidades da Aeronáutica e, numa situação de combate, realizarão as operações terrestres da batalha. Para isso, são



necessários conhecimentos de métodos de defesa e segurança de bases militares, emprego de defesa antiaérea, emprego de armamento, comando de frações de tropas e de equipes contra-incêndio, serviço militar e

mobilização, entre outros. A estes Oficiais é determinada a seguinte missão: *“planejar, executar, coordenar, controlar e fiscalizar, no seu nível de competência, as atividades relacionadas com a infantaria da aeronáutica, comandando e orientando o pessoal sob sua responsabilidade e zelando pelo material sob sua guarda.”*³³

Assim como no caso dos Oficiais Intendentes, as informações necessárias para o padrão esperado dos Oficiais de Infantaria, após a formação, constam no Manual do Comando da Aeronáutica e dão suporte para as definições do curso que será desenvolvido na AFA. Algumas atividades, desenvolvidas no CFOINF, são consideradas pelos principais setores envolvidos no trabalho de formação dos Cadetes infantis, como atividades de importância relevada, em virtude do preparo operacional que oferecem aos Cadetes, simulando uma situação próxima da realidade de um combate, como por exemplo: Operações de Selva, Montanhismo, Operações Helitransportadas, entre outras.

³³ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-4. *Padrão de desempenho de especialidade para o quadro de oficiais de infantaria*, p. 1/5.



Para o Curso de Formação de Oficiais de Infantaria, o acesso é somente para candidatos do sexo masculino.

Após quatro anos de formação acadêmica, os Cadetes são declarados Aspirantes-a-Oficial e começam a desempenhar suas atividades operacionais de combatente terrestre, como elementos-chave do Sistema de Defesa do Comando da Aeronáutica, em uma das Organizações distribuídas por todo o território nacional. Assim como os Cadetes do CFOINT, também os Infantes, ao chegarem na Organização para a qual forem classificados, passarão por um período experimental, em todos os setores ligados às atividades próprias do quadro de Oficiais de Infantaria, para depois assumirem um setor, do qual serão chefes.

Os Oficiais formados nestes três Cursos compõem os principais Quadros da Força, sendo que, dentre estes, o CFOAV forma os Oficiais de maior antiguidade

hierárquica³⁴, pois estes oficiais constituirão o Comando da Força Aérea Brasileira. Participam ainda, nos Cursos de Formação de Oficiais da Academia da Força Aérea militares de países amigos, cuja matrícula se processa através de acordos diplomáticos com esses países.

Os Cursos ministrados na AFA, até o ano de 2003, de acordo com suas concepções estruturais descritas nos Currículos Mínimos, referentes a cada Curso, deveriam abranger a formação dos Cadetes nos Campos: Geral, Técnico-Especializado e Militar.

A instrução nos Campos Geral e Técnico-Especializado compreende as seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais e Aplicadas, Engenharia e Tecnologia, Linguística, Letras e Artes, Ciências da Saúde, Ciências Aeronáuticas e Ciências Militares. A instrução no Campo Militar compreende as áreas de Ciências da Saúde, Ciências Militares e Engenharia e Tecnologia, visando levar o Cadete a:

*a) incorporar e cultivar os princípios éticos consubstanciados nos valores e virtudes militares, pautando sua conduta por uma linha de correção de atitudes, tanto na vida civil como na vida militar; b) conhecer a legislação militar que o habilite a participar dos serviços, cerimonial militar e atividades afins; e c) possuir um preparo físico adequado para o cumprimento das funções inerentes à condição de militar, suas atribuições e responsabilidades constitucionais.*³⁵

³⁴ Existe uma hierarquia entre os quadros, sendo que um cadete-aviador, de uma série equivalente a de um cadete intendente, será sempre mais antigo, e o cadete intendente será mais antigo que o cadete infante, não importando as notas de cada um.

³⁵ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-89, 37-113 e 37-66. *Currículo mínimo do curso de formação de oficiais de infantaria, Currículo mínimo do curso de formação de oficiais aviadores e Currículo mínimo do curso de formação de oficiais Intendentes.*

Os Cursos oferecidos pela AFA têm duração de quatro anos³⁶, com dedicação exclusiva dos Cadetes e em regime de internato. Cada ano era composto por 200 dias letivos, com oito tempos de aulas por dia totalizando, desta forma, 1600 tempos disponíveis por ano. Considerando-se os quatro anos de Curso, seriam 6400 tempos que poderiam ser utilizados para o planejamento das atividades. Após os quatro anos os cadetes recebem um certificado e são declarados Aspirantes-a-Oficial.³⁷



Estes cursos são regulamentados pelos seguintes documentos:

1. **Padrão de Desempenho de Especialidade:** este documento descreve as funções que serão desenvolvidas pelo Oficial, durante toda sua carreira na Força Aérea e, conseqüentemente, as habilidades que deve ter este Oficial para poder desempenhar suas tarefas satisfatoriamente.

2. **Currículo Mínimo:** elaborado a partir das determinações contidas no Plano de Desempenho de Especialidade, especifica quais Disciplinas, obrigatoriamente,

³⁶ Cada série dos cursos é chamada “Esquadrão”, ou seja, o 1º Esquadrão refere-se à primeira série dos três cursos, sendo que os Cadetes de cada Esquadrão seguem uma rotina parecida fora da sala de aula, independente do Curso a que pertencem, nos horários de atividades extra-classe, como formaturas, reuniões, dentre outras.

³⁷ As alterações da carga horária e da duração do ano letivo serão abordadas no segundo capítulo.

estarão presentes no Curso, a carga horária disponível para cada uma, seus objetivos e o conteúdo mínimo que será desenvolvido em cada Disciplina.

O Currículo Mínimo é proposto pela Organização de Ensino que oferece os Cursos ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, que é o órgão responsável pela análise e aprovação do mesmo.

3. **Plano de Unidades Didáticas (PUD)**: documento que desdobra o Currículo Mínimo e fornece aos docentes uma orientação clara e segura sobre O QUE se deseja que os alunos aprendam e, em linhas gerais, sobre COMO cada um dos assuntos deverá ser desenvolvido.

Enquanto o Currículo Mínimo oferece uma visão sintetizada do conteúdo das Disciplinas, através das respectivas Ementas, o PUD dá uma visão detalhada do conteúdo dessas Disciplinas, abordando os seguintes aspectos:

- Objetivos específicos da Disciplina e seus respectivos níveis de aprendizagem³⁸, os quais já estão contidos no Currículo Mínimo que está sendo desenvolvido;
- Unidades didáticas em que se divide a Disciplina;
- Objetivos específicos das unidades e seus respectivos níveis de aprendizagem;
- Subunidades em que se divide cada uma das Unidades;

³⁸ Os níveis de aprendizagem utilizados na Força Aérea, para indicar a profundidade com que cada assunto deve ser ensinado e avaliado, são determinados de acordo com a obra *Taxionomia de Objetivos Educacionais*, de Benjamin Bloom.

- Objetivos operacionalizados das Subunidades e seus respectivos níveis de aprendizagem;
- Conteúdo programático das Subunidades;
- Carga horária necessária ao alcance dos Objetivos;
- Técnicas de ensino, através das quais o instruendo entrará em contato com o conteúdo programático;
- Recomendações metodológicas para cada Disciplina, que visam orientar os docentes quanto aos procedimentos de ensino-aprendizagem;
- Bibliografia que apoiará a instrução;
- Perfil de relacionamento (assuntos considerados pré ou co-requisitos para determinado assunto);
- Metodologia específica da Subunidade;
- Grau de sigilo da Unidade ou Subunidade; e
- Outras observações complementares.³⁹

A elaboração e aprovação do PUD são de responsabilidade da Organização de Ensino, que oferece os cursos e conta com a participação dos Professores, Instrutores e Especialistas na área de Educação.

³⁹ Estes dados foram retirados da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-14) de 16 maio 1996, que define regras para a Elaboração de Planos de Unidades Didáticas, p. 9.

4. **Plano de Avaliação:** este documento...

contém todo o detalhamento da sistemática de avaliação do ensino, relativa aos Cursos ministrados por uma Organização de Ensino, nos cinco campos de avaliação⁴⁰ preconizados, a saber: Avaliação do Corpo Discente, da Instrução, do Corpo Docente, dos Meios de Avaliação e do Currículo.⁴¹

É neste documento que se definem os critérios para a classificação dos Cadetes dos três cursos da AFA, cujo processo é de vital interesse, pois interfere diretamente na vida e na carreira deles, como será ainda explicado no segundo Capítulo desta Dissertação. Este processo de classificação, descrito no Plano de Avaliação, determina que anualmente será feita uma classificação entre os Cadetes da mesma série e do mesmo curso, em que serão somadas as notas obtidas nas disciplinas, divididas em seus Campos de Conhecimento, de acordo com o peso de cada um, com os Conceitos Finais, que representa o Conceito Militar, atribuído a todos os militares, de acordo com o desempenho nas diversas situações em que é observado, como por exemplo: formaturas, exercícios de campanha, enfim, a postura do militar nas situações do dia-a-dia na caserna, além de um conceito atribuído ao Cadete pela sua participação nas aulas, classificado na avaliação do Domínio Afetivo⁴². No final dos quatro anos, é feita uma média aritmética com as notas parciais anuais; é definida uma média final de curso que fornecerá a classificação de cada Cadete perante sua turma.

⁴⁰ De acordo com as instruções sobre o sistema de avaliação no âmbito da Aeronáutica, não só os alunos são avaliados, também são avaliados todos os aspectos interferentes na qualidade do Ensino que é oferecido. Em minha vida escolar, tanto como aluna, como enquanto professora eu nunca havia presenciado esta situação em que os alunos têm a oportunidade de, através de um processo oficial, previamente organizado, expor sua opinião sobre a aula assistida, o desempenho do docente, e de toda estrutura envolvida nas atividades de ensino.

⁴¹ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-6. *Elaboração do plano de avaliação*, p.7.

⁴² De acordo com o que preconiza as Instruções do Comando da Aeronáutica sobre a Avaliação do Ensino, no âmbito da Aeronáutica, o corpo discente deve ser avaliado nos domínios: cognitivo, afetivo e psicomotor.

Segundo o que preconiza a sistemática de avaliação no âmbito do Comando da Aeronáutica, através do documento - Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-11) – “Avaliação do Ensino”, o processo, além de abranger os cinco campos citados acima, deve apresentar a avaliação em três modalidades, “*cada uma destinada a um objetivo e a um tipo de decisão pretendidos: avaliação diagnóstica, formativa e somativa*”⁴³, que são descritas e definidas na Instrução para a Elaboração do Plano de Avaliação.

O Plano de Avaliação é elaborado em forma de proposta pela Organização de Ensino que oferece o respectivo curso; é enviado para apreciação e aprovação ao Departamento de Ensino da Aeronáutica.

É interessante observar que, ao contrário do que se supõe ocorrer dentro de uma instituição de ensino militar, o processo de avaliação é bastante democrático, visando sempre beneficiar o cadete. Após a aplicação da prova, o cadete que não alcançar a média suficiente terá o direito de fazer um *exame* sobre o mesmo conteúdo. Se ainda assim não se aprovar, terá a oportunidade de ser avaliado em uma prova de *segunda época*. Em qualquer dos casos, sempre poderá recorrer a um pedido de revisão (de gabarito, de correção e de grau). Se for reprovado ou exceder duas segundas épocas em um mesmo ano letivo, o cadete será submetido a um Conselho de Desempenho Acadêmico (CDA), que é formado por diversos membros da instituição, como o Comandante da Unidade, o Comandante do Corpo de Cadetes, o Comandante de Esquadrão, o próprio professor, dentre outros. Uma figura interessante nesse Conselho é o Curador, responsável por ouvir o cadete e elaborar a sua defesa, atuando como seu advogado diante dos demais.

⁴³ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-6. *Elaboração do plano de avaliação*, p. 10.

Dessa forma, o CDA é mais uma instância de avaliação do cadete, agora considerando toda a sua vida acadêmica e social, sua dedicação aos compromissos militares, seu esforço e entusiasmo na realização das tarefas cotidianas, seu asseio pessoal, seu relacionamento interpessoal, enfim, seu caráter e sua personalidade.

Percebemos com isso um traço interessante no meio militar: a reprovação não provém de um único sujeito (o docente), detentor do conhecimento e das decisões sobre a vida acadêmica do seu aluno, mas sim de uma decisão coletiva que considera o aluno como um todo e não apenas parceladamente, no momento em que está realizando a prova. O ato de avaliar se reveste de maior responsabilidade, tanto por parte do professor quanto por parte do aluno, pois ambos têm consciência dos possíveis resultados de suas ações e clareza quanto aos procedimentos que podem conduzir à manutenção ou ao desligamento do cadete do quadro de alunos da AFA.

5. Plano de Trabalho Escolar (PTE): este plano irá detalhar especificamente como se desenvolverá cada Subunidade contida nas Unidades do Plano de Unidades Didáticas. *“É o planejamento de todas as atividades que o instrutor irá desenvolver junto aos alunos, para que estes atinjam os objetivos de uma subunidade”*⁴⁴ Este documento é elaborado pelos Professores responsáveis por cada Disciplina e é aprovado pelo Chefe da Divisão de Ensino.

O PTE é composto pelas seguintes partes:

⁴⁴ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Departamento de Ensino da Aeronáutica (ICA) 37-91. *Elaboração de planos de trabalho escolar*, p. 11.

- A identificação do documento, especificando o Curso, o campo ao qual pertence a Disciplina, a área de conhecimento da Disciplina, o nome da Disciplina, a Unidade e a Subunidade a que se refere, a quantidade de tempos⁴⁵ destinados para a Subunidade, as técnicas que serão utilizadas, os meios auxiliares para a instrução e, finalmente, a data da elaboração e o nome do Instrutor responsável.
- Em seguida, serão descritos os objetivos específicos, os operacionalizados, que serão os mesmos que constam no PUD, e os tópicos do roteiro que será percorrido durante as aulas.
- Na Introdução, são descritos os itens: motivação (de que maneira o Instrutor despertará no aluno o interesse pelo assunto que será desenvolvido nas aulas) e orientação (explicar ao aluno como deve ser a sua participação durante as aulas).
- A seguir o Desenvolvimento relata o conteúdo programático que será abordado, durante as aulas específicas do plano.
- Na Conclusão, é descrita a síntese final que será realizada, ou seja, uma breve revisão dos tópicos do roteiro inicial proposto, revisão dos objetivos, observando o alcance dos mesmos, reenfatizando-se a importância do assunto para os alunos e finalização da aula.
- Finalmente, aparecem no plano as referências bibliográficas da Subunidade.

⁴⁵ A denominação “tempo” refere-se a uma hora-aula, com duração de 50 minutos.

A coordenação das Disciplinas dos três Campos, Militar, Geral e Técnico-Especializado é realizada pela Divisão de Ensino, e são ministradas por Oficiais dos diversos quadros da Força Aérea e por Professores civis.

1.5 AS MODIFICAÇÕES CURRICULARES REALIZADAS NOS CURSOS DE FORMAÇÃO DOS OFICIAIS DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA

Como já foi aventado anteriormente, com a mudança da Escola da Aeronáutica para a Academia da Força Aérea, em Pirassununga, houve também uma mudança de enfoque na formação dos Cadetes, visto que, inicialmente, a formação dos Oficiais na Escola de Aeronáutica destinava-se a suprir as necessidades impostas pela 2ª Guerra. Porém, *“terminada a Guerra, a Força Aérea assumiu sua linha normal de atividade, evidenciando-se, entretanto, a necessidade de repensar o problema da preparação de seus Oficiais (...)”*⁴⁶. Impõe-se neste momento histórico, uma questão que permanece até hoje: COMO e PARA QUÊ preparar um Oficial de uma Força Armada, para atuar em tempos de paz? Quais devem ser os conteúdos a serem selecionados na composição dos Currículos dos Cursos oferecidos na Academia da Força Aérea, de modo que estes Oficiais sejam realmente bem preparados para a função que deverão desempenhar em nossa sociedade? Afinal vivemos um tempo de paz, mas estamos subordinados a uma política internacional que nos torna um alvo em potencial de países que ameaçam constantemente nossas riquezas naturais e nossa soberania.

⁴⁶ LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentes*, p. 02.

Contudo, esta ameaça não assume um teor concreto, a ponto de serem elaboradas políticas de reforço na estrutura das Forças Armadas, preparando-se para possíveis operações de combate e, se o único papel das Forças Armadas é a defesa contra ataques vindos do exterior, não estariam estas relegadas à inutilidade? Carvalho nos conduz à reflexão: *“Não havendo ameaça externa convincente, atribuir-lhes o papel exclusivo de defesa externa seria condená-las ao desemprego, seria tirar-lhes a justificativa da própria existência.”*⁴⁷

A Força Aérea Brasileira, responsável pela segurança do espaço aéreo de nosso país, precisa formar Oficiais preparados para operar aeronaves, com tecnologias cada vez mais avançadas, que, mesmo não tendo um uso imediato na prática, necessitam de um constate aprimoramento desses recursos humanos; a FAB precisa primar pela segurança das Unidades que abrigam esses equipamentos e administrar os recursos que envolvem toda essa estrutura, principalmente se levarmos em conta o alto custo dos recursos necessários para se manter uma Força Aérea.

Podemos exemplificar este alto custo mencionando o gasto que representa aos cofres públicos a formação dos Cadetes na AFA. De acordo com uma estimativa calculada em 2003, para uma previsão orçamentária referente a 2004, o custo por Cadete anualmente é de, em média, R\$ 27.418,52 para o CFOINT, R\$ 33.150,39 para o CFOINF e R\$ 94.332,11 para o CFOAV⁴⁸, levando em conta seus soldos, fardamento, alimentação, salários dos professores, as horas de vôo gastas em instruções, restauração das instalações, entre outros itens. Estes valores multiplicados pelo número total de cadetes que são

⁴⁷ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*, p.136.

⁴⁸ Este cálculo foi realizado levando-se em conta o valor do dólar em 7 de outubro de 2005.

atendidos pela AFA, ou seja, uma média de 700 cadetes, observa-se então a grandeza do investimento que a Nação disponibiliza para a formação dos militares.

Carvalho destaca em sua pesquisa o envolvimento da FAB com projetos de alto avanço tecnológico, o sucesso da indústria aeronáutica e a iniciação em atividades espaciais; relaciona esses fatos com a adequação da Instituição com a “*nova realidade*”, apontando inclusive essa atitude como uma alternativa para o impasse quanto à falta de perspectiva de atuação das Forças Armadas, na atualidade⁴⁹.

Mas não é só da perspectiva de um possível confronto armado com outros países que sobrevive uma força armada, apesar de ser inevitável levantar a seguinte questão: sendo realmente o Brasil um país pacífico e não sendo necessária a manutenção das Forças Armadas, quem seria capaz de afirmar que, demolindo suas estruturas, não seríamos alvo de interesses militares externos? Será que essa tranquilidade não é mantida justamente porque demonstramos nossa capacidade bélica?

Retomando a questão, posta anteriormente, com relação à manutenção das Forças Armadas, podemos ainda considerar que, no âmbito interno de atuação, elas têm desempenhado um papel extremamente desconhecido por parte da grande maioria da população. E os exemplos são cotidianos. Num país de extensão continental como o nosso, no qual as distâncias, muitas vezes, como no caso da Região Amazônica, só podem ser superadas via navegação fluvial ou aérea, os aviões e helicópteros da Força Aérea chegam aos mais distantes rincões, tanto para ajudar uma índia com complicações no parto, como para auxiliar crianças com dor de dente, diarréia, febre amarela e socorrer vítimas de

⁴⁹ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*, p.136.

catástrofes naturais ou provocadas pelo homem. Nas eleições, são os aviões da FAB que levam e trazem as urnas e cédulas para votação, fazendo-se cumprir um direito de qualquer cidadão brasileiro. Nas missões de combate ao tráfico de drogas, pela nossa extensa fronteira, são os aviões e radares da FAB que permitem maior controle do nosso espaço aéreo e de nossa soberania. Enfim, o que buscamos mostrar com esses exemplos do trabalho diário de nossos combatentes, é que esse não pode ser encarado como mero assistencialismo de uma Força Aérea que não tem um papel definido, mas pelo contrário, é também função desta Força permitir que nossa gente se enxergue como cidadão e se reconheça como brasileiro, porque o país mantém sua soberania por meio de seu povo e não apenas pela manutenção de suas fronteiras e da política diplomática. Cabe salientar, ainda, que essa não é apenas uma especulação ufanista, mas uma constatação inevitável de que as pessoas só se sentem cidadãs quando são atendidas em suas necessidades diárias pelo país no qual vivem.

Mesmo diante de nossa argumentação, o impasse a respeito do papel das Forças Armadas persiste e várias tentativas serão efetuadas, como veremos a seguir, no intuito de encontrar a formação adequada ao militar da Força Aérea Brasileira. Veremos, também, como se implantaram essas tentativas e refletiremos sobre como esse processo vem interferindo na formação e na identidade militar desses Oficiais.

Ainda na Escola de Aeronáutica, no Campo dos Afonsos, os Cursos de Formação de Oficiais sofreram várias alterações, como nos relata Ludwig:

Como consequência desse repensar, em 1945 surgiu a idéia do “Curso Prévio”, o qual era ministrado ao aluno durante um ano, e se referia ao antigo segundo ciclo colegial vigente no país. Tal proposta, não tendo logrado o resultado esperado, fez com que se criasse a Escola

Preparatória de Cadetes, em Barbacena, onde, ao lado do currículo do segundo ciclo colegial se ministrava a instrução militar necessária.⁵⁰

Outro importante relato de Ludwig nos mostra que:

Nos idos de 1952, foi aprovado o Regulamento da Escola de Aeronáutica, o qual trouxe em seu bojo os currículos referentes aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentess, respectivamente com três e dois anos de duração. Entretanto, em 1956 ocorreu uma mudança quanto ao tempo destinado ao curso de formação de oficiais aviadores, o qual passou a ser de quatro anos em vez de três, como anteriormente fixado. O mesmo aconteceu com o de preparação de oficiais intendentess em 1967. Logo a seguir, com a promulgação da Portaria 048GM7, em 1969 ativa-se o curso de formação de pilotos militares criado no ano anterior. Devido tal fato, os cursos de aviadores e intendentess voltam, novamente a ter três anos de duração.⁵¹

Em 1952, as instruções para a formação dos Cadetes, descritas no Regulamento da Escola de Aeronáutica, determinavam que o Ensino ministrado na Escola de Aeronáutica tinha por finalidade:

a) aprimorar no Cadete as qualidades morais e outros atributos pessoais indispensáveis ao Oficial da Aeronáutica; e

b) proporcionar ao Cadete uma cultura fundamental compatível com sua futura situação de Oficial e uma educação militar e conhecimentos profissionais que lhe dêem, mediante constante aprimoramento, capacidade para o exercício das funções correspondentes aos sucessivos graus de escala hierárquica⁵².

Também deliberava que as “categorias de instrução” seriam: *a) fundamental; b) especializada; c) militar; e d) de vôo.⁵³*

⁵⁰ LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentess*, p. 02.

⁵¹ LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentess*, p. 03.

⁵² BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. *Memória dos Cursos da Academia da Força Aérea*, p. 02.

⁵³ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. *Memória dos Cursos da Academia da Força Aérea*, p. 02.

Em 1960, é alterado o Regulamento da Escola de Aeronáutica de 1952, através do Dec. 47.584, de 4 de janeiro. Neste Regulamento passam a constar novas finalidades do Ensino na formação dos Cadetes, que determinavam:

A Instrução Fundamental tinha por finalidade proporcionar ao Cadete uma educação Básica em Humanidades e Ciências, juntamente com conhecimentos e conceitos básicos atinentes à sua profissão. Os assuntos dessa instrução eram grupados em ciências matemáticas, físicas e sociais.

A Instrução Especializada tinha por finalidade proporcionar ao Cadete uma cultura geral profissional, de modo a habilitá-lo ao desempenho das funções de Oficial Subalterno, sendo os assuntos desta grupados em Instrução de Aviação e de Intendência.

A Instrução Militar tinha por finalidade proporcionar ao Cadete os conhecimentos indispensáveis que lhe servissem de base para o exercício das funções correspondentes aos primeiros graus da escala hierárquica, sendo os assuntos desta grupados em instrução básica, complementar e tática.

A Instrução de Vôo tinha por finalidade habilitar o Cadete a iniciar, nas Unidades de Instrução de caça ou de bimotor, os estágios de vôo previstos pelo Estado-Maior da Aeronáutica, sendo composta pelos estágios de Treinamento Primário, Treinamento Avançado e Vôo por Instrumentos.⁵⁴

Na pesquisa desenvolvida por Ludwig e no documento referido na citação acima, pode-se observar que, em um curto espaço de tempo, relevantes mudanças são realizadas e pode-se questionar também: como seria possível concluir que uma estrutura de Curso, que mal acaba de iniciar o funcionamento, deve ser mudada, ou seja, se, por exemplo, em 1952 houve uma determinação quanto à duração dos Cursos de formação, como seria possível, já em 1956, a mesma ter sido avaliada, com embasamento, para que pudesse ser alterada?

⁵⁴ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. *Memória dos cursos da Academia da Força Aérea*, p. 02.

Na Academia da Força Aérea, em Pirassununga, os Cursos foram definidos para terem quatro anos de duração e este período de duração permanece até hoje.

Logo após a implantação na AFA, para o Curso de Formação dos Oficiais Aviadores foi adotado um Currículo que incluía as Disciplinas básicas do Curso de Engenharia Fundamental do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) e do Curso de Engenharia Fundamental e Operacional da Pontifícia Universidade Católica (PUC). Nesse Currículo, a carga horária das Disciplinas da Instrução Científica, atualmente chamado Campo Geral, era totalmente voltada para a Área de Ciências Exatas, como por exemplo, 550 tempos para Matemática e Cálculo, 400 tempos para Física, 108 tempos para Química e Resistência dos Materiais, entre outras⁵⁵; porém, mesmo seguindo uma determinação de adequar o Currículo da AFA a um Currículo de um Curso de Engenharia, são realizadas alterações, que tomam como referência ora o Curso da PUC, ora o Curso do ITA.

A partir de 1978, foi criado um Grupo de Trabalho para a reformulação do Currículo da Academia da Força Aérea, apresentando então um Curso menos voltado para a área de Ciências Exatas, incluindo disciplinas da área de Ciências Humanas e Ciências Sociais e Aplicadas. Este trabalho visava, entre outros itens, à “*Introdução, na Formação Geral Profissional, de novas Disciplinas que atendem mais especificamente ao processo administrativo-militar*”⁵⁶ e ao “*Atendimento a requisitos legislativos atualizados no campo do Ensino Científico-Tecnológico-Administrativo do País.*”⁵⁷ No entanto, é importante observar que, apesar desta nova diretriz, que desponta uma preocupação com a formação

⁵⁵ Estes dados foram obtidos através de consulta aos Planos Gerais de Ensino da Academia da Força Aérea dos anos: 1973, 1974 e 1975.

⁵⁶ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando Geral de Pessoal. *Currículo da Academia da Força Aérea de 16 jan. 1978*, p. 01.

⁵⁷ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando Geral de Pessoal. *Currículo da Academia da Força Aérea de 16 jan. 1978*, p. 01.

num sentido de uma atuação mais burocrática dos futuros Oficiais, os Currículos dos Cursos continuam com uma grande carga horária de Disciplinas da área de Ciências Exatas, visto que nunca se deixou de valorizar os conhecimentos desta área, principalmente para o CFOAV que, como mencionamos anteriormente, deverá estar preparado para operar equipamentos de alta tecnologia que são desenvolvidos e estão em constante processo de atualização, no atual contexto mundial. Este entendimento causou um aumento na carga horária das Grades Curriculares dos Cursos, como se pode concluir com a análise dos seguintes dados⁵⁸:

- a) Nos Currículos Mínimos do CFOAV e do CFOINT, em 1975, para o 1º ano, era prevista uma carga horária de 998 tempos de aulas; já em 1978, com as alterações, a carga horária prevista passa para 1372 tempos.
- b) Para o 2º ano também há um aumento na carga horária, sendo que, em 1975 era de 961 tempos, para os dois Cursos e em 1978, passa para 1435 tempos para o CFOAV e 1365 para o CFOINT.
- c) No 3º ano, em 1975, a carga horária era de 923 tempos de aulas e passa, em 1978, para 1416 tempos para o CFOAV e 1336 tempos para o CFOINT.
- d) Finalmente, para o 4º ano, em 1975 havia uma carga horária de 1039 tempos para o CFOAV e 1027 tempos para o CFOINT, mudando, em 1978, para 1462 tempos para o CFOAV e 1308 tempos para o CFOINT.

⁵⁸ Estes dados foram obtidos através de consulta aos Planos Gerais de Ensino da Academia da Força Aérea dos anos: 1975 e 1978.

e) Calcula-se, então, um aumento na carga horária do CFOAV, entre 1975 e 1978, de 1764 tempos de aulas, e, no CFOINT, um aumento de 1472 tempos.

Identifica-se, neste momento, duas linhas diferentes de pensamento sobre a formação dos Oficiais da Aeronáutica que, apesar da determinação da mudança de enfoque que os Cursos deveriam apresentar, não se deixou de realizar o trabalho anterior. E, assim, ao longo dos anos, Disciplinas foram sendo incluídas, de forma aleatória, sem um estudo prévio sobre as conseqüências do aumento de carga horária na qualidade dos Cursos; as Grades Curriculares foram se tornando cada vez mais “inchadas”. Podemos encontrar no trabalho de Vale⁵⁹, uma importante observação, a respeito de cursos com currículos muito extensos, que leva a uma reflexão sobre a realidade da AFA. Segundo sua análise:

Currículos muito densos do ponto de vista dos conteúdos programáticos podem gerar resultados não-intencionais prejudicando a formação do aluno por falta de boa medida no planejamento das atividades escolares. É preciso reservar um espaço para o tempo livre do aluno evitando, tanto quanto possível, currículos muito carregados com excesso de aulas teóricas e excesso de disciplinas.⁶⁰

A espontaneidade dos próprios Cadetes, como de quaisquer outros alunos, ao observar essa situação, é ilustrativa. É comum entre eles a frase: “*Um oceano de conhecimento com um milímetro de profundidade*”, expressando o quanto a quantidade de conteúdos enxertada no currículo não garante a qualidade do conhecimento a ser apreendido.

Em relação ao Curso de Formação dos Oficiais de Infantaria da Aeronáutica, implantado na AFA a partir de 1983, podemos observar que, desde o início da existência

⁵⁹ VALE, José Misael Ferreira. *As atividades de seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?*, p. 103.

⁶⁰ VALE, José Misael Ferreira. *As atividades do seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?*, p. 103.

deste quadro de Oficiais na Força Aérea Brasileira, várias mudanças marcaram seu percurso. A Infantaria da Aeronáutica foi criada praticamente junto com o início do Ministério da Aeronáutica, em decorrência da 2ª Guerra Mundial, com a criação das primeiras Companhias de Infantaria de Guarda, destinadas a assegurar a guarda, a vigilância e a defesa imediata das Bases Aéreas, Aeródromos, Campos de Pouso e Estabelecimento da Aeronáutica; o efetivo destas Companhias, inicialmente, era composto por Sargentos e Cabos do Exército. O Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica foi criado em 1942 e era composto por Oficiais nos postos de Segundo e Primeiro Tenente, pois este quadro tinha somente funções de subalternos, nas Companhias de Infantaria de Guarda da Aeronáutica, que eram comandadas por Capitães Aviadores.

Por não ter uma carreira promissora, as vagas para este Quadro nunca foram muito disputadas, sendo, desde então, disponibilizadas as vagas para Cadetes, oriundos do Curso de Formação de Oficiais Aviadores, que eram desligados do vôo por motivo de saúde ou inaptidão para o mesmo.⁶¹

Com o passar dos anos, o Quadro de Oficiais de Infantaria foi sendo modificado, a partir da criação de novos postos na carreira, sendo que, em 1956, é promovido o primeiro Tenente-Coronel do Quadro. Desta forma foi surgindo a necessidade de uma reformulação na estrutura do Quadro e, conseqüentemente, na formação dos Oficiais. Em 1980, o Quadro passa a denominar-se Quadro de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica e esta mudança tinha um importante significado para os seus integrantes, pois

⁶¹ Algum tempo depois, o Ministério da Aeronáutica autorizou este reaproveitamento de cadetes desligados no vôo, também para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes, de Engenheiros e Suprimento Técnico.

mudando o nome, há também uma mudança de estratégia, ou seja, a passagem da defensiva para a ofensiva.

Quando o Curso foi transferido para a Academia da Força Aérea, foi estruturado em duas fases, sendo a primeira Fase Básica, com duração de dois anos, e a segunda, Fase Especializada, também com dois anos de duração. Em 1987, o CFOINF teve sua duração reduzida para três anos, sendo que a Fase Especializada seria realizada em um ano; em 1996, o Curso volta a ter quatro anos de duração.

Tantas alterações nos Currículos dos Cursos de Formação dos Oficiais da Força Aérea provocam questionamentos, como podemos observar, por exemplo, na pesquisa de Gualazzi:

Com tantas modificações expressivas, com tantas mudanças de orientação, podemos imaginar quão difícil seria alcançar qualquer objetivo almejado. Aliás o curto espaço de tempo entre as modificações impedia, inclusive, uma avaliação para saber qual seria a mais acertada.⁶²

Vale a pena ressaltar como é relevante a reflexão de Gualazzi, visto que nunca foi possível a realização do processo de “Avaliação do Ensino” dos Cursos ministrados na AFA, como é previsto no Sistema de Ensino da Aeronáutica, através da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-11) – “Avaliação do Ensino”, onde se preconiza que:

A avaliação é uma atividade de suma importância dentro do contexto educacional. É por seu intermédio que se toma conhecimento da eficiência das ações empreendidas em direção aos objetivos propostos, retroalimenta-se o planejamento do ensino, examina-se o mérito de um

⁶² GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 07.

*determinado programa e se colhem subsídios para a tomada de decisões.*⁶³

Pode-se afirmar com certeza que, nas condições em que se encontraram os Currículos dos Cursos desenvolvidos na AFA, não seria possível a realização de um processo de avaliação, tal como se propõe. Pode-se constatar que a avaliação não tem sido considerada com o devido valor como é preconizado, pois a mesma não teria sido utilizada na “retroalimentação” de novos Planejamentos de Ensino, visto que não houve tempo suficiente para as análises necessárias, antes que se modificassem os Currículos. Muito menos seria possível um programa de “Validação Curricular”, também previsto em Instrução do Comando da Aeronáutica, pois este processo exigiria ainda um tempo maior de duração de um mesmo direcionamento definido para a formação dos alunos de um curso, como referenciou Gualazzi, com base em informações retiradas da documentação oficial:

*A Validação Curricular se efetua a partir de pesquisas realizadas junto ao campo ocupacional e visa verificar o nível de eficácia do currículo através do exame de desempenho dos ex-instruendos no exercício dos cargos/funções para os quais foram preparados, frente aos resultados por eles obtidos ao término de seu curso/estágio e aos objetivos operacionalizados previstos.*⁶⁴

Verificamos, então, que o processo de Validação Curricular depende de um trabalho de observação e coleta de dados, com base no desempenho de “*ex-instruendos*”, desenvolvido nos campos de atuação dos mesmos, ou seja, é necessário que um Currículo seja executado, do início ao fim do Curso, que decorra um tempo após o término do curso,

⁶³ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-11. *Avaliação do ensino*, p. 09.

⁶⁴ Esta citação foi utilizada por Gualazzi em sua pesquisa: GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 09, e foi retirada da Instrução do Ministério da Aeronáutica que estabelece os procedimentos sobre a atividade de Validação Curricular, no âmbito do Ministério.

para poder colher dados sobre a qualidade das atividades desenvolvidas pelos indivíduos formados nesse Curso. E, ainda, para que este processo tenha a validade, não se poderia modificar um Currículo antes do final do programa de Validação Curricular, pois, se a modificação já tiver ocorrido, perde-se a viabilidade de execução de tão árduo trabalho.

Neste sentido, conclui-se que há um considerável distanciamento da possibilidade de desenvolvimento do trabalho proposto para validação dos Currículos da AFA, pois nunca houve tempo de duração suficiente de um mesmo Currículo, para se poder desenvolver um projeto assim. Gualazzi aponta ainda, em sua pesquisa, que os vários depoimentos coletados sobre este assunto:

(...) permitem supor não haver sido feito, em qualquer época, um levantamento ou estudo profissiográfico, para saber se os fins educacionais formulados estavam de acordo com as expectativas e necessidades da Força e, igualmente, supor que as mudanças de orientação havidas até então não haviam conseguido uma ação uniforme e claramente direcionada.⁶⁵

É possível observar-se, também, através das pesquisas nos documentos e que se confirma nos estudos de Gualazzi que, além das mudanças no direcionamento dos cursos da AFA, propostas pelos órgãos superiores, ocorrem diversas mudanças no próprio âmbito da Academia, envolvendo questões para as quais a AFA possuía autonomia, “*sob as mais diversas justificativas.*”⁶⁶

No entanto, não parece haver clareza, por parte dos setores envolvidos no processo de ensino da Academia, sobre os propósitos de tantas alterações nos objetivos dos cursos da AFA, como é constatado por Ludwig, quanto às alterações:

⁶⁵ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 08.

⁶⁶ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 07.

(...) fica evidente que as mesmas aconteceram desconsiderando-se os fins educacionais contidos nos referidos planos de ensino, pois inexistem qualquer argumento que faça referência à necessidade dessas modificações, porque os fins em questão não estariam sendo atingidos em parte ou na totalidade.⁶⁷

Segundo o estudo de Ludwig, constata-se ainda que, por conta da falta de clareza dos setores diretamente envolvidos no processo pedagógico dos Cursos da AFA, sobre os fins educacionais da formação oferecida nestes Cursos, as práticas pedagógicas desenvolvidas por estes setores tornam-se distantes, ou mesmo contraditórias, em relação a esses fins.⁶⁸

Vale a pena ressaltar um aspecto muito claro, no sentido de demonstrar como a falta de definições sobre a formação dos oficiais na AFA influencia nos diferentes momentos do processo desenvolvido pela Academia, em relação aos Cursos que oferece, que é o próprio processo de seleção para os candidatos que almejam uma vaga nestes cursos, como já havia sido ressaltado por Gualazzi: *“A própria seleção dos candidatos à AFA, como parte do processo de seleção de pessoal da FAB, deve ressentir-se de uma definição quanto às características do trabalho que irá aquele jovem desempenhar como Oficial.”⁶⁹*

Para ilustrar este aspecto, podem-se citar alguns exemplos, como no caso da abertura de vagas para mulheres, no Curso de Formação de Oficiais Aviadores, em 2002. Sem entrar no mérito da discussão sobre a validade desta decisão, pode-se refletir sobre a maneira como foi instituída: verifica-se que, quando a definição sobre essas vagas ocorreu,

⁶⁷ LUDWIG, Antonio Carlos Will. . *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentes*, p. 06.

⁶⁸ LUDWIG, Antonio Carlos Will. *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentes*, p. 06.

⁶⁹ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 08.

o concurso anual para os Cursos da AFA já se encontrava em meio ao processo de sua realização. Foram, então, divulgados novos prospectos, novo período de inscrições das candidatas e a realização das provas, em períodos posteriores ao dos candidatos do primeiro período do Concurso, mas que disputavam vagas para o mesmo curso. Além dos riscos que a Força Aérea correu sobre a possibilidade de processos na Justiça advindos dos candidatos que porventura se sentissem prejudicados, percebem-se mudanças nos rumos dos Cursos de Formação de forma repentina, sem uma base devidamente estruturada, com argumentos em favor das definições.

Além do exemplo citado, podemos mencionar o Concurso realizado em 2003, que se desenvolveu de maneira totalmente contraditória, no tocante a um aspecto que se supõe numa seleção de candidatos, sobre o conteúdo avaliado: os pré-requisitos para os conteúdos que serão desenvolvidos durante o Curso e que, conseqüentemente, serão necessários na futura função que irão desempenhar. Este fato diz respeito à implantação de um novo Curso na AFA, em 2004, o que será detalhado no segundo Capítulo desta Dissertação.

2. AS ATUAIS POLÍTICAS EDUCACIONAIS DA AFA

No ano de 2003, a partir de uma determinação do Comandante da Aeronáutica, Tenente-Brigadeiro-do-Ar Luiz Carlos da Silva Bueno, autoridade máxima da FAB, iniciou-se um estudo com o objetivo de viabilizar a implantação, na AFA, de um curso de graduação em Administração, reconhecido pelo Ministério da Educação (MEC).

A determinação oficial foi publicada no Boletim do Comando da Aeronáutica nº 45 de 09 de março de 2004 e o Curso de Bacharelado em Administração com ênfase em Administração Pública foi criado através da Portaria nº 302/GC3, de 4 de março de 2004 e publicado no DOU de 05 mar. 2004, seção I.⁷⁰

Esta decisão vai ao encontro de...

Uma tendência que vem se firmando desde o final da II Grande Guerra que é a de acrescentar à formação dos Oficiais, quanto aos aspectos relativos ao comando e direção da organização militar, a habilidade administrativa com base no argumento de que, com a expansão dos campos de atuação e dos recursos envolvidos por uma moderna Força Aérea, torna-se cada vez mais necessário que seus Oficiais sejam capazes de desincumbir-se de tarefas administrativas e burocráticas típicas de organizações complexas.⁷¹

E, de certa forma, confirma o trabalho iniciado já em 1978, quando, pela primeira vez, valorizam-se os conhecimentos para uma atuação administrativa dos Oficiais da Força Aérea Brasileira.

Outro argumento que apóia esta decisão é que, preparando os futuros Oficiais para as funções administrativas, estão preparando-os para as funções que irão desempenhar na maior parte de suas carreiras, ou seja, administrar os setores internos da

⁷⁰ Uma cópia desta portaria será anexada no final desta Dissertação.

⁷¹ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 57.

Força, visto que não há recursos suficientes e que não vivemos situações reais de combate, para manter estes Oficiais nas atividades específicas de seus quadros, como por exemplo, o aviador, que terá oportunidade para voar num período de tempo muito restrito, normalmente até o posto de Major, dependendo da Unidade da FAB em que estiver servindo.

Pode-se constatar que essa decisão reflete uma tendência introduzida nas empresas, especialmente após a crise dos anos sessenta e setenta, que conduziu ao processo de reestruturação produtiva, com a busca crescente da melhoria da qualidade certificada por instituições internacionais (ISO 9000, ISO 14000, dentre outras), que buscam atestar a eficiência do trabalho realizado, além de “ajudar” as empresas que se adequaram às regras previamente estabelecidas.

Pela via da reestruturação, os funcionários passam a ser chamados de “colaboradores” e assumem a responsabilidade de administrar o seu setor de trabalho. A grande carga de treinamento operacional e até comportamental dos funcionários, bem como a redução dos níveis hierárquicos, visa aproximar a concepção da execução do trabalho, tarefa até então exclusiva dos departamentos técnicos.

A forte preocupação com a requalificação e com a necessidade de dispor de profissionais polivalentes, capazes de realizar diferentes funções e, com isso, reduzir níveis hierárquicos e eliminar cargos, contaminou as diversas instâncias sociais, especialmente aquelas ligadas à formação da mão-de-obra atual e futura. Decisões e ações no campo da política educacional, por exemplo, foram tomadas com o intuito de atender a essa premissa,

o que não é novidade neste setor, dado que, historicamente, as políticas para a Educação têm respondido com eficácia às necessidades emanadas do campo econômico.

Desta perspectiva, não é incoerente a proposta do Comandante da FAB e nem a escolha do curso a ser introduzido na AFA, de Administração, visto que os Oficiais tornam-se administradores e burocratas de carreira, mesmo sem contarem com essa formação específica. As Forças Armadas estão inseridas nesse contexto histórico da Terceira Revolução Industrial, como o estão as diversas instâncias da Administração pública, o que justifica o empenho em buscar acompanhar o movimento da realidade. Um fato ilustrativo é o próprio relacionamento estabelecido dentro dos mais variados setores da caserna. Se até a bem pouco tempo, os soldados, cabos e sargentos⁷² eram percebidos apenas como elementos de execução de ordens superiores, atualmente surge um justo repensar quanto a esta postura, visto que muitos desses militares têm curso superior e podem contribuir enormemente para o desenvolvimento do trabalho diário. Obviamente, a hierarquia permanece mediando tais relações, mas é impossível fechar olhos e ouvidos para o novo papel desempenhado por esses profissionais.

Além dessas questões, consideramos importante proceder à seguinte reflexão: até que ponto a energia despendida para efetivar tais mudanças não está atendendo a outros interesses, até mesmo supranacionais? Qual o fundamento ideológico que tem disciplinado tais alterações? A quem interessa ter uma Força Aérea preparada para a burocracia, mas parcialmente desfalcada para as atividades militares? Que exemplos na

⁷² Em anexo a esta Dissertação há uma tabela que descreve os postos existentes nas Forças Armadas dentro de sua devida hierarquia.

atualidade nos mostram a ingerência unilateral de alguns países, especialmente os EUA, em assuntos de interesse interno de nações em desenvolvimento?

De acordo com a definição de ideologia dominante desenvolvida por Schaff:

(...) entendo por ideologia pontos de vista baseados num sistema de valores e relativos aos problemas colocados pelo objetivo desejado do desenvolvimento social; pontos de vista que determinam as atitudes dos homens, ou seja, a sua disposição para adotar certos comportamentos em situações determinadas, bem como o seu comportamento efetivo nas questões sociais.⁷³

com a qual estou de acordo. Esta nem sempre serve para turvar a percepção da realidade; muitas vezes é interessante para quem detém o poder, conhecendo ou não a real intenção de determinadas ações externas ao seu âmbito de atuação e que potencialmente carregam em si a possibilidade de alterar as relações de dominação, acatá-las com a devida conivência de um imediatismo pragmático.

Com relação à decisão de o Cadete receber um certificado reconhecido pelo MEC⁷⁴, apresentam o argumento de que, ao terminar o curso na AFA, o Oficial possa cursar uma Pós-graduação em qualquer Universidade ou no caso do aluno desligado do Curso na AFA, em qualquer momento, ele possa dar continuidade aos estudos em outra Instituição.

Inicialmente, havia a intenção de se contratar uma Universidade que desenvolveria o Curso de Administração na AFA, quer dizer uma terceirização da

⁷³ SCHAFF, Adam. *História e verdade*, p. 176.

⁷⁴ Desde 1978 já havia uma intenção de buscar uma identificação, dos Cursos ministrados na AFA, com o ensino no meio civil, como podemos constatar observando o item IV do texto da Portaria COMGEP nº R-003/AS3, de 16 jan. 1978, que aprova o Currículo Mínimo da AFA. Este diz: “IV – Considerando a necessidade de ajustar o Currículo da AFA e adaptá-lo à nova Legislação Federal, que regulamente a formação dos recursos humanos na área das ciências tecnológicas e na área da economia e administração, sem prejuízo da finalidade específica da formação do Oficial da Força Aérea.”

implantação do Curso na Academia. Para isso seria aberto um processo de concorrência, para Instituições particulares, ou seria feito convênio com alguma Universidade pública.

Quando esta decisão foi comunicada, pelo Comandante da AFA, para o efetivo da Divisão de Ensino, que é o setor da AFA diretamente responsável pelas atividades de Ensino e da qual eu faço parte, houve uma preocupação por parte deste efetivo com as conseqüências deste procedimento.

Questionamos como atuaria, na AFA, uma Universidade que está vinculada a um sistema de ensino completamente diferente de nossa realidade: esta Instituição poderia simplesmente tentar implantar uma sistemática de Ensino, sem levar em consideração as especificidades das necessidades que existem em uma Academia militar, e isto poderia ser desastroso. Como exemplo, podemos citar os processos de aprovação ou reprovação: nas Instituições civis, quando um aluno não obtém a nota mínima para ser aprovado no final de uma disciplina esta fica como uma “dependência”, que ele poderá refazer em outro momento do Curso; porém, na AFA, quando o mesmo caso acontece, o Cadete é levado a Conselho Acadêmico⁷⁵, com a possibilidade de ser desligado do Curso. Este risco do desligamento faz com que o Cadete fique sempre atento aos procedimentos determinados para o Ensino na AFA e exige que a administração desse Ensino tenha uma atenção

⁷⁵ O Conselho Acadêmico é um grupo de pessoas que se reúne todas as vezes que um Cadete não consegue aprovação em qualquer atividade do Curso, para decidir se este Cadete deve ter uma chance de permanecer, ou não, no Curso ao qual pertence. Este grupo é composto por membros efetivos e membros consultivos. Os membros efetivos possuem direito ao voto que decide sobre a permanência do Cadete no Curso em que estiver matriculado, após as explanações sobre o fato ocorrido. Os membros efetivos são: Chefe da Divisão de Ensino, Comandante do Corpo de Cadetes, Comandante do Esquadrão, ao qual pertence o Cadete levado a Conselho, Chefe da Subdivisão a qual estiver subordinada a coordenação da atividade que reprovou o Cadete e um representante do setor responsável pela coordenação da atividade que reprovou o Cadete. Os membros consultivos são: Chefe da Subseção Pedagógica da Seção de Avaliação, um Curador, que irá apresentar a defesa do Cadete, e outros elementos, que se julgar poderem contribuir com a avaliação do grupo, sobre o caso determinado. Além destes membros, também faz parte do Conselho, um escrivão e, finalmente, o Comandante da AFA, que preside o Conselho, e tem autoridade para homologar ou não a decisão do grupo.

redobrada no cumprimento de todas as normas previstas, para que nenhum cadete seja prejudicado e tenha argumentos para recorrer de decisões tomadas sem um embasamento concreto, por exemplo: as cargas horárias das disciplinas devem ser cumpridas à risca, de acordo com o que determinam os Currículos Mínimos, para que não possa haver prejuízos no aproveitamento da aprendizagem da disciplina e das notas obtidas pelos cadetes.

Temíamos uma perda de princípios importantes na formação militar, que desvinculasse a formação intelectual da formação do Oficial, pois nesta Academia, em todas as atividades, seja qual for o Campo a que estas pertençam, juntamente com o conteúdo, é desenvolvido um trabalho visando à formação e manutenção dos princípios básicos, da postura e do comportamento, adequados à missão que deverá ser cumprida pelo futuro Oficial da Força Aérea.



Segundo Gualazzi, devido ao tipo de situações em que se envolvem os Oficiais de uma Força Armada, há que se tomar cuidados especiais na formação dos mesmos, atentando para que se desenvolvam qualidades como:

- *Lealdade para com todos;*
- *Firmeza de convicções e atitudes, sem intransigências ou conservadorismo;*
- *Retidão de caráter e força moral;*
- *Busca constante de aperfeiçoamento cultural e profissional, sem intelectualismos;*
- *Devotamento sem fanatismo ou hipocrisia;*
- *Capacidade de tomada de decisão, mesmo sob pressão, com rapidez, discernimento e raciocínio analítico;*
- *Capacidade de comunicação oral e escrita;*

- *Qualidades para a liderança;*
- *Espírito combativo sem ser agressivo;*
- *Espírito de equipe e camaradagem;*
- *Habilidade administrativa;*
- *Capacidade física;*
- *Autodisciplina (disciplina consciente);*
- *Honra, audácia, coragem, destreza, urbanidade, idoneidade e patriotismo;*
- *Equilíbrio emocional e psicológico.*⁷⁶

Além disso, pensávamos que poderia acontecer uma série de mudanças na estrutura do sistema de ensino da AFA, subordinado ao Sistema de Ensino da Aeronáutica, o que causaria prejuízos em procedimentos importantes na carreira dos Oficiais formados. Como exemplo dessa situação, podemos citar o sistema de avaliação existente, em que a classificação final dos Cadetes, no final do Curso, é referência na vida profissional dos mesmos até o fim de suas carreiras.

Desta forma, o Sistema de Avaliação na AFA valoriza não só as atividades de avaliação formativa, que visam ao “*aperfeiçoamento do programa, do ensino ou da aprendizagem ou a correção dos erros verificados na sua execução*”⁷⁷, mas também as avaliações somativas, que têm como propósito prioritário “*classificar, selecionar alunos ou emitir certificados, segundo níveis de aproveitamento expressos em graus ou conceitos, ao final de um semestre ou ano letivo, concluindo-se pela aprovação do aluno ou não.*”⁷⁸

Nesse caso, a grande importância das avaliações somativas ocorre devido ao fato de que, a partir da sua classificação final, os Cadetes poderão escolher a localidade

⁷⁶ GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*, p. 45.

⁷⁷ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-6. *Elaboração do plano de avaliação*, p. 10.

⁷⁸ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-6. *Elaboração do plano de avaliação*, p. 10.

onde irão servir depois de formados e, nesta escolha, obviamente, saem-se melhor os Cadetes bem classificados. Este é um dos exemplos, entre tantos, que mostra particularidades da realidade do Ensino na AFA, provavelmente desconhecidas por quem vem de uma escola do meio civil.

Essas preocupações foram elencadas para nossa Chefia, e junto com as preocupações encaminhamos também uma proposta de que o Curso de Administração fosse desenvolvido pelos próprios profissionais que a AFA já possuía, que eram os professores. O Quadro de Docentes da AFA, antes da implantação do Curso de Administração, era composto pelas seguintes titulações:

<i>NÚMERO DE PROFESSORES</i>	<i>NÍVEL DE FORMAÇÃO</i>	<i>ÁREA</i>
01	DOUTORADO	LETRAS
01	DOUTORADO	ADMINISTRAÇÃO
01	DOUTORADO	SOCIOLOGIA
01	DOUTORADO	CIÊNCIAS
01	DOUTORADO	FILOSOFIA
01	DOUTORADO	MATEMÁTICA
01	DOUTORADO	FÍSICO-QUÍMICA
01	DOUTORADO	ENGENHARIA MECÂNICA
04	DOUTORADO	EDUCAÇÃO
02	MESTRADO	LETRAS E TEORIA LITERÁRIA
03	MESTRADO	MATEMÁTICA
01	MESTRADO	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO
01	MESTRADO	BIOENGENHARIA
01	MESTRADO	CONTABILIDADE
01	MESTRADO	ENGENHARIA
04	MESTRADO	ADMINISTRAÇÃO
01	MESTRADO	EDUCAÇÃO
03	MESTRADO	EDUCAÇÃO FÍSICA
01	MESTRADO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
05	MESTRADO	FÍSICA
01	MESTRADO	CIÊNCIA POLÍTICA
03	MESTRADO	MOTRICIDADE
01	MESTRADO	DIREITO
02	ESPECIALIZAÇÃO	CIÊNCIAS DO ESPORTE

12	ESPECIALIZAÇÃO	METODOLOGIA, DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR
01	ESPECIALIZAÇÃO	TÉCNICO EM TREINAMENTO DESPORTIVO
01	ESPECIALIZAÇÃO	METODOLOGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA
01	ESPECIALIZAÇÃO	MORFOSSINTAXE
01	ESPECIALIZAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
01	ESPECIALIZAÇÃO	FÍSICO-QUÍMICA
03	GRADUAÇÃO	LETRAS

Além dos professores, a AFA dispunha de uma equipe de Oficiais pedagogos que, naquele momento, era formada por quatro elementos.

O Comandante da AFA apresentou a proposta da implantação do Curso de Administração pela própria equipe de profissionais da AFA ao Diretor Geral de Ensino da Aeronáutica, que é chefe do Departamento de Ensino da Aeronáutica, órgão ao qual a AFA está subordinada. Depois de longas reuniões, das quais tive oportunidade de participar, a proposta foi aprovada e os trabalhos foram iniciados.

As duas tarefas iniciais que deveríamos realizar seriam, em primeiro lugar, elaborar uma Grade Curricular, considerando as Disciplinas necessárias para a composição de um Curso com formação em Administração e suas respectivas cargas horárias, mais as atividades peculiares à formação do Oficial militar e, ainda, as Disciplinas relacionadas com a formação técnico-especializada, específicas de cada Quadro, ou seja, Aviação, Intendência e Infantaria.

A segunda tarefa era apresentar ao Departamento de Ensino, que, por sua vez, levaria ao Comandante da Aeronáutica, uma lista com todas as necessidades de

recursos humanos, financeiros e estruturais, para a implantação do Curso de Administração, com uma atenção especial às exigências do Ministério da Educação para o reconhecimento do Curso, uma vez que essa é uma meta do Comando da Aeronáutica. Foi então que demos início aos trabalhos e passamos a enfrentar os conflitos conseqüentes da difícil tarefa que nos foi atribuída, como será descrito nos próximos itens deste Capítulo.

2.1 A IMPLANTAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO

2.1.1 O EXCESSIVO AUMENTO NAS GRADES CURRICULARES

No início do trabalho de elaboração das Grades Curriculares, nos deparamos com a mais grave dificuldade, que surgiria ao longo deste processo de implantação do Curso de Administração: o elevadíssimo número de tempos de aulas que deveriam ser alocados, num determinado tempo, no caso quatro anos⁷⁹.

As Grades Curriculares na AFA, de acordo com a padronização do Departamento de Ensino da Aeronáutica, e como já citado no capítulo anterior, são compostas por Disciplinas classificadas em três campos:

⁷⁹ De acordo com o que se preconizava até então, as Instruções do Comando da Aeronáutica sobre elaboração de Currículos Mínimos, cada ano letivo, na AFA, era composto por 200 dias letivos, sendo que cada dia possuía 8 tempos de aulas, totalizando assim 6400 tempos de aulas disponíveis, durante os cursos.

Campo Geral: são as que “constituem os conhecimentos básicos necessários à habilitação dos militares nos seus diferentes níveis (...) além de objetivar o nivelamento dos instruendos, visa aumentar-lhes a capacidade intelectual.”⁸⁰

Campo Técnico-Especializado: “destinado à preparação do militar, visando ao desempenho de funções específicas, nas diferentes organizações do Comando da Aeronáutica.”⁸¹

E **Campo Militar**, que:

*(...) abrange todos os aspectos da vida do instruendo. Destina-se a assegurar-lhe a formação moral, desenvolver suas aptidões físicas, estimulando a iniciativa e a capacidade de compreensão, para enfrentar situações novas e a fornecer-lhe os conhecimentos militares indispensáveis ao exercício profissional.*⁸²

As Disciplinas da graduação em Administração passaram a compor a formação geral, comum para os três cursos que, de acordo com parâmetros definidos pelo MEC (que procurávamos cumprir, pois estávamos em busca da aprovação desse Ministério) devem corresponder a um mínimo de 3000 horas, porém a maior parte das outras Disciplinas, então existentes, não puderam ser retiradas das Grades, pois todas são julgadas como essenciais à formação adequada do Oficial da Aeronáutica.⁸³

A dificuldade em relação ao número de tempos apresentou-se muito mais grave no CFOAV (Curso de Formação de Oficiais Aviadores), que possui a maior carga

⁸⁰ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-10. *Conceituações básicas em ensino*, p. 2-6.

⁸¹ BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-10. *Conceituações básicas em ensino*, p. 2-6.

⁸² BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-10. *Conceituações básicas em ensino*, p. 2-6.

⁸³ Lembrando que esta experiência, já vivida em 1978, agora traz um agravante: o aumento na carga horária será muito maior.

horária no campo de Disciplinas técnico-especializadas e que, de acordo com uma tendência existente, desde a implantação dos Cursos na AFA, e que ainda permanece, os conhecimentos na área de Exatas e Físicas devem compor, necessariamente, o Currículo deste Curso.

Além da dificuldade surgida com relação ao excesso de tempos, em virtude do Curso a ser implantado, apresentou-se uma outra, que agravou muito mais este problema: a decisão do Comandante da Aeronáutica, ainda em 2003, de que os Cadetes deveriam, ao terminar o Curso na AFA, apresentar fluência em duas línguas estrangeiras⁸⁴. Esta decisão provocou a necessidade da contratação de uma Escola particular de Línguas, visto que não havia na AFA professores de Língua Espanhola, nem uma quantidade suficiente de professores de Língua Inglesa, para o aumento de aulas que a exigência acarretaria, o que provocou a inclusão de uma elevada carga horária que fosse suficiente para se atingir o objetivo da fluência, nas Disciplinas de Língua Inglesa⁸⁵ e Língua Espanhola. Desta forma, tiveram que ser acrescentados às Grades Curriculares dos três Cursos, 332 tempos de Língua inglesa, sendo 88 tempos por ano de curso, e 448 tempos de Língua espanhola, com 112 tempos por ano (esse cálculo ainda ficou abaixo do número de tempos estimado como ideal para a missão, segundo a Escola contratada).

⁸⁴ Esta também é uma pretensão existente, desde a época das alterações curriculares implantadas em 1978, só que, desta vez, de forma mais enfática, como podemos constatar através do que se resolve no artigo 5º do texto da Portaria COMGEP nº R-003/AS3, de 16 de janeiro de 1978, que aprova o Currículo Mínimo da AFA, este diz: *“Facultar ao Comandante da Academia da Força Aérea, de acordo com as possibilidades materiais e pedagógicas da Academia e em caráter opcional, proporcionar aos Cadetes o conhecimento e estudo básico de outra língua estrangeira, além da inglesa, selecionada entre a francesa, a espanhola, a alemã, a russa e a italiana.”*

⁸⁵ Esta disciplina já fazia parte dos Cursos existentes na AFA, como se verá a seguir, porém com uma carga horária bem menor do que passou a ter então.

Com tantas alterações ocorrendo no dia-a-dia da escola, cabe neste momento proceder a uma descrição de como se deu a introdução da grade de Disciplinas do Curso de Administração nos três cursos oferecidos pela AFA e quais as modificações provocadas no cotidiano da sala de aula e que, direta ou indiretamente, contribuíram para um estrangulamento do tempo disponível para estudos individuais, prática de esporte, lazer, ou seja, que comprometeram a integração do Cadete com o ambiente militar não restrito ao universo das quatro paredes das salas de aulas.

2.1.1.1 GRADE CURRICULAR DO CFOINT



Para o Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT), a confecção da Grade Curricular com o Curso de Administração foi menos traumática, pois antes destas alterações, o Curso já era composto por Disciplinas da área de Administração, tanto nas Disciplinas do Campo de Formação Geral, quanto nas do Campo de Formação Técnico-Especializada, ou seja: o Curso de Administração não apresenta contradição, neste caso, com o campo de atuação dos Oficiais deste quadro.

Na Grade Curricular existente até então e aprovada no Currículo Mínimo em vigor, de 21 de março de 2002, eram ministrados, para o CFOINT, 2153 tempos de aulas no Campo Geral, 811 tempos no Campo Técnico-Especializado e 1997 tempos no Campo Militar. Levando-se em conta, também, os tempos necessários para atividades

administrativas, como por exemplo, Aula Inaugural⁸⁶, reuniões com o Comandante do Corpo de Cadetes e com os Comandantes dos Esquadrões, sendo estas muito importantes para a orientação da vida do Cadete na AFA, treinamentos para as duas formaturas tradicionais, que ocorrem anualmente na AFA, ou seja, a entrega dos Espadins⁸⁷ e o Aspirantado⁸⁸, Campeonato Interno dos Cadetes da AFA (INTERAFA)⁸⁹, que proporciona um melhor entrosamento entre os Cadetes dos quatro Esquadrões, além de incentivar a prática da atividade física, tão relevante para o profissional militar, entre outras, o CFOINT possuía uma carga horária geral de 5767 tempos.

As disciplinas, com suas respectivas cargas horárias, que compunham o **Campo Geral** no CFOINT, antes das alterações eram:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Material	50
Administração de Recursos Humanos	124
Administração Financeira	71
Cálculo Diferencial	136
Ciência da Alimentação	68
Contabilidade	152
Didática	25
Direito Administrativo	45
Direito Civil	62
Direito Comercial	45
Direito Geral	41
Economia Brasileira	90

⁸⁶ Normalmente a Aula Inaugural é proferida pelo Comandante da Aeronáutica.

⁸⁷ Nesta solenidade, ocorrida no final do primeiro semestre do primeiro ano, os Cadetes recebem o Espadim, que é a arma do Cadete da Aeronáutica, como símbolo de sua passagem oficial para o Corpo de Cadetes da Aeronáutica: “Espadim é o símbolo do cadete da Aeronáutica. Representa a primeira vitória, o primeiro desafio vencido, representa o marco inicial de uma carreira repleta de desafios, primeiro símbolo de comando, símbolo de integração à vida militar. Ao receberem o espadim concretizam o sonho de se tornarem Cadetes da Aeronáutica e de poderem ter, em seu uniforme, a arma característica dos Cadetes.” (IZOLA, Dawson Tadeu. *Ninho das águias*: Academia da Força Aérea, p.45.)

⁸⁸ Ao final dos quatro anos de Curso, os Cadetes são declarados Aspirantes-a-Oficial, numa solenidade, chamada Aspirantado, na qual devolverão os espadins e receberão a espada, que é a arma do Oficial.

⁸⁹ Neste campeonato os Cadetes, de acordo com suas especialidades nas atividades esportivas, competem, representando o Esquadrão ao qual pertencem. Será vencedor o Esquadrão que tiver mais vitórias durante as competições, nas variadas modalidades disputadas.

Finanças Públicas	58
Geometria Analítica	52
História Militar	70
Informática	58
Inglês de Intendência	88
Língua Inglesa	172
Língua Portuguesa	217
Lógica	23
Matemática Financeira	56
Mercadologia	45
Organização, Sistemas e Métodos	32
Pesquisa Operacional	40
Probabilidade e Estatística	52
Psicologia	45
Sociologia	32
Teorias Administrativas	41
Teorias Econômicas	136

No **Campo Técnico-Especializado** eram:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Materiais Especiais	25
Administração Militar da Aeronáutica	25
Administração de Imóveis e Transportes de Superfície	25
Administração de Material de Intendência	27
Administração de Material de Saúde	23
Administração de Reembolsável	31
Administração de Subsistência	52
Contabilidade de Custos	27
Encargos Especiais	92
Estágio Prático de Intendência	108
Estrutura do Serviço de Intendência	25
Execução Orçamentária	79
Fundamentos de Suprimento Técnico	44
Licitações	56
Logística	25
Operações Helitransportadas	40
Registro de Material	25
Ressuprimento Aéreo	49
Pagamento de Pessoal	48
Planejamento Orçamentário	21

No **Campo Militar**:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Primeiros Socorros	21
Treinamento Físico para Intendente	1280
Armamento, Munição e Tiro	84
Atividade de Campanha	160
Inteligência	18
Legislação Militar	116
Ordem Unida	85
Orientações Doutrinárias	64
Processo Judiciário Militar	48
Segurança no Trabalho	21

Com a implantação do Curso de Administração, várias Disciplinas foram aproveitadas do antigo Curso, sem alterar muito a carga horária total, como por exemplo: Contabilidade, Economia, Direito, Matemática Financeira, Finanças Públicas, etc.

Com as alterações sofridas, a Grade Curricular passa a ter no Campo Geral, 3954 tempos, no Campo Técnico-Especializado, 1039 tempos e no Militar, 1108 tempos. Considerando mais 641 tempos de carga horária para as atividades administrativas, o Curso totalizará 6142 tempos.

As Disciplinas que passaram a compor o **Campo Geral**, após a implantação da Grade Curricular, com o Curso de Administração:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Auditoria	40
Ciência da Alimentação ⁹⁰	66
Comunicação e Expressão	120
Contabilidade Básica	80
Controladoria	80
Cultura e Mudança Organizacional	40

⁹⁰ Esta disciplina é prevista somente para o CFOINT.

Direito	120
Economia	80
Economia Brasileira	40
Elaboração e Análise de Projetos	40
Estágio	300
Estatística Aplicada	80
Ética e Cidadania	40
Filosofia	40
Filosofia da Administração	40
Finanças Públicas	40
Gestão da Produção	80
Gestão da Qualidade	40
Gestão de Material e Patrimônio	80
Gestão de Pessoas	40
Gestão de Recursos Humanos	80
Gestão Financeira	80
Gestão Logística	40
História Militar	68
Língua Espanhola	448
Língua Inglesa	352
Lógica Matemática	40
Marketing	160
Matemática Aplicada	80
Matemática Financeira	40
Metodologia Científica	40
Monografia	40
Orçamento e Contabilidade Pública	80
Pesquisa Científica	40
Pesquisa Operacional	40
Planejamento Estratégico	40
Processo Decisório	40
Responsabilidade Social e Ambiental	40
Sistemas de Informação	160
Tecnologias da Informação	40
Teorias da Administração	80
Tópicos de Administração	120
Tópicos de Administração Pública	40

No **Campo Técnico-Especializado**, as Disciplinas continuaram a ser basicamente as mesmas do antigo Curso, sofrendo apenas algumas diferenças em suas cargas horárias:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Imóveis e Transportes de Superfícies	24
Administração de Material de Saúde	22
Administração de Materiais Especiais	24
Administração Militar da Aeronáutica	24
Administração de Material de Intendência	26
Administração de Reembolsável	30
Administração de Subsistência	50
Contabilidade de Custos	26
Encargos Especiais	59
Estágio Prático de Intendência	298
Execução Orçamentária	77
Estrutura do Serviço de Intendência	24
Fundamentos de Suprimento Técnico	43
Licitações	112
Logística	24
Operações Helitransportadas	36
Registro de Material	24
Ressuprimento Aéreo	50
Pagamento de Pessoal	46
Planejamento Orçamentário	20

No **Campo Militar** ficaram as seguintes Disciplinas:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Primeiros Socorros	15
Treinamento Físico para Intendente	600
Armamento, Munição e Tiro	104
Atividade de Campanha	108
Instrução de Salto de Emergência ⁹¹	45
Legislação Militar	87
Ordem Unida	85
Orientações Doutrinárias	64

⁹¹ Esta disciplina, tradicionalmente existente nos Cursos da AFA, em virtude de sua valiosa importância, foi suprimida no Currículo Mínimo, aprovado em 2002 para o CFOINT, mas continuou a existir para o CFOAV e CFOINF, e havia rumores de que ela teria sido retirada em virtude da entrada das mulheres para este quadro. Na implantação do novo Curso, recebemos orientação para que a disciplina fosse novamente incluída no Currículo Mínimo do CFOINT.

Como se pode verificar, este foi o Campo que mais sofreu perdas em suas cargas horárias e no suprimento de Disciplinas. Além disso, existiam no antigo Curso, duas importantes atividades, “Sobrevivência no mar” e “Sobrevivência na selva”, que aconteciam para os três cursos, apesar de não serem Disciplinas curriculares, mas deixaram de ocorrer em virtude da falta de tempo, a partir da implantação do novo Curso.

2.1.1.2 GRADE CURRICULAR DO CFOINF



No Curso de Formação dos Oficiais de Infantaria, a situação agravou-se em relação ao CFOINT, pois menos Disciplinas puderam ser aproveitadas pelo novo Curso de Administração; mesmo as Disciplinas que já existiam no Curso anterior e que puderam ser aproveitadas (mas com um acréscimo na carga horária), acarretaram um grande acréscimo de tempos ao Curso. Além desses, outra questão agravou ainda mais a situação: o fato de a carga horária das Disciplinas do Campo Técnico-Especializado ser maior do que a carga horária do CFOINT.

Na Grade Curricular do Curso anterior, aprovada no Currículo Mínimo em vigor, também de 21 de março de 2002, eram ministrados, para o CFOINF, 1142 tempos de aulas no Campo Geral, 1595 tempos no Campo Técnico-Especializado e 2037 tempos no Campo Militar. Somados os tempos de atividades administrativas, o CFOINF possuía uma carga horária geral de 5881 tempos.

As Disciplinas do **Campo Geral**, no Curso anterior, eram:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Recursos Humanos	32
Cálculo Diferencial	136
Didática	25
Direito Civil	62
Direito Geral	41
Economia	35
Elettricidade	66
Eletrônica	35
Fundamentos de Física	38
Geometria Analítica	52
História Militar	70
Informática	58
Inglês de Infantaria	86
Língua Inglesa	172
Língua Portuguesa	217
Lógica	23
Organização, Sistemas e Métodos	32
Pesquisa Operacional	40
Probabilidade e Estatística	52
Psicologia	45
Química Aplicada à Infantaria	50
Sociologia	32
Teorias Administrativas	41

No **Campo Técnico-Especializado** eram as seguintes Disciplinas:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Material Bélico	25
Artilharia Antiaérea	50
Cerimonial Militar	50
Conraguerrilha	25
Contra-Incêndio	58
Defesa de Superfície de Base Aérea	45
Defesa Química Biológica e Nuclear	35
Eletrônica Aplicada à Radars	41
Equipamentos Bélicos	86
Guerra Eletrônica para Infante	37
Infantaria da Aeronáutica	25
Meios de Apoio ao Combate Terrestre	90

Meteorologia de Operações Militares	35
Montanhismo	40
Navegação Terrestre	70
Operações Helitransportadas	40
Padronização de Instrutor de Tiro	80
Polícia da Aeronáutica	88
Segurança de Instalações	35
Segurança Interna	35
Serviço Militar	52
Sistemas Bélicos	56
Táticas de Combate Terrestre	264
Técnica Criminal	70
Técnicas de Instrução Militar	164

No Campo Militar, as Disciplinas existentes para o CFOINF eram basicamente as mesmas do CFOINT, com a diferença da Instrução de Salto de Emergência, como já foi explanado anteriormente.

Após as alterações para o novo Curso, a Grade Curricular passa a ter: no Campo Geral, 3999 tempos, no Campo Técnico-Especializado, 1558 tempos e no Militar, 1108 tempos e, se considerarem mais os tempos de atividades administrativas, haverá no Curso um total de 7355 tempos. Levando-se em conta um saldo de 6400 tempos disponíveis, pode-se perceber que não seria possível encaixar no Curso todas as atividades propostas.

As Disciplinas do **Campo Geral**, que passaram a compor a Grade Curricular do CFOINF, com a implantação do novo Curso, são praticamente as mesmas do CFOINT, diferenciando-se com a inclusão neste das seguintes Disciplinas: Eletricidade, que ocorre somente para o CFOINF e CFOAV, 46 tempos; Fundamentos de Eletrônica 14 tempos;

Fundamentos de Física 27 tempos e Química Aplicada à Infantaria 24 tempos, as duas últimas previstas somente neste Curso.

No **Campo Técnico-Especializado**, as Disciplinas passaram a ser:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Material Bélico	24
Artilharia Antiaérea	46
Cerimonial Militar	43
Contra-guerrilha	24
Contra-Incêndio	46
Defesa de Superfície de Base Aérea	38
Defesa Química Biológica e Nuclear	29
Equipamentos Bélicos	69
Estágio de Instrutor de Tiro	80
Estágio Prático de Infantaria	200
Infantaria da Aeronáutica	24
Meios de Apoio ao Combate Terrestre	68
Meteorologia de Operações Militares	32
Montanhismo	45
Navegação Terrestre	57
Operações de Selva	45
Operações Helitransportadas	45
Polícia da Aeronáutica	73
Radares de Vigilância e Tiro	22
Segurança de Instalações	34
Segurança Interna	34
Serviço Militar	23
Táticas de Combate Terrestre	171
Técnica Criminal	66
Técnicas de Instrução Militar	220

O **Campo Militar** passou a ser composto pelas mesmas Disciplinas, com as mesmas cargas horárias, nos três Cursos, ou seja, CFOINT, CFOINF e CFOAV.

2.1.1.3 GRADE CURRICULAR DO CFOAV



No CFOAV, a situação também se apresenta de forma bastante crítica, e isto ocorre principalmente em virtude da principal atividade desse curso que possui, também, a carga horária mais extensa: a Instrução de vôo. Esta instrução, além de precisar de uma extensa carga horária, para realizar de forma adequada o processo de ensino-aprendizagem, também necessita de uma considerável flexibilidade, pois depende de fatores meteorológicos para que possa ser efetivada. É considerada a atividade de importância central na AFA, e, por isso, é intocável. Ela foi mantida quase que integralmente como era no antigo Curso, mesmo depois da implantação do curso de Administração. Com isso também foram mantidas as Disciplinas do Campo Técnico-Especializado, que dão suporte aos conhecimentos necessários para a instrução de vôo.

Deve-se lembrar, também, o considerável aumento na carga horária do Campo Geral, visto que o Curso anterior, comparando-se com os outros quadros, destinava a menor parcela para matérias voltadas para a área de Administração.

Na Grade Curricular do Curso anterior, aprovada no Currículo Mínimo em vigor, também de 21 de março de 2002, eram ministrados para o CFOAV 1418 tempos de aulas no Campo Geral, 1960 tempos no Campo Técnico-Especializado e 1717 tempos no Campo Militar. Somados os tempos de atividades administrativas, o CFOAV possuía uma carga horária geral de 5901 tempos.

Nesta Grade antiga, as Disciplinas do **Campo Geral** eram:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Administração de Recursos Humanos	32
Cálculo Diferencial	136
Didática	25
Direito Geral	41
Economia	35
Eletricidade	66
Eletrônica	35
Fenômenos de Transporte	31
Física Básica	59
Geometria Analítica	52
História Militar	70
Informática	58
Inglês de Aviação	120
Língua Inglesa	172
Língua Portuguesa	217
Lógica	23
Mecânica	36
Organização, Sistemas e Métodos	32
Probabilidade e Estatística	52
Psicologia	45
Sociologia	32
Teorias Administrativas	41

No Campo Técnico-Especializado eram:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Aerodinâmica	86
Apronto de Pré-Solo T-25	6
Apronto de Aproximação T-25	6
Apronto de Manobras e Acrobacias T-25	6
Apronto de Formatura T-25	6
Apronto de Navegação T-25	6
Apronto de Pré-Solo T-27	7
Apronto de Manobras e Acrobacias T-27	6
Apronto de Noturno T-27	6
Apronto de Formatura T-27	7
Apronto de Instrumentos T-27	6
Apronto de Navegação T-27	6
Eletrônica de Aviação	33

Instrução Técnica de Aeronave T-25	45
Instrução Técnica de Aeronave T-27	59
Link Trainer	24
Navegação Aérea 1	21
Navegação Aérea 2	62
Navegação Aérea 3	63
Instrução de Simulador	44
Tráfego Aéreo 1	45
Tráfego Aéreo 2	45
Instrução de Vôo na Aeronave T-25	580
Instrução de Vôo na Aeronave T-27	580
Meteorologia 1	31
Meteorologia 2	42
Medicina Aeroespacial	43
Guerra Eletrônica	45
Propulsão	44

Finalmente as Disciplinas do **Campo Militar**:

<i>DISCIPLINAS</i>	<i>TEMPOS DE AULAS</i>
Primeiros Socorros	21
Treinamento Físico para Aviador	980
Armamento, Munição e Tiro	84
Atividade de Campanha	160
Instrução de Salto de Emergência	40
Inteligência	18
Legislação Militar	116
Ordem Unida	85
Orientações Doutrinárias	64
Processo Judiciário Militar	48
Segurança no Trabalho	21

Ao somar todas as propostas de cargas horárias necessárias na implantação do novo Curso, de acordo com os setores responsáveis, para a composição dos currículos, chega-se à conclusão de que o tempo disponível para o desenvolvimento do Curso, assim como no CFOINF, além de estar muito longe de respeitar o critério ideal de flexibilidade

proposto pelo próprio Comando da Aeronáutica em sua Instrução 37-4⁹², não é suficiente para se encaixarem todas as atividades. Esta soma fica da seguinte forma: Campo Geral 4073 tempos, Campo Técnico-Especializado 1869 tempos, Campo Militar 1108 tempos, que juntamente com as atividades administrativas, totaliza 7691 tempos.

A composição das Disciplinas do Campo Geral, na proposta, é praticamente a mesma dos outros Cursos, com exceção de Física Básica (22 tempos), Eletrônica Aplicada (51 tempos), Fenômenos de Transporte (30 tempos) e Mecânica (36 tempos), que somente acontecem para o CFOAV.

No intuito de resolver o problema relacionado à falta de tempo disponível para a realização de tantas atividades, foram apresentadas duas propostas da Equipe de implantação do projeto ao Diretor-Geral do Departamento de Ensino da Aeronáutica.

A primeira seria para que se ministrasse, na AFA, a instrução de vôo em uma única aeronave, o T-27, abolindo desta forma o vôo no T-25 para o CFOAV, e que se suprimissem algumas Disciplinas Técnico-Especializadas no CFOINF. Isto aliviaria muito a carga horária dos CFOAV e CFOINF, que são os cursos que apresentam a situação mais crítica em relação ao excesso de carga horária. A proposta da retirada do vôo no T-25 foi elaborada por Oficiais Aviadores, com o argumento de que, diante da atual situação, seria possível condensar todos os conhecimentos necessários ao piloto militar num único curso para uma aeronave. Porém, pode-se concluir com muita clareza que a retirada do curso de pilotagem de uma das aeronaves, com a considerável diminuição nos tempos de instrução

⁹²“A carga horária total deverá ser discriminada em dias letivos e incluirá os tempos destinados às atividades de complementação da instrução, atividades de avaliação, atividades administrativas e a flexibilidade da programação, esta última calculada, em princípio, em 20% da carga horária total do curso (...).” BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-4. *Instrução de elaboração e revisão de currículos mínimos*, p. 8.

aérea e a retirada de tempos das Disciplinas específicas, que oferecem um respaldo técnico para o desempenho da atividade-fim de cada especialização, causaria uma perda considerável para o aspecto da formação necessária ao Oficial da Força Aérea, ou seja, a participação em atividade de combate exige um preparo específico.

Sem dúvida, esta proposta causou imensa polêmica no meio dos aviadores, que defendem, como principal atividade do Oficial Aviador, o vôo, não podendo este ter prejuízos por conta de uma atividade que julgam ser secundária. Além disso, argumentavam que o piloto militar necessita de uma instrução especial em relação ao vôo, pois, numa situação de combate, ele deve estar preparado para obter sucesso. Não são suficientes somente os conhecimentos de uma pilotagem comum.

A princípio, o parecer do Diretor-Geral de Ensino da Aeronáutica foi favorável, mas depois nos transmitiram que esta proposta não seria aprovada.

A segunda proposta foi a de que a duração do curso na AFA passasse de quatro para cinco anos, para os três Cursos. Essa proposta foi rejeitada, porque essa decisão envolveria uma total reformulação da estrutura existente na AFA, como, por exemplo, a construção de novos alojamentos, salas de aula, refeitório, etc. Sem contar com a própria alteração no plano de carreira e planejamento de recursos humanos existentes hoje.

Diante de todos os problemas expostos, com relação ao tempo necessário para a execução de tantas atividades, a orientação do Departamento de Ensino foi para que o ano letivo aumentasse para duzentos e vinte dias e que cada dia tivesse nove tempos de aulas, e não oito como era até então. Além disso, vinte e três sábados do ano passam a ser dias letivos também, com quatro tempos de aulas pela manhã. Dessa forma, passa-se a ter

8288 tempos disponíveis ao longo dos Cursos, e não mais 6400 com anteriormente.⁹³ Essa alternativa não resolveu totalmente o problema, visto que a flexibilidade de tempos que se conseguiu foi muito pequena, o que dificulta demais a execução dos trabalhos, principalmente para os Cadetes, que ficam muito sobrecarregados com tantas atividades.

Além da sobrecarga de atividades para os alunos, também o problema da desmilitarização dos Cursos da Academia não foi resolvido com a solução apresentada pelo Departamento de Ensino, pois as Disciplinas especificamente militares não tiveram suas cargas horárias ampliadas. Podemos citar como exemplo a Disciplina “Treinamento Físico”, que desenvolve uma habilidade extremamente necessária a um combatente: condicionamento físico em perfeitas condições. Esta Disciplina sofreu uma perda de 50% do número de tempos que possuía, o que, além de prejudicar o condicionamento físico, provoca uma situação de o aluno permanecer durante uma média de 10 horas tendo somente instruções teóricas, em alguns dias das semanas.



⁹³ Ao longo do ano de 2005 esta situação foi alterada e as aulas aos sábados deixaram de ocorrer, passando os dias letivos a ter 10 tempos de aula. Dessa forma, o tempo total disponível para o curso passa a ser de 8.800 tempos.

Contudo, mesmo diante de tantas implicações que colocam em risco o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido nos Cursos da AFA, são publicadas as: Portaria DEPENS nº 187/DE-1, de 27 set. 2004 aprova a modificação da ICA 37-113, “Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Aviadores”, introduzindo a Grade Curricular do CFOAV, a ser incluída no Currículo Mínimo (ICA 37-113) do referido curso, para aplicação à turma que ingressou em 2004; Portaria DEPENS nº 186/DE-1, de 27 set. 2004 aprova a modificação da ICA 37-89, “Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Infantaria da Aeronáutica”, introduzindo a Grade Curricular do CFOINF, a ser incluída no Currículo Mínimo (ICA 37-89) do referido curso, para aplicação à turma que ingressou em 2004; Portaria DEPENS nº 185/DE-1, de 27 set. 2004 aprova a modificação da ICA 37-66, “Currículo Mínimo do Curso de Formação de Oficiais Intendentes da Aeronáutica”, introduzindo a Grade Curricular do CFOINT, a ser incluída no Currículo Mínimo (ICA 37-66) do referido curso, para aplicação à turma que ingressou em 2004.

2.1.2 OUTRAS ETAPAS DO PROCESSO

Uma outra grande dificuldade encontrada nesse processo de implantação do Curso de Administração foi o prazo estabelecido. Começamos os trabalhos em setembro de 2003 e a decisão do Comandante da Aeronáutica era para que tal Curso se iniciasse em 2004. Para cumprirmos esta determinação, tivemos que vencer prazos muito curtos, o que prejudicava muito a qualidade do Projeto que estava sendo desenvolvido.

Junto ao Ministério da Educação, a situação também era bastante delicada, pois solicitávamos o reconhecimento de um Curso na AFA, mas com a manutenção de

muitos itens que determinavam a especificidade desta Instituição, portanto, sem perder as suas características próprias, que são diferentes das regras previstas pelo MEC, como por exemplo, as formas de acesso à AFA. Nem todos os Cadetes entram na AFA por meio de vestibular. Algumas vagas são reservadas para alunos oriundos de Barbacena, da EPCAR (Escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica), onde os alunos cursam, em três anos, um curso equiparado ao ensino médio, preparando-se para o CFOAV. Os alunos da EPCAR podem ter acesso à AFA, desde que classificados dentro do número de vagas reservadas para esse fim, sem necessidade de prestarem o vestibular da Academia, o que contradiz as regras colocadas pelo MEC para acesso às Faculdades.

Outra questão importante era com relação à estrutura física da Academia, que não correspondia ao que é determinado pelo MEC como, por exemplo, as salas dos professores, a falta da cantina próxima às salas de aulas, os espaços reservados para estudo individual na Biblioteca, etc.

Além disso, também havia a falta de recursos materiais que seriam exigidos, tais como livros na Biblioteca, acesso à Internet, etc.

Estas necessidades foram transmitidas ao Departamento de Ensino para viabilizar a criação do Curso, incluindo a contratação de professores, com formação de Mestres ou Doutores em Administração; a resposta foi de que tudo seria providenciado, visto que a implantação deste Curso já era uma decisão tomada pelo Comando da Aeronáutica.

Assim, nossa primeira missão foi a elaboração do Projeto Pedagógico e do Plano de Desenvolvimento Institucional, que seriam apresentados ao Ministério da Educação.

Para a realização do Projeto Pedagógico, foram formadas equipes que eram compostas por Professores e Oficiais da Divisão de Ensino da AFA; cada equipe ficaria encarregada de realizar uma parte do projeto.

Depois de passar pela análise do Departamento de Ensino da Aeronáutica, em junho de 2005 o Projeto Pedagógico da FAAER é enviado ao MEC para proceder ao processo de reconhecimento; este, por sua vez, o submeteu para avaliação à Comissão designada pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Após o Parecer favorável desta instituição, foi aprovado sem restrição. De acordo com o citado documento, é objetivo do novo Curso:

O objetivo geral do curso de administração da FAAER é formar profissionais empreendedores com capacidade de promover o desenvolvimento em todas as áreas da gestão pública, valorizando o ser humano, a ética e a cidadania como princípios norteadores de suas atividades. Para tanto, proporciona ao discente o desenvolvimento de uma visão holística, raciocínio crítico e conhecimento para avaliar o contexto geral da organização, e assim, propor soluções adequadas ao desenvolvimento da mesma.⁹⁴

No meu caso, como Oficial encarregada da Subseção de Estudos da Seção de Planejamento, integrei a equipe que cuidaria das propostas curriculares das Disciplinas que compõem os Cursos que fazem parte do Projeto Pedagógico.

⁹⁴ Projeto Pedagógico da Faculdade de Administração da Aeronáutica (FAAER), p. 2.

Nesse momento, deparamos com outra dificuldade crucial para o desenvolvimento do projeto, e que, de certa forma, retoma a questão inicial deste trabalho: a falta de definições sobre o perfil que a Força Aérea Brasileira espera de seus Oficiais, depois de formados, levando-se em conta que as definições existentes até então ficam desatualizadas, a partir das novas diretrizes anunciadas pelo Comandante da Aeronáutica.

Então, como definir um currículo, os objetivos de um curso, se não se sabe onde se quer chegar? Quais habilidades deve possuir um Oficial da Força Aérea Brasileira, que tem como missão:

- *orientar, coordenar e controlar as atividades de Aviação Civil; prover a segurança da navegação aérea;*
- *contribuir para a formulação e condução da Política Aeroespacial Nacional;*
- *estabelecer, equipar e operar, diretamente ou mediante concessão, a infra-estrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária;*
- *operar o Correio Aéreo Nacional.*⁹⁵

Não basta dizer que devem ter formação em Administração, é preciso definir também que tipo de administrador a Força Aérea espera que seja formado. Além disso, como conciliar a formação do Administrador com a formação do militar, o que a Força Aérea espera desse militar, ou melhor, o que a sociedade espera dos militares? Enfim, os trabalhos continuaram sem essas definições, e, obviamente, deixando falhas pelo caminho, além de muitos conflitos, visto que as opiniões em muito divergem sobre o que é importante ou não na formação do Cadete.

Carvalho defende em sua obra a necessidade da participação do mundo civil nas decisões sobre os rumos a serem seguidos pelas Forças Armadas, visto que estas estão a

⁹⁵ Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 (ART 18).

serviço da sociedade, na defesa das “*instituições constitucionais*”. Esta participação deve acontecer principalmente através de pesquisas no meio acadêmico e do Congresso Nacional. Porém, este processo não vem acontecendo como deveria e essa omissão, também, é responsável pela indefinição do papel dos militares em nosso país. Nesse sentido, o autor coloca vários exemplos em que observa a falta de intervenção do Congresso e uma tentativa, sem muito sucesso, da “*comunidade científica*” de interferir em decisões importantes no sistema da política de segurança, da política nuclear, na política da produção de material de emprego militar ou na política de organização interna das instituições militares⁹⁶. Segundo sua análise, com a qual estou de acordo, esta omissão contribui para uma distorção do papel dos militares, dando espaço inclusive para facções que defendem a viabilidade da intervenção militar na política.

Em consequência da falta de definição sobre como, realmente, deve ser o desempenho do Oficial depois de formado, há várias tendências existentes, cada uma defendendo um diferente ponto de vista sobre a composição dos Currículos dos Cursos. Uma das tendências defende, com toda convicção, a importância de seus argumentos e reafirma a necessidade de uma imensa carga horária a ser desenvolvida. Além disso, faz também constantes solicitações e propostas de alterações nas Grades Curriculares e nos conteúdos das Disciplinas a serem desenvolvidas nos Cursos (desde o início dos trabalhos já foram sugeridas várias propostas de Grade Curricular, principalmente das Disciplinas do Curso de Administração, inclusive após os Currículos Mínimos estarem totalmente finalizados e já terem sido enviados ao Departamento de Ensino da Aeronáutica, tivemos que refazer, quase que totalmente, o Campo Geral que é o Campo onde estão contidas as

⁹⁶ CARVALHO, José Murilo. *Forças Armadas e política no Brasil*, p. 147.

Disciplinas de Administração, podendo causar até uma impressão de falta de objetividade sobre as idéias defendidas pela equipe técnica que desenvolve os respectivos trabalhos).

Todos esses fatores causaram uma crise nos setores internos da AFA, provocaram muitos questionamentos em torno das decisões vindas do Comando e, principalmente, sobre a forma como eram implantadas essas decisões. Apesar de vivermos num ambiente em que os princípios de hierarquia e disciplina são rigidamente cobrados e respeitados, não há como controlar a insatisfação e os olhares críticos de todos que participam do processo. As ordens são cumpridas, porém são inevitáveis as manifestações de desacordo com a mudança do enfoque na formação dos Oficiais da Força Aérea, que perdem, com isso, uma significativa parcela de instruções relacionadas à sua formação profissional, preparando-os para a batalha e para a defesa do espaço aéreo do país.

Os principais questionamentos surgiam nos setores que cuidam da Instrução Técnico-Especializada e da Instrução Militar, pois foram as instruções que mais se prejudicaram com essas modificações.

Existe uma preocupação de elementos, militares e civis, que participam do processo de ensino da AFA, de que a escola e a formação por ela oferecida perca as características específicas de uma escola de formação militar, na medida em que deverá subordinar-se a regras estabelecidas pelo MEC para escolas de formação do ambiente civil.

Além dos conflitos ocorridos em virtude da mudança de enfoque, outros ainda ocorrem pela falta de flexibilidade com que é feito o Planejamento, pois não há espaço para novas sugestões, para as situações imprevistas, enfim, para qualquer proposta de alteração desse Planejamento.

Para exemplificar fatores que causam a preocupação com a perda das especificidades de uma Academia militar e a complexidade da elaboração de um planejamento tão inflexível, pode-se mencionar o fato da insistência do grupo de professores civis que compõe as Coordenadorias da FAAER, em uma idéia de implantação de uma programação fixa de aulas semanais. Essa idéia tem o intuito de tornar os Cursos desenvolvidos na AFA cada vez mais adequados às formas de cursos de faculdades civis, privilegiando com os melhores horários as aulas das disciplinas do Curso de Administração, em detrimento das instruções militares.

Mesmo após um grande empenho da parte dos Oficiais, envolvidos na elaboração do planejamento e das programações, para esclarecer a impossibilidade da efetivação de tal proposta, permanece uma certa pressão para que as solicitações deste grupo sejam atendidas, mesmo reconhecendo-se a incoerência destas.

Por diversas vezes estas questões foram abordadas, inclusive através de documentos internos que explicitam as razões que estão envolvidas neste diferenciado planejamento da AFA, como podemos verificar no texto abaixo:

...c) um importante aspecto que deve ser enfatizado é que em muitas ocasiões não é possível manter a distribuição das aulas na semana, como está na proposta. Isto se dá pelos seguintes fatores:
- existem atividades que precisam ser planejadas para todas as turmas ao mesmo tempo, como é o caso das avaliações, reuniões com o Comandante do Corpo e dos Esquadrões, aulas de Ordem Unida e Orientações Doutrinárias, Instrução Técnica da Aeronave T-25 (ITA-5) e Estágio Prático de Intendência. Como exemplo podemos citar a prova de Estatística Aplicada, prevista para a semana de 29.08.2005 a 03.09.2005. Neste caso, a prova deverá ocorrer para todas as turmas no mesmo horário, e as aulas de Estatística, previstas nesta semana, terão que ocorrer com 48 horas de antecedência à prova, como prevê o Plano de Avaliação. Para que isso seja possível, várias aulas deverão ser deslocadas para outros dias e outros horários em todas as turmas. Neste deslocamento, deparamo-nos com várias interferentes como: dispensa de

professores, choques de aulas, professores que não podem dar as primeiras ou as últimas aulas, etc. Em relação à ITA-5 e Estágio Prático de Intendência, salvo melhor juízo, devem ser programados em blocos de aulas, e não diluídos ao longo do ano.

- a cadência de aulas de cada disciplina, de acordo com a proposta elaborada pela FAAER, não pode ser mantida em todas as semanas, pois desta forma não se atinge a carga horária prevista no Currículo Mínimo. Por exemplo: Teorias da Administração, para a qual a proposta prevê uma carga de quatro aulas semanais, a partir de 29 de agosto, em duas semanas, 17 a 22 out. e 07 a 11 nov., deverão ocorrer seis aulas na semana, em cada turma, para que se cumpram os 80 tempos previstos nesta disciplina. Também nesta situação, para que os tempos que faltam sejam alocados, deverá ocorrer um deslocamento de aulas para outros dias e outros horários, em todas as turmas, levando-se em conta todas as interferentes citadas no item anterior;

- algumas atividades devem ser alocadas em horários previamente fixados, para os quais não temos autonomia em alterá-los, como é o caso da Inspeção de Saúde, que deve ocorrer sempre nas segundas e quartas-feiras pela manhã. Desta forma, as aulas destes dias e horários devem ser deslocadas, no mesmo processo explicitado nos itens anteriores.

2. *Diante de tudo o que foi exposto, deixo como sugestão, para que se diminuam as constantes variações na programações semanais, causando tantos transtornos para todos os envolvidos no processo de planejamento e execução das atividades de ensino, que haja uma maior seletividade no atendimento aos pedidos de mudanças nas programações. É preciso que haja uma maior restrição quanto aos motivos que são levados em conta no momento da permissão para se alterarem as programações, principalmente depois que já estiverem assinadas e publicadas.*

3. *Sugiro que todas as alterações sejam feitas somente por necessidade da instrução, e somente nos horários das reuniões de Pré-Programas, pelos Coordenadores ou Chefes dos setores. Sempre que houver necessidade de alteração por motivo particular ou após a reunião, que o Coordenador ou Chefe do setor traga as trocas já acertadas entre todos os envolvidos, não deixando sob a responsabilidade da Subseção de Programação a modificação do horário fora das reuniões.*

4. *Proponho, também, que as alterações no Planejamento Anual sejam realizadas somente pelo Chefe da Seção de Planejamento, ficando para a Subseção de Programação realizar somente alterações que ocorram dentro das semanas, como mudanças de dias ou horários, mas sem modificar o que o Planejamento Anual prevê em cada semana. Neste caso, se estiverem previstas, por exemplo, quatro aulas de uma determinada disciplina, em uma determinada semana, esta carga horária deverá ser cumprida, mesmo que haja variação do dia ou do horário, não podendo deixar de acontecer sem prévia autorização da Seção de Planejamento.*

5. *Desta forma estou certa de que conseguiremos alcançar uma rotina menos tumultuada e um planejamento com maiores possibilidades de atender à necessidades da instrução.*⁹⁷

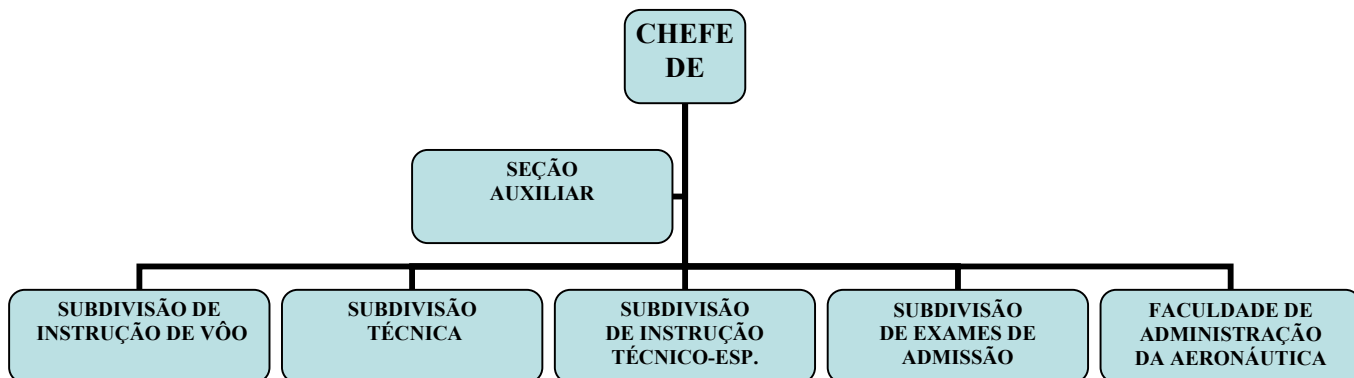
Mesmo contando com tantas contradições internas, em novembro de 2005 o MEC declara a equivalência do Curso Superior de Administração aos cursos superiores de graduação de Administração do sistema civil de ensino, através da Portaria nº 4.115, de 30 nov. 2005, Seção I, publicado no DOU de 02 dez. 2005.

2.1.3 NOVA ESTRUTURA DA DIVISÃO DE ENSINO DA AFA

Não só as Disciplinas e a estrutura dos Cursos sofreram alterações, diante deste novo panorama vivenciado pela Academia. Também a estrutura de organização da Divisão de Ensino passou a ter uma nova composição, aliás, a estrutura de toda a Academia foi alterada. Um novo Regimento Interno foi elaborado e aprovado.

As Subdivisões, como foi esclarecido no capítulo anterior, com as mudanças passaram a ser as seguintes:

⁹⁷ Parte nº 089/SDTC-DE, de 22 de agosto de 2005.

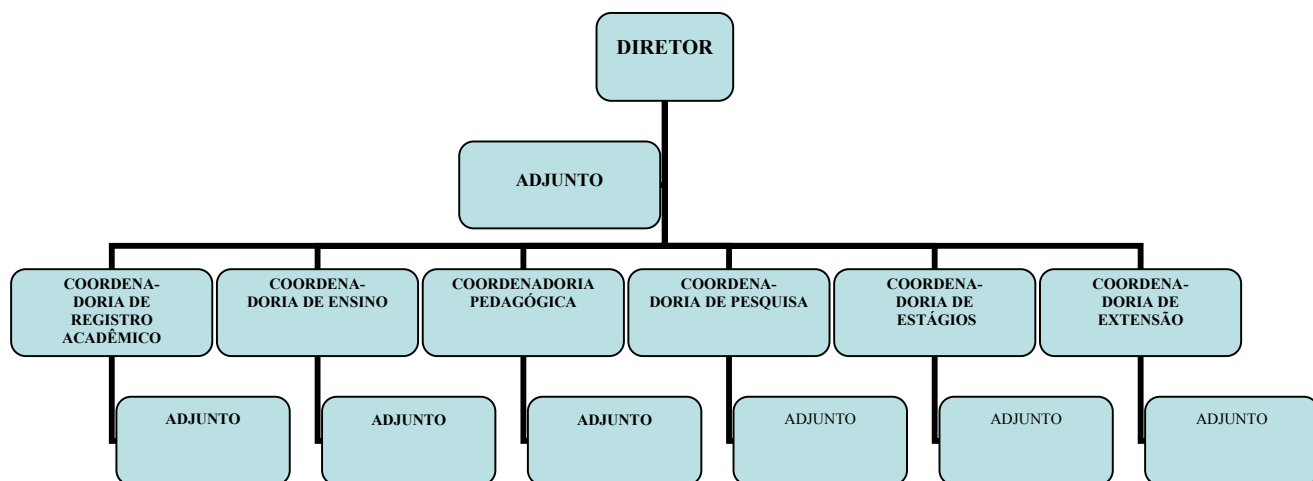


Como se pode verificar, criou-se um outro setor, diretamente subordinado ao Chefe da Divisão de Ensino, que seria responsável pelas Disciplinas do Curso de Administração e por tudo mais que diz respeito ao desenvolvimento desse curso.

Este novo setor foi denominado Faculdade de Administração da Aeronáutica (FAAER), que mesmo não correspondendo à realidade, pois não há uma faculdade na AFA, foi escolhido como nome “fantasia”.

A Subdivisão de Instrução Científica fica suprimida e as Disciplinas que são do Campo Geral, mas não são do Curso de Administração, como é o caso de Mecânica, Fenômenos de Transportes, entre outras, passam a ser coordenadas por uma nova seção: a Coordenadoria de Instrução Especializada, diretamente subordinada à Subdivisão Técnico-Especializada.

A FAAER é composta por Coordenadorias, conforme organograma a seguir:



As Coordenadorias das áreas, que eram divididas basicamente pelas áreas do conhecimento, como já vimos no capítulo anterior, desaparecem.

Foi realizado um concurso público para a contratação de professores da área de Administração. O quadro de professores da AFA passou a ser:

NÚMERO DE PROFESSORES	NÍVEL DE FORMAÇÃO	ÁREA
01	DOUTORADO	LETRAS
02	DOUTORADO	ADMINISTRAÇÃO
01	DOUTORADO	SOCIOLOGIA
01	DOUTORADO	CIÊNCIAS
01	DOUTORADO	FILOSOFIA
01	DOUTORADO	MATEMÁTICA
01	DOUTORADO	FÍSICO-QUÍMICA
01	DOUTORADO	ENGENHARIA MECÂNICA
05	DOUTORADO	EDUCAÇÃO
01	MESTRADO	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO
02	MESTRADO	LETRAS E TEORIA LITERÁRIA
03	MESTRADO	MATEMÁTICA
08	MESTRADO	ENGENHARIA DA PRODUÇÃO
01	MESTRADO	BIOENGENHARIA

01	MESTRADO	CONTABILIDADE
01	MESTRADO	ENGENHARIA
08	MESTRADO	ADMINISTRAÇÃO
01	MESTRADO	ADMINISTRAÇÃO DE MARKETING
02	MESTRADO	EDUCAÇÃO
03	MESTRADO	EDUCAÇÃO FÍSICA
01	MESTRADO	EDUCAÇÃO ESPECIAL
05	MESTRADO	FÍSICA
02	MESTRADO	CIÊNCIA POLÍTICA
03	MESTRADO	MOTRICIDADE
01	MESTRADO	DIREITO
01	MESTRADO	FORMAÇÃO DE LÍDERES EMPRESARIAIS
01	MESTRADO	FILOSOFIA
01	MESTRADO	SOCIOLOGIA
01	MESTRADO	TRABALHO AGRÍCOLA
02	ESPECIALIZAÇÃO	CIÊNCIAS DO ESPORTE
12	ESPECIALIZAÇÃO	METODOLOGIA, DIDÁTICA DO ENSINO SUPERIOR
01	ESPECIALIZAÇÃO	TÉCNICO EM TREINAMENTO DESPORTIVO
01	ESPECIALIZAÇÃO	METODOLOGIA DE ENSINO- APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA
01	ESPECIALIZAÇÃO	MORFOSSINTAXE
01	ESPECIALIZAÇÃO	ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS
01	ESPECIALIZAÇÃO	FÍSICO-QUÍMICA
03	GRADUAÇÃO	LETRAS

Apesar de todas as mudanças ocorridas dentro dos Cursos ministrados na AFA, que não podem deixar de acontecer, visto que estamos sujeitos a determinações superiores, existe a preocupação de vários militares e profissionais civis, como já foi dito, no sentido de envidar um grande esforço para não deixar que uma estrutura de “Faculdade” faça com que seja prejudicado nosso real perfil de uma Academia Militar, com todas as suas particularidades necessárias à formação de nossos Oficiais.

Acredito que, em havendo uma análise sobre o perfil que se espera de um Oficial da Força Aérea Brasileira, sintam-se a necessidade de conhecimentos na área de Administração para os futuros líderes militares, visto que essa é uma característica da atual realidade; afinal de contas, antes que possamos assistir a uma mudança nos rumos da política, em relação aos assuntos da defesa nacional ou do emprego de ações militares, esses Oficiais realmente utilizarão esses conhecimentos em grande parte de suas carreiras. Porém, é importante que o Projeto de implantação de disciplinas de Administração seja desenvolvido de forma que não prejudique a formação do Oficial da Força Aérea que, antes de tudo, deve ser um profissional preparado e engajado na missão da defesa do espaço aéreo da nossa nação.

3. A FORMAÇÃO GERAL DOS OFICIAIS DA AERONÁUTICA

3.1 TEORIA GERAL DE CURRÍCULO

Neste capítulo, pretendo desenvolver uma reflexão no sentido de entender que causas podem ter contribuído para que tantas alterações curriculares ocorressem na Academia da Força Aérea, ao longo de sua trajetória, até os dias atuais, e de que forma se deram tais alterações. Além disso, buscarei subsídios que possam dar embasamento para um trabalho de definição curricular, respeitando etapas importantes do processo. Para isto, acredito na importância de um entendimento mais profundo sobre a teoria existente na definição do Currículo Escolar.

Utilizei como fonte de consulta, trabalhos de pesquisadores que já possuem um espaço reconhecido no campo da pesquisa científica, tanto pelo resultado de seus trabalhos, como também pelo comprometimento com a autenticidade e seriedade da teoria divulgada nesses trabalhos e em documentos oficiais que definem a elaboração dos Currículos Escolares, no Sistema de Ensino de nosso país.

Enfatizando o referencial a que me propus para a realização desta pesquisa, com relação à premissa de valorização da historicidade dos fatos, farei uma descrição de como se definiram os Currículos Escolares da AFA, desde o princípio de sua utilização, comparando-os com experiências atuais e procurando entender a visão atual, o que dará embasamento, desta forma, para uma melhor compreensão do objeto em questão: os Currículos dos Cursos da Academia da Força Aérea.

Além da análise histórica, também considero relevante uma averiguação dos fundamentos e teorias que envolvem a elaboração de um Currículo Escolar, segundo relatos de pesquisadores deste campo, levando em conta o que envolve a escolha de determinadas disciplinas escolares, para um determinado curso, qual a relação destas disciplinas com a finalidade do curso, e (aprofundando-se um pouco mais) com a finalidade da Educação, dentro de algumas concepções. Realizarei esta reflexão, tendo como referência a crença de que os sistemas educativos são organizados de forma que atinjam objetivos, nem sempre declarados, mas implícitos em seus currículos ou planejamentos. Neste percurso, busco o auxílio da análise realizada por Apple, em que ressalta, de maneira geral, que os sistemas educativos possuem “*funções ocultas e manifestas*” e discute sobre a importância dos estudos no campo dos currículos, devendo estes basearem-se numa visão mais abrangente. Para ele, “*(...) o estudo do conhecimento educativo é um estudo na ideologia (seja conhecimento do tipo lógico do ‘que’, ‘como’ ou ‘para’) por grupos e classes sociais específicos, em instituições específicas, em momentos históricos específicos.*”⁹⁸

Buscarei descrever, ainda, os passos importantes na trajetória da elaboração de um Currículo Escolar e que conseqüências decorrerão de não se cumprir o caminho imprescindível desta trajetória. Devo também analisar quem são/devem ser os autores ou elementos envolvidos neste trabalho, quais as angústias e conflitos que podem aparecer entre estes elementos ao longo do processo, dentro da perspectiva de alguns autores, com o propósito de buscar o entendimento sobre o meu objeto específico: a Academia da Força Aérea, os Currículos dos cursos oferecidos por esta Instituição e a maneira como foram

⁹⁸ APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*, p. 86.

sendo alterados, nos diferentes contextos em que seriam aplicados. Em suma, inserir essa problemática específica na Teoria Geral do Currículo.

3.2 A UTILIZAÇÃO DO TERMO “CURRÍCULO”

Segundo uma apuração feita por Saviani, o surgimento do termo Currículo coincide com o contexto da Reforma Protestante, no final do século XVI, na mesma medida em que se divulgam as idéias calvinistas. Nesse momento, verifica-se que o Currículo é utilizado em universidades que tinham ligação com o movimento protestante e com os princípios calvinistas.⁹⁹

O termo Currículo, originalmente provém do latim, e seu significado “*movimento progressivo ou carreira*”, foi utilizado para indicar uma “*entidade educativa que denotava uma totalidade estrutural e uma integridade seqüencial constituindo-se num todo unitário*”¹⁰⁰. Conclui-se, então, que “*a idéia de currículo faz-se logo acompanhar pelas de ordem (no sentido de seqüência interna) e de disciplina (no sentido de coerência estrutural) – como elementos indispensáveis a qualquer curso.*”¹⁰¹

Há que se considerar que a definição de Currículo apresenta divergências, de acordo com as diferentes concepções de Ensino, como no caso da visão daqueles que qualificam o conteúdo como sendo o aspecto mais importante num programa a ser proposto

⁹⁹ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 39.

¹⁰⁰ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 24.

¹⁰¹ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 25.

e dos que se preocupam mais com as técnicas de ensino, valorizando-se então todas as experiências vividas pelo aluno no âmbito da Escola.

No caso da AFA, ainda não é ponto pacífico a busca por essa definição, apesar de constatarmos que houve uma mudança de foco, cujo destaque para a área de exatas foi perdendo espaço para uma influência maior da área de humanas sem, entretanto, um debate claro ter sido fundamentado nesse sentido. Como já afirmado anteriormente, nem mesmo a preconizada validação curricular ocorre, justamente porque não há o mínimo de tempo cumprido por um currículo que permita esse trabalho. Além do mais, aqueles que acreditam no ensino conteudista reafirmam a necessidade da carga horária estafante e improdutiva imposta aos cadetes, enquanto que, por outro lado, outros argumentam que as experiências militares são mais significativas para a formação de um Oficial das armas e que, portanto, as técnicas (compreendidas também como um exemplo a ser seguido) devem ser sempre valorizadas e aplicadas de acordo com os objetivos e interesses da instituição, mas também garantindo um ensino de qualidade. Tanto é assim que até mesmo os instrutores de vôo passam por um Curso de Preparação de Instrutores de Vôo (CPIV), onde são discutidas questões relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, mas tendo em vista o padrão FAB.

Apple apresenta, em sua obra, uma visão mais crítica sobre o que deve o campo curricular desenvolver, ou seja, antes de questionar o que deve ser ensinado ou como deve ser, ele observa uma questão que deveria ser considerada prioritária: *“De quem são os significados recolhidos e distribuídos através dos currículos manifestos e ocultos*

nas escolas?”¹⁰² Ele acrescenta a este campo de estudos idéias inovadoras que complementam descobertas anteriores, como no caso da teoria que define a Escola como uma instituição que reproduz um sistema de valores de acordo com o sistema econômico e político vigente. Em suas análises, o autor complementa esta teoria com o argumento de que não basta o reconhecimento deste fato pelos intelectuais desta área ou pelos educadores e a tomada de posição de tentativa de mudança, se não houver uma conscientização sobre a hegemonia da ideologia da classe dominante, com o intuito da manutenção da estratificação de classes sociais, implícita em pequenos gestos que realizamos no nosso cotidiano.

De acordo com Apple, o comportamento dos elementos envolvidos no processo de ensino nas escolas transmitem uma cultura aos alunos que mantém uma ordem imposta pela elite dominante, através de atitudes muito provavelmente bem intencionadas, consideradas adequadas dentro do senso comum e reproduzem, dessa maneira, o sistema já existente, o que é inegável no âmbito das Forças Armadas. Há modelos de coragem e virtude que perduram através dos tempos, recriam mitos e contribuem com a manutenção da cultura e do espírito militar.

Entretanto, a partir desta teoria crítica do campo do currículo, acredito na importância de aprimorar conscientemente nossa interpretação a respeito das concepções que percebem a Educação apenas como veículo de uma ideologia, interessante à classe que detém o poder em nossa sociedade, de forma explícita ou implícita no trabalho dos educadores, no âmbito escolar e, ainda, a partir dessa consciência, deliberar ações que iniciem um processo de mudança dessa ordem de fatos, pois entendo que a História é

¹⁰² APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*, p. 87.

construída pelos indivíduos e que temos nossa parcela de responsabilidade em alterar o rumo dessa História.

Também acredito que o interesse geral pelo campo do currículo extrapola o âmbito da simples negação do fato de que é um instrumento utilizado na dominação de uma classe oprimida; sua interferência no processo de ensino pode estar articulada à necessidade de dar prática à crítica.

Traldi, ao relacionar o termo “Currículo” à Educação, considera que houve variações desta aplicação, nos diferentes enfoques que foram dados à escola e à educação, nas diferentes épocas, de acordo com o contexto histórico do momento. Ela ressalta também que: *“o Currículo tradicionalmente significou uma relação de matérias ou disciplinas, com seu corpo de conhecimentos organizados seqüencialmente em termos lógicos.”*¹⁰³

Podemos relacionar essa afirmação de Traldi com as mudanças dos Currículos dos Cursos da AFA, na medida em que identificarmos como certas alterações, ou até mesmo as indefinições destes Currículos, possuem uma direta ligação com o contexto histórico de suas épocas; podemos citar como exemplo, a maneira como era definida a formação dos Oficiais, durante a II Grande Guerra, de forma mais rápida e operacional, e como passou a ser, após o fim desta Guerra, quando se iniciou a trajetória de uma formação mais completa desses Oficiais, porém sem tanta precisão sobre como seria sua atuação depois de formado. A partir deste momento, houve sempre uma busca de definição sobre que disciplinas devem compor os Currículos dos Cursos de formação dos

¹⁰³ TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*, p. 23.

Oficiais da Força Aérea, de acordo com os diferentes contextos da sociedade em que estão inseridos. E percebemos que essa polêmica está distante de ser equalizada, até porque a realidade é dinâmica e dialética, e visa responder às demandas do momento histórico que se apresenta.

Utilizando outros termos, mas apresentando explicações que, em minha interpretação, podem ser entendidas como uma definição própria para “Currículo”, Machado, em um trabalho desenvolvido na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP)¹⁰⁴, expõe uma percepção muito interessante, quando define “planejamento” como um momento de reflexão, uma análise realizada sobre uma situação, ou ainda, um “*momento de criação*”; e define Projeto ou Plano como o resultado da reflexão, realizada através de registros, ou seja, um documento. Em minha interpretação, à luz da própria autora,¹⁰⁵ relaciono a explicação dada com duas etapas que seriam passos na determinação de um Currículo (que também poderia ser chamado de Plano ou Projeto).

Já observando a análise feita no trabalho de Saviani¹⁰⁶:

*(...) a noção de currículo, desde a origem da aplicação desse termo à educação escolar, liga-se às idéias de: controle do processo pedagógico; estabelecimento de prioridades segundo as finalidades da educação, de acordo com o público a que se destina e com os interesses dos atores em disputa; ordenação, seqüenciação e dosagem dos conteúdos de ensino*¹⁰⁷.

¹⁰⁴ MACHADO, Lourdes Marcelino. *Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas*, p. 43.

¹⁰⁵ Em um ponto mais adiante, numa frase retirada do texto da autora: “*Ora, o principal na universidade é a produção e difusão do saber científico. Esse é o fim a atingir e a fonte para elaboração dos métodos e das formas de organização do conjunto das atividades, isto é, do currículo.*”. MACHADO, Lourdes Marcelino. *Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas*, p. 47.

¹⁰⁶ Em seu trabalho, Nereide Saviani analisou várias linhas, de vários autores, em relação ao assunto que desenvolveu. Baseada neste conjunto de teorias apontou para algumas definições e conclusões, das quais lanço mão neste trabalho, dentro de uma seleção dos pontos mais relevantes ao tema que abordo, compreendendo ainda minha concepção em relação a este tema.

¹⁰⁷ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 60.

Isso mostra, então, que a definição de um Currículo Escolar implica o envolvimento de vários setores e que este deve ser definido levando-se em conta diferentes aspectos que caracterizam cada item citado no texto de Saviani, como por exemplo “*o público a que se destina*”. Neste item podemos ainda pensar em várias questões que o envolvem: a questão psicológica, idade, classe social, os interesses que mobilizam este público, etc. De acordo com esta análise, pode-se também observar que:

(...) a elaboração do currículo consiste numa seleção de elementos da cultura, passíveis (e desejáveis) de serem ensinados/aprendidos na educação escolar. Trata-se de uma espécie de conversão da cultura em “cultura escolar”, com a organização dos conteúdos culturais segundo prioridades determinadas e sua disposição para fins de ensino.¹⁰⁸

Podemos verificar, então, que o Currículo Escolar não está desvinculado do universo em que está inserido; ele relaciona-se com o contexto ao qual pertence, tirando deste contexto os elementos que definirão sua composição e aplicação e, ao mesmo tempo, devolvendo uma influência que mantém ou modifica tal situação em vigência. Além disso, percebe-se que a elaboração de um Currículo não ignora o fim a que ele se destina e a quem se destina. Não se pode deixar de considerar aspectos relacionados às características dos elementos que receberão o saber transmitido nas atividades eleitas em um Currículo.

É por isso que a redefinição do currículo da AFA foi e continua sendo tão questionada, pois se os objetivos não estão muito claros; se docentes, discentes e especialistas expõem opiniões contrárias às mudanças à “toque de caixa” e, ainda assim, nem critérios são mudados ou reavaliados à luz da angustiante realidade, é porque alguns importantes interesses podem estar sendo garantidos, ainda que sob a máscara da padronização militar dos comportamentos.

¹⁰⁸ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 48.

Sob essa mesma concepção, encontramos em Traldi, a relação entre a ênfase dada aos Currículos e momentos históricos da sociedade em que estes são concebidos, o nível de desenvolvimento e a cultura desta sociedade:

É assim que o Currículo de um país será visto numa linha de “continuum” em seu desenvolvimento seqüencial através dos tempos, com as características mais marcantes de suas revisões contínuas respondendo ou acompanhando mudanças, representando, deste modo, o Currículo, a educação sistematizada e organizada, a fim de atender às necessidades e aos interesses de uma dada sociedade ou cultura, ao mesmo tempo que procurará atender aos interesses e às necessidades dos educandos dessa mesma cultura¹⁰⁹.

Nesta perspectiva de atendimento ao contexto no qual se encontra inserido, o Currículo da AFA expressa não apenas a preocupação para com a formação dos futuros Oficiais que irão atuar na Força Aérea, cumprindo um papel de combatente, na defesa do espaço aéreo brasileiro, mas também a necessidade sentida pelo Alto Comando de estar preparando esses Oficiais para atuar administrativamente nas Unidades para as quais irão se destinar, num momento em que não se prioriza a formação operacional, direcionada para uma atuação em combates. Reiteramos, entretanto, a necessidade de um delineamento mais claro sobre os fins a que se destinam tantas mudanças e, por conseguinte, sobre as conseqüências dos ajustes de improviso.

Traldi faz uma análise, abordando as preocupações de alguns autores, nos Estados Unidos, em relação à definição de Currículo, de acordo com o momento em que estes autores fizeram estas abordagens. Nesta análise, ela ressalta os nomes de Krug e Anderson, como sendo autores que restringiram o termo Currículo “à situação escola”, pois o definiram a partir das atividades desenvolvidas na Escola pelos educandos, assim

¹⁰⁹ TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*, p. 29.

como também valorizaram em seus trabalhos a experiência vivida pelo aluno, ocorrida em um “*ambiente organizado*”.¹¹⁰

Logo após, ela inclui nomes de autores, Smith, Stanley e Shores, que colocaram uma nova problemática, apesar de ainda estarem na “*linha da experiência*”, enfocando a importância de se analisar o momento histórico e a concepção de Educação, chamadas por eles de “*tendências da educação*”, para se definir então o caminho do Planejamento da Escola.¹¹¹

Traldi apresenta, também, como uma “*significativa*” contribuição ao seu trabalho, a definição constante em documentação própria da UNESCO, que engloba, de acordo com o que define na noção de Currículo, uma preocupação com vários aspectos, no que tange aos métodos, às estratégias, às atividades e aos fins da Educação. A definição apresenta-se da seguinte forma: “*Currículo são todas as experiências, atividades, materiais, métodos de ensino e outros meios empregados pelo professor ou considerados por ele para alcançar os fins da educação.*”¹¹²

Assim como o Currículo Escolar não está desvinculado do universo em que está inserido, da mesma forma podemos relacionar a noção de Disciplinas Escolares, quando analisadas sob o enfoque de componente curricular. Na visão de Saviani, é “*a ligação de conhecimentos de certo domínio ou área do saber*” e que “*a história tem*

¹¹⁰ TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*, p. 37.

¹¹¹ TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*, p. 37.

¹¹² TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*, p. 38.

demonstrado, no entanto, é que, no geral, as disciplinas escolares supõem, mais que aquisição de saber, a formação de hábitos (...).”¹¹³

Verifica-se que as Disciplinas escolares, considerando a formação de hábitos, refletem, então, uma influência no modo de vida de uma sociedade, relacionando-se, ainda, com os aspectos culturais, como confirma Saviani: “*existe reciprocidade de influências entre as disciplinas escolares e a cultura da sociedade*” e, ainda,

*Por não se restringir à transmissão de saberes – isto é, por voltar-se também para a formação de hábitos, atitudes, habilidades, valores, convicções etc – é que a escola exerce esse poder criativo de, encarnando os conteúdos culturais, traduzi-los nas disciplinas escolares, que os transformam num tipo peculiar de saber, o **saber escolar**, capaz de interferir na cultura da sociedade.¹¹⁴*

Sob essa perspectiva, que percebe as disciplinas escolares enquanto parte principal dos Currículos Escolares, pode-se estimar a importância do momento de definição das Disciplinas que compõem um determinado Currículo, bem como adquire elevado grau de importância a definição de determinados conteúdos que deverão ser estudados em cada Disciplina.

Se partirmos, então, da premissa de que o Currículo Escolar, assim como seus componentes, neste caso destacando as disciplinas escolares, sempre é definido de acordo com a finalidade do Curso ou do ensino e que se relaciona com o contexto em que está inserido, até mesmo dentro de um certo limite, influenciando esse contexto; considerando, ainda, que numa sociedade nunca há somente uma maneira de pensar, de olhar o mundo, não há uma homogeneidade de interesses, podemos considerar que

¹¹³ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 55.

¹¹⁴ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 58.

ocorrerão conflitos na definição de um Currículo. Desta forma, compreendemos, então, que “*enquanto construção social, o currículo resulta de processos conflituosos e de decisões negociadas*”, e que

*Tanto por estar diretamente ligado a questões do conhecimento – que se produz, se reproduz, se firma e se supera na polêmica, no enfrentamento conflituoso peculiar à luta de idéias – quanto pelas dimensões de poder inerentes à sua elaboração e aplicação, o currículo é sempre produto de contendas, de disputas, de debates, em vários níveis...*¹¹⁵

Desse ponto de vista, podemos concluir que os Currículos Escolares estarão sempre num estado de transitoriedade, serão sempre alvo de grupos com diferentes interesses ou objetivos, que disputarão a sua hegemonia, para que neste Currículo predomine o que se acredita neste grupo e, assim, poderá ocorrer de, num Currículo, estarem presentes parcelas de componentes escolhidos a partir de “*soluções negociadas*” como destaca Saviani.

Trazendo esta reflexão ao momento atual da definição do Currículo, com o objetivo da implantação do Curso de Administração na AFA, pode-se estabelecer uma visão mais clara em relação aos conflitos gerados nesse processo, entre os setores que participam da elaboração deste Currículo, como foi descrito no Capítulo anterior, definindo a relação de Disciplinas e a carga horária destinada para cada uma delas. Houve até mesmo uma tentativa de disseminar a idéia de que os militares deveriam se render ao modelo preestabelecido de uma Faculdade civil particular, numa completa distorção da noção de espaço público e privado, e não os novos professores civis, agora incorporados à vida da

¹¹⁵ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 50.

caserna, que deveriam rever seus métodos e técnicas, buscando aprimorar-se diante do contato com essa nova realidade.

Na medida em que cada setor buscava defender seu espaço, conquistando uma considerável parcela do tempo destinado ao Curso para a realização das Disciplinas de sua área, estava defendendo também a hegemonia de sua linha de pensamento, da maneira como acreditava que deveriam ser delineadas as ações em relação à formação do futuro Oficial da Força Aérea Brasileira. Esse “cabo-de-guerra”, não apenas intelectual, mostrou que é natural ao ser humano lutar pelo seu espaço conquistado, pelo reconhecimento de seu trabalho e pela manutenção de seu prestígio e poder (mesmo que num nível micro). As relações intersubjetivas se enfraquecem quando espaços de poder são questionados e essa linha tênue é transposta.

Uma análise importante, realizada por Saviani, e que se insere na perspectiva segundo a qual desenvolvo este trabalho, diz respeito à existência de “(...) *uma tendência na elaboração de currículos, a se seguirem normas, critérios, modelos mundiais (...)*.”¹¹⁶ Nesta análise, a autora reflete sobre algumas descobertas, baseadas em pesquisas de variados autores, que confirmam a “*hipótese de visão de estandarização institucional*”, ou seja, a elaboração dos currículos escolares é realizada muito mais dentro de perspectivas de interesses de uma ordem mundial do que interesses do próprio país, seja na escolha das Disciplinas, na definição dos conteúdos e, até mesmo, na maneira como são transmitidos estes conteúdos, mas, principalmente, na finalidade do Ensino, nos seus mais variados níveis. Já foi dito em outro momento que, ao mesmo tempo em que a identidade do militar

¹¹⁶ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 50.

brasileiro encontra-se num momento de indefinição, parece-me que os novos referenciais que norteiam as constantes mudanças curriculares estão atendendo a interesses supranacionais, visando a burocratização de nossas Forças Armadas e a desmilitarização dos nossos combatentes.

Baseando-nos nesse enfoque, podemos propor um questionamento sobre a preocupação existente neste momento em acrescentar o curso de Administração na formação dos Oficiais da Força Aérea Brasileira. Acaso não se estaria atendendo às prerrogativas que emanam do processo civilizatório forjado pelos países centrais, cujas ingerências sugerem o desarmamento para os países periféricos, mas reservando-se o direito de, cada vez mais, evoluir na direção do progresso bélico e do controle unilateral?

Como fonte importante desta reflexão, posso citar a Tese de Doutorado de Oliveira, que dando continuidade à reflexão iniciada em sua Dissertação de Mestrado, desenvolveu uma pesquisa voltada para a formação do “*Líder Guerreiro*”. Segundo Oliveira,

O fim da Guerra Fria pela vitória dos Estados Unidos com o colapso da ex-União Soviética apresentava uma tendência na política de defesa para o Brasil e o restante da América Latina em preterir o aparelhamento de suas Forças militares, legando-lhes o papel de forças de polícia e entregando a esfera de defesa da América Central e Sul para o comando das forças militares norte-americanas.¹¹⁷

Oliveira também faz uma reflexão, com a qual estou de acordo, sobre as conseqüências da inserção do Curso de Administração, na formação dos Oficiais da Aeronáutica, com a diminuição da carga horária das Disciplinas voltadas para o preparo

¹¹⁷ OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Gogoy Torres de. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*.

destes Oficiais em situações de combate, ressaltando que, mesmo se o emprego da Força estiver direcionado para uma ação de defesa interna, este preparo estará comprometido.

Como exemplo da necessidade de um preparo militar dos Oficiais das Forças Armadas, e especificamente dos Oficiais da Força Aérea Brasileira, pode-se ressaltar a situação de nossa Floresta Amazônica, tão almejada e disputada, que sofre constantes invasões e deteriorações: como estarão preparados os combatentes para a defesa desta preciosa parcela do território brasileiro? Haverá, no futuro de nossa floresta, o mesmo que houve no passado com o nosso ouro, nossa cana, nossa madeira?

Acredito que boa parte dos educadores envolvidos em processos de elaboração de Currículos assimile algumas determinações no desenvolvimento de seu trabalho, o que se efetiva como consequência de interesses maiores que envolvem a questão curricular, mas, provavelmente, sem estar conscientes da real implicação de seus atos.

Não desejo fazer nesse trabalho uma apologia aos preceitos da guerra e tudo o mais que ela sugere, mas também entendo que não podemos, nos dias atuais, considerar ingenuamente, numa grosseira deformação romântica, que é plausível a um país prescindir de suas Forças Armadas e ficar totalmente vulnerável à ação, ao domínio e ao controle do processo de globalização, que tem conduzido ao enfraquecimento dos Estados-Nações e interferido na política interna dos diversos países.

Como autêntica pacifista que sou, também gostaria de viver em um mundo sem violência e disputas de poder, mas, até que ponto a constante afirmação e veiculação da imagem do Brasil como um país pacífico e avesso a embates militares não é proposital e

ideológica?¹¹⁸ A quem interessa que não estejamos sempre alertas e preparados para a defesa e o ataque? O brasileiro não deveria ser visto apenas como o amante do futebol e do carnaval, que exporta belezas tropicais e para onde se destinam os turistas endinheirados, cujos cidadãos dão um “jeitinho” em tudo e, nesse sentido, são menos patriotas que os cidadãos do Primeiro Mundo.

3.3 A CONSTRUÇÃO DE UM CURRÍCULO ESCOLAR

Segundo Saviani, a organização de um Currículo Escolar varia de acordo com a “*concepção que se tem de currículo e as prioridades que se estabelecem para o eixo estruturador de seu conteúdo.*”¹¹⁹ Ela define, como possíveis variações, os enfoques que priorizam: “ ‘o aluno e o cotidiano da sala de aula’; ‘a socialização do saber elaborado’; ‘as exigências de formação do homem contemporâneo’ e ‘o desenvolvimento cognitivo do aluno e os processos de formação/aquisição dos conceitos científicos pelos escolares.’ ”¹²⁰

Entre esses diferentes enfoques definidos por Saviani, podemos verificar que dois deles (‘a socialização do saber elaborado’ e ‘as exigências de formação do homem contemporâneo’), apesar de algumas diferenças, possuem pontos em comum: a preocupação com o “*atendimento às necessidades da sociedade, refletem sobre que tipo de*

¹¹⁸ Uma reflexão semelhante pode ser encontrada no trabalho de Oliveira: OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*, p.19

¹¹⁹ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 143.

¹²⁰ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 143, 144, 145, 146 e 147. De acordo com a abrangência que pretendo dar a este trabalho, determinei como pontos de referência para desenvolver os aspectos necessários para o entendimento a que pretendo chegar, o enfoque dado à “socialização do saber elaborado” e “as exigências de formação do homem contemporâneo”.

indivíduo deve ser formado para tal propósito”¹²¹ e a valorização sobre a determinação dos conteúdos que serão selecionados para um Currículo. Para o primeiro, a importância do conteúdo existe sob o ponto de vista de que, através do conhecimento, da socialização do saber, será possível alcançar-se a democracia e a transformação da sociedade e, para o segundo, o conhecimento gera o desenvolvimento da sociedade e, através da transmissão deste conhecimento nas escolas, será garantida a continuidade desse desenvolvimento.

De acordo com Saviani:

*A predominância de aspectos lógicos no tratamento do conteúdo do ensino assume características novas a partir da década de 60 deste século, com o surgimento de preocupações ligadas à elaboração dos currículos (“ou planos de estudos”) segundo a estrutura das disciplinas escolares.*¹²²

A autora ainda expõe que este enfoque maior nos conteúdos veio contrapor uma tendência predominante na época, que seria justamente o contrário: o destaque maior para as preocupações voltadas para os métodos e processos que eram utilizados nas escolas.

Nesta perspectiva, em que o conteúdo possui um valor relevante, os autores que defendem esta idéia procuram, como podemos confirmar nos dizeres de Saviani, “romper com a visão de que é mais importante ‘o como se aprende’ do que ‘o que se aprende.’”¹²³ Eles buscam manter o equilíbrio sobre a importância dada a esses dois fatores, visto que, se nos preocupamos em selecionar um conteúdo importante para ser transmitido, não podemos deixar de buscar a melhor maneira de transmiti-lo.

¹²¹ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 150.

¹²² SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 171.

¹²³ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 159.

De acordo com Saviani, os argumentos que são utilizados para justificar a mudança no enfoque dos Currículos Escolares estão ligados:

(...) às significativas transformações sofridas pelo mundo das ciências, das técnicas, das artes, da cultura em geral, destacando-se: o vertiginoso aumento dos conhecimentos; as mudanças na sua produção e sistematização; a rápida obsolescência de fatos, informações e mesmo de técnicas e instrumentos.¹²⁴

Ainda nesse contexto da valorização do conteúdo, num processo de elaboração curricular, podemos destacar o quão fundamental se torna a escolha das Disciplinas que farão parte da composição do Currículo. Neste sentido, Saviani nos mostra que as disciplinas escolares e seus respectivos programas devem ser organizados de forma clara, de acordo com o papel de cada uma na educação do indivíduo. Além disso, ela destaca a importância da “*estruturação das disciplinas escolares*”, em um determinado Curso, no que diz respeito à “*ordenação e entrelaçamento das disciplinas*”, ou seja, diante da complexidade do conteúdo das Disciplinas, é preciso que se analise a distribuição correta dessas em cada série do curso, qual deve ser a carga horária ideal para cada uma, os métodos e técnicas que serão utilizados para o desenvolvimento do ensino dessas Disciplinas e a distribuição do conteúdo de uma Disciplina em unidades ou temas.

Neste mesmo sentido, podemos destacar, ainda, a argumentação de Raphael, em parte do seu texto, em que aborda o tema sobre fundamentos para a compreensão de um Curso:

¹²⁴ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 172.

A organização de um curso supõe a ordenação curricular, de modo a possibilitar ao aluno a reconstrução do conhecimento humano, bem como o avanço desse conhecimento através do domínio de instrumentos de pesquisa. Essa ordenação se dá tanto no sentido horizontal (inter e transdisciplinaridade) quanto no sentido vertical (existência de pré-requisitos e seqüência lógica).¹²⁵

No entanto, Raphael ressalta: para que possa haver uma ordenação adequada das Disciplinas em um Currículo Escolar, de modo que este Currículo atinja o objetivo da formação do indivíduo, com determinadas características, é preciso que se tenha muito claro como deve ser este indivíduo, que perfil ele deve apresentar ao final desse Curso.

Em relação aos Cursos realizados na AFA, pode-se constatar que, ao longo da trajetória de sua existência, as modificações que foram sendo implantadas não acatavam os princípios previamente definidos sobre o perfil esperado para esses Oficiais, na atuação que desenvolvem depois de formados. O processo se deu sempre na ordem invertida dos fatos, ou seja, antes de se conduzir uma reflexão sobre o perfil desejado para o Oficial da Força Aérea Brasileira, dentro de suas especificidades, destacando como deve ser sua atuação, no intuito de cumprir seu papel na sociedade brasileira, implantam-se as alterações na composição dos Currículos.

Oliveira apresenta uma análise, levando à constatação de que certas alterações contradizem os documentos oficiais, nos quais existem determinações sobre as ações esperadas das Forças Armadas, como no caso da aprovação do Documento da Política de Defesa Nacional, onde se define, segundo sua investigação, a necessidade de

¹²⁵ RAPHAEL, Hélia Sonia. *Considerações sobre as atividades de curso como veículo de construção curricular*, p. 58.

existência de um aparato militar capaz de defender nossas fronteiras e nossa soberania, mesmo vivendo em tempos de paz.¹²⁶

Machado aponta para questões que considera básicas na elaboração de um projeto, as quais considero também adequadas para a elaboração de um Currículo: **“Quais as razões?”**, ou seja, delimitar a justificativa deste projeto; **“Por quê? Qual o Problema? Qual a situação a ser enfrentada e modificada?”**, o que diz respeito a uma análise da realidade existente e à discriminação de qual é a realidade desejada. Neste ponto, a autora afirma que um projeto deve estar sempre vinculado aos interesses da Instituição da qual faz parte, estar sempre relacionado às finalidades da Instituição. **“Para quê?”**, neste ponto explica-se que deve haver clareza sobre o que se deseja, não pode haver dúvidas sobre a finalidade do projeto. **“Como?”**, seria a escolha de atividades ou ações adequadas, no sentido de se atingir o objetivo traçado anteriormente. **“Quando?”**, estimativa do tempo necessário para as atividades elencadas, visando atingir os objetivos. **“Quanto custa?”**, é importante que se analisem as condições materiais e financeiras, antes de se colocar em prática um projeto, ou isto poderá custar o seu fracasso. **“Valeu a pena?”**, através de um processo de avaliação poder-se-á identificar se os resultados foram positivos ou não.¹²⁷

Essas etapas descritas por Machado, as quais considero de extrema importância num processo de elaboração curricular, não têm sido respeitadas nos vários momentos em que se deram as alterações curriculares dos Cursos da AFA, como já pudemos verificar no Capítulo anterior deste Trabalho, provocando, desta forma, várias distorções ou impasses em torno da questão de qual seria o Currículo ideal para a formação

¹²⁶ OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Godoy Torres de. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*.

¹²⁷ MACHADO, Lourdes Marcelino. *Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas*, p. 43 e 44.

dos Oficiais da Força Aérea Brasileira. Não existem dados concretos que demonstrem as verdadeiras razões das definições estabelecidas nestes diferentes contextos, onde os Currículos foram sendo modificados, ou pelo menos dados que comprovem estar-se atendendo aos valores ideais que se espera de um Oficial de uma Força Armada, com o propósito de preservação da soberania de nossa nação.

Além disso, pode-se verificar que a falta de um projeto, pensado e embasado de forma coerente, provoca uma série de distúrbios estruturais e administrativos, como foi o caso da contratação dos novos professores, necessários a partir da implantação do novo Curso, que se deu após o início deste, causando uma sobrecarga de aulas para alguns Professores já atuantes na Academia.

Buscando um entendimento da situação da escola, dentro de um contexto atual, Machado aponta para algumas interferências externas que podem provocar um movimento no sistema de ensino, ou numa instituição de ensino, colocando a necessidade de reformas curriculares, que visam “*reforçar os vínculos das agências educativas com o setor produtivo e a sociedade em geral.*”¹²⁸ Neste sentido, ela aponta para riscos que se colocam, em prejuízo da Educação, que seria um afastamento das finalidades de uma Instituição de ensino, centralizando-se num enfoque para os meios ou as técnicas, o que pode causar então, a perda do que deve ser o “*norteador das atividades educativas*”.

A Sociedade, sob o ponto de vista da classe econômica dominante, necessita de profissionais, indivíduos tecnicamente preparados para uma busca de aperfeiçoamento e desenvolvimento, no sentido de garantir o poder econômico dessa classe dominante e, para

¹²⁸ MACHADO, Lourdes Marcelino. *Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas*, p. 51.

isso, deposita na Educação a missão do direcionamento na formação, que ela elege como a ideal, para esses profissionais e indivíduos. Porém, a função da Escola, de preparar o indivíduo de acordo com o contexto de sua época, não deve estar atrelada aos interesses de certa parcela da população, mas sim buscar que ele possua uma visão clara sobre a realidade e que os conhecimentos por ele adquiridos torne-o capaz de atuar nesta realidade de forma consciente e responsável, comprometido com os verdadeiros anseios da Sociedade.

É nesse mesmo sentido a reflexão de Vale, em um diálogo com um grupo de professores e alunos, quando aborda a relação da formação profissional e o planejamento de um curso. Ele acrescenta que a *“função básica da escola é hoje preparar o aluno intelectual e politicamente para ser contemporâneo de sua época”*, mas considera como um aluno preparado aquele que está *“a par das ferramentas intelectuais disponíveis para melhor compreender o mundo.”*¹²⁹

Saviani detectou, em suas análises, pontos em comum defendidos por todos os autores por ela estudados, que valorizam a importância na definição dos conteúdos em relação à elaboração de um Currículo Escolar. Em todos eles, há um reconhecimento de que a *“organização do saber escolar”* está intimamente ligada às

*condições e finalidades sociais e envolve aspectos ligados ao sujeito que aprende, ao objeto a ser aprendido/ensinado e ao trabalho pedagógico necessário para que se realize a aprendizagem, segundo finalidades mais amplas da sociedade e as específicas da escola.*¹³⁰

¹²⁹ VALE, José Misael Ferreira. *As atividades do seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?*

¹³⁰ SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*, p. 214.

Possivelmente, nem sempre haja clareza das reais finalidades de um determinado Curso, de uma Instituição de ensino, ou até mesmo de um sistema de ensino para todos os elementos envolvidos no processo de elaboração de um currículo; mas, acredito que, sendo de forma explícita ou implícita, as finalidades devem ser precisamente definidas e, para que sejam atingidas, requerem um currículo elaborado de forma eficiente para sua tarefa. Acredito também que as finalidades gerais do Ensino vão muito além dos limites de uma instituição, pois elas estão relacionadas às finalidades de um âmbito muito maior, um âmbito que não está delimitado nem mesmo pelas fronteiras de uma nação, pois traz consigo interesses de ordem mundial.

Machado, apontando para uma análise realizada por Sanchez Vasquez, sobre o posicionamento do homem em relação às finalidades, destaca que:

*(...) o homem ao se propor finalidades para a sua ação assume uma 'atitude em face da realidade', os objetivos que o homem se propõe atingir são, também, expressão de uma necessidade humana, 'não se trata só de prefiguração ideal ou do que está por vir, mas sim de algo que queremos que venha'.*¹³¹

Esta afirmação de Vasquez, direcionada ao estudo dos Currículos Escolares, faz-me compreender que, ao traçar as finalidades que devem ser atingidas em um curso ou em uma instituição de ensino, não se deve defini-las somente levando-se em conta uma realidade já existente para o aluno que queremos formar, mas sim prepará-lo, por meio da educação de um aluno crítico e participante de sua própria história, para intervir nesta realidade. Contudo, a missão do educador é a de preparar o indivíduo para uma intervenção baseada em princípios de interesse da humanidade e da justiça, sem colocar à frente os interesses individuais ou de uma parcela menor da sociedade.

¹³¹ MACHADO, Lourdes Marcelino. *Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas*, p. 52.

Raphael, realizando uma análise sobre a construção curricular, destaca qual deve ser o “*principal parâmetro a nortear a doutrina de um curso*”. Ela também aponta para a definição das finalidades, como sendo esse “*parâmetro*” que irá nortear a elaboração de um Currículo Escolar. Porém, acrescenta que esta finalidade está relacionada não só com a preocupação com o perfil que se espera do aluno depois de formado, no que diz respeito ao desenvolvimento de aspectos individuais e profissionais, mas também deve ter como alvo a atuação deste indivíduo ou deste profissional na Sociedade em que vive e com os interesses desta Sociedade. Segundo a autora: “*o curso deve oferecer condições para que o indivíduo por ele formado venha a atingir a auto-realização, a qualificação para o trabalho, a cidadania, entre outros alvos.*”¹³²

Raphael também toca num ponto muito importante para uma análise referente ao meu objeto de estudo, qual seja, o aspecto legal. Segundo seu depoimento, que veio confirmar uma informação à qual eu já havia tido acesso, a legislação nos apresenta regras que, apesar de visarem a garantia de uma “*unidade nacional*”, nos cursos de nosso sistema de ensino, oferece a oportunidade de as diferentes instituições oferecerem uma diversidade em seus currículos, para poderem suprir necessidades peculiares a cada instituição.¹³³ De acordo com esta exposição da autora, reafirmo a importância de se garantir, em um Currículo Escolar, que as necessidades de uma Instituição, sejam estas em virtude da localização da Instituição ou outras, como no caso de uma instituição militar que possui necessidades muito peculiares, devem ser supridas.

¹³² RAPHAEL, Hélia Sonia. *Considerações sobre as atividades de curso como veículo de construção curricular*, p. 55.

¹³³ RAPHAEL, Hélia Sonia. *Considerações sobre as atividades de curso como veículo de construção curricular*, p.55.

Finalizando, considero como uma necessidade urgente a revisão das posturas adotadas em relação à formação dos Oficiais da Aeronáutica, a fim de se encontrar um caminho que leve ao verdadeiro destino de um militar da Força Aérea Brasileira, através da política educacional estabelecida nas escolas desta Força.

CONCLUSÃO

Retomando numa análise o percurso percorrido desde o nascimento das idéias que resultaram na decisão de desenvolver este trabalho até o presente momento, quando me encontro no processo de finalização de minha pesquisa e da sistematização desta, através da dissertação, muita mudanças ocorreram.

Meu olhar sobre o objeto que me propus analisar sofreu constantes alterações, a cada novo fato ocorrido, a cada livro que li e ainda leio, em interlocuções que realizo com pessoas do meu convívio ou com amigos que se propõem a ajudar na exploração das idéias que permeiam as minhas indagações.

No início só havia o problema: as constantes alterações curriculares na instituição em que atuava, a AFA, com as quais eu convivia na minha rotina de trabalho e muito me causava incômodo, pois ficava à procura de tentar entender o “por quê”.

Nas primeiras hipóteses, após a leitura de Sodré, por quem passei a ter grande admiração, pois não imaginava existir figuras como ele na história militar do nosso país, focalizei minhas atenções na identidade militar.

Comecei a relacionar as deficiências na definição dos caminhos a serem seguidos na formação dos cadetes com uma identidade deturpada da figura do militar em nosso país. Também associei a falta de identidade do militar que, pela não participação em batalhas e pelo desvirtuamento de suas atribuições, em períodos de intervenções na vida política do país, perdeu-se de suas reais funções.

Porém, nesse percurso, senti que meu trabalho era deficiente na relação do problema que eu havia detectado inicialmente com as leituras que eu vinha realizando.

Nesse momento um encontro me ajudou. Numa interlocução com o Prof. Dr. José Luiz Vieira de Almeida, consegui fazer uma retomada do foco principal que eu havia ressaltado inicialmente, trazendo à tona as alterações nos currículos dos cursos da AFA, porém com uma relação mais concreta com o contexto histórico.

A partir de então minha percepção da questão militar, vinculada a acontecimentos desde o Brasil Colônia até os dias atuais, e uma maior compreensão desta evolução histórica foram se ampliando. Pude, então, perceber com mais clareza a razão de fatos que ocorrem hoje na Academia e sua relação com a situação político-econômica que vivemos na atualidade. Acredito ter sido capaz, apesar das deficiências de uma pesquisadora iniciante, de estabelecer um fio condutor de análise sobre a implantação de um Curso de Administração numa instituição militar, para Oficiais de quadros com funções, teoricamente, opostas aos objetivos deste Curso específico.

Sob este ponto de vista, aprimorado com leituras recomendadas, passei a desenvolver uma nova interpretação da realidade, porém continuo estabelecendo uma correlação com a hipótese inicial, relativa à identidade militar, pois considero que os fatores interferentes do sistema vigente em nossa sociedade deixam marcas profundas no perfil do militar a ser formado em nossas Forças Armadas.

Quero salientar, ainda, um aspecto importante aos leitores desta Dissertação sobre a posição que ocupei em relação ao objeto em questão. Tenho consciência de que esta posição, como em qualquer caso da relação sujeito-objeto, interfere na concepção que

desenvolvi sobre a Instituição em estudo, pois estava totalmente inserida e envolvida com todos os fatos citados na tessitura deste texto. Avalio que esta situação seja de extrema importância e deve ser considerada durante a leitura e análise deste texto.

Muito ainda tenho a amadurecer, em todos os sentidos, desde o aprimoramento na interpretação das leituras, até na teorização de minhas conclusões. Por isso, não considero como acabado este texto, tanto porque as análises aqui estabelecidas evocam muitas outras, quanto pela própria realidade, que é dinâmica e historicamente determinada. Nesse sentido, é importante acrescentar nessas palavras finais que, neste momento, encontro-me em outra condição de quando iniciei o trabalho, pois não estou mais vinculada ao quadro de oficiais temporários da FAB. A saída compulsória da instituição obrigou-me a repensar novos caminhos e me distanciou um pouco do objeto da pesquisa, visto que não ocorreu sem os traumas do desatamento de um laço afetivo. Acredito que não ocorreu apenas a perda pessoal, mas também um prejuízo para o setor no qual atuava, visto que, após nove anos de atuação, já havia acumulado experiências que auxiliavam no trabalho diário e contribuía com a historicidade da unidade. Enfim, foi preciso tomar novo fôlego para terminar este trabalho, já que a preocupação com a realidade da AFA só se fez aumentar, permitindo-me até visualizar uma possível continuidade para esse trabalho acadêmico. Com certeza outras mudanças ainda ocorrerão e suscitarão novos debates acerca desse tema.

Nossa preocupação também esteve voltada para a singular relação entre civis e militares no âmbito da Divisão de Ensino da AFA, porque foi possível perceber o quanto algumas vezes, especialmente civis, ficaram muito fortes e ao mesmo tempo tão dissonantes e, ainda assim, contaram com o apoio e/ou conivência de grande parte dos

militares envolvidos, que aceitaram uma situação negativa para o cadete e se curvaram diante das ingerências de determinados sujeitos que, ao que parece, tentaram diminuir a distância entre o público e o privado dentro da AFA. É salutar lembrar que uma Força Armada sempre foi uma instituição pública, submetida apenas aos desígnios do Estado, detentor legítimo do monopólio dos meios de coerção.

Diante desse contexto, a aparente calma que ambienta os corredores da AFA e das demais instituições que estão envolvidas com esse processo de alterações curriculares, esconde os conflitos que se acirraram, tanto entre civis e militares, como entre os próprios companheiros de grupo que se mostram descontentes com os rumos que as mudanças tomaram. Muitos subgrupos se formaram, especialmente entre os docentes, pois sabe-se que a união de iguais aumenta sua força e sua possibilidade de intervenção na realidade.

Quanto aos cadetes, os sinais de desgaste causados pela rotina estafante de aulas e provas já são evidentes: as médias ficaram mais baixas e houve um aumento considerável de exames e segundas épocas, até em disciplinas que tradicionalmente reprovam pouco, além da apatia perceptível em sala de aula. Ao que tudo indica, os cadetes aprenderam a lidar com as prioridades e passaram a se dedicar mais às disciplinas nas quais têm maior dificuldade para que, dessas, se isentem já na primeira oportunidade. Quanto às demais, consideradas mais fáceis de estudar individualmente, fazem o que é possível e se dedicam depois, se ficarem de exame.

O que me angustia nessa etapa derradeira da pesquisa é pensar em quais serão as conseqüências dessa delicada formação, pois acredito que, quer como administradores ou como militares, os futuros oficiais, hoje em processo de formação,

poderão chegar em suas unidades de destino despreparados para o efetivo exercício de sua função e, por conseqüência, menos envolvidos com os objetivos da Força Aérea.

Reafirmo minha crença numa formação acadêmica mais voltada para os interesses da própria FAB, sem que haja tanta preocupação com cursos e currículos do meio civil, visto que a LDB preconiza essa autonomia. Mais do que este aspecto legal, não é possível esquecer que o objetivo principal de uma escola militar é a formação do oficial preparado para a defesa da nação, e esta formação requer especificidades.

Desta forma, espero que as análises aqui apresentadas tragam uma efetiva contribuição, tanto na definição sobre a formação dos Oficiais na Academia da Força Aérea, quanto na aproximação do meio acadêmico com um assunto pouco explorado até hoje, mas que é de total interesse da sociedade brasileira e, por isso, merece investigações aprimoradas e criteriosas que contribuam para esclarecer os caminhos pelos quais transita a Educação Militar em nosso país.

FONTES

ACADEMIA DA FORÇA AÉREA. *Planos gerais de ensino da Academia da Força Aérea dos anos: 1973, 1974 e 1975.*

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica 36-4, de 02 out 1998. *Padrão de Desempenho de Especialidade para o Quadro de Oficiais de Infantaria.* Brasília, 02 out 1998.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-5, de 11 maio 1999. *Padrão de Desempenho de Especialidade para o Quadro de Oficiais Intendentes.* Brasília, 11 maio 1999.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando-Geral do Pessoal. Manual do Comando da Aeronáutica (MCA) 36-6, de 12 abr 2002. *Padrão de Desempenho de Especialidade para o Quadro de Oficiais Aviadores.* Brasília, 12 abr 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-113, de 21 mar 2002. *Currículo Mínimo do Curso de Oficiais Aviadores.* Brasília, 21 mar 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-66, de 21 mar 2002. *Currículo Mínimo do Curso de Oficiais Intendentes.* Brasília, 21 mar 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-89, de 21 mar 2002. *Currículo Mínimo do Curso de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica.* Brasília, 21 mar 2002.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado Maior da Aeronáutica. *Glossário da Aeronáutica*. Brasília: 2001. (MCA 10-4).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. *Planos de Unidades Didáticas - Curso de Formação de Oficiais Aviadores*. Pirassununga: 2003. (MCA 37-42).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. *Planos de Unidades Didáticas - Curso de Formação de Oficiais Intendentes*. Pirassununga: 2003. (MCA 37-41).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Academia da Força Aérea. *Planos de Unidades Didáticas - Curso de Formação de Oficiais de Infantaria*. Pirassununga: 2003. (MCA 37-43).

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 37-6). *Elaboração do plano de avaliação*. Brasília, 27 ago. 1998.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Departamento de Ensino da Aeronáutica (ICA) 37-91, de 12 abr. 2001. *Elaboração de planos de trabalho escolar*. Brasília, 12 abr. 2001.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. *Memória dos cursos da Academia da Força Aérea*. Brasília.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando Geral de Pessoal. *Currículo da Academia da Força Aérea de 16 jan 1978*. Brasília, 16 jan 1978.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-11, de 04 jan. 1983. *Avaliação do Ensino*. Brasília, 12 nov. 1992.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-10, de 02 maio 1983. *Conceituações básicas em ensino*. Brasília, 02 maio 1983.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Ensino da Aeronáutica. Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA) 37-4, de 28 dez. 2000. *Instrução de elaboração e revisão de currículos mínimos*. Brasília, 28 dez 2000.

BRASIL. Ministério da Defesa. *Política de defesa nacional*. Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br>>. Acesso em: 01 fev.2006.

Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999 (ART 18).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APPLE, Michael W. *Ideologia e currículo*. Porto: Porto Editora, 1999.

CARDOSO, C. F. S. *Uma introdução à história*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARVALHO, José Murilo. *Forças armadas e política no Brasil*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2005

CASTRO, Celso. *O espírito militar – um estudo de antropologia social na Academia Militar das Agulhas Negras*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

GUALAZZI, Ilacyr Luiz. *O oficial subalterno da Força Aérea Brasileira: uma contribuição ao estudo do seu perfil*. 1985. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba, 1985.

HUNTINGTON, Samuel P. *O soldado e o estado: teoria e política das relações entre civis e militares*. Tradução por José Lívio Dantas. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1996.

JANOWITZ, M. *O soldado profissional: estudo social e político*. Tradução por Donaldson M. Garschagen. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

LUDWIG, A. C. W. *Análise dos fins educacionais relativos aos cursos de formação de oficiais aviadores e intendentes*. Piracicaba, SP: 1981.

MACHADO, Lourdes Marcelino. Atividades curriculares: questões instrumentais e reflexivas. In: *V Circuito PROGRAD: As atividades de seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?* Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo: PROGRAD, 1996.

OLIVEIRA, Tânia Regina P. de G. T. *Ensino de história militar: uma análise centrada na concepção do ensino de história na formação dos oficiais da Força Aérea Brasileira*. 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2001.

OLIVEIRA, Tânia Regina Pires de Gogoy Torres de. *O estudo da guerra e a formação da liderança militar brasileira (1996-2004)*. 2004. Tese (Doutorado em Educação)- Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2004.

OUTHWAITE, William e BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Tradução por Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

RAPHAEL, Hélia Sonia. Considerações sobre as atividades de curso como veículo de construção curricular. In: *V Circuito PROGRAD: As atividades de seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?* Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo: PROGRAD, 1996.

ROMANELLI, Otaíza de O. *História da educação no Brasil (1930/1973)*. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

SAVIANI, Nereide. *Saber escolar, currículo e didática: problemas da unidade conteúdo/método no processo pedagógico*. Campinas, SP: Autores Associados, 1994.

SCHAFF, Adam. *História e verdade*. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1983

SODRÉ, N. W. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

TAKAHASHI, Emília Emi. *Homens e mulheres em campo: um estudo sobre a formação da identidade militar*. 2002. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

TRALDI, Lady Lina. *Currículo: conceituação e implicações*. São Paulo: Atlas, 1977.

VALE, José Misael Ferreira. As atividades do seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado? In: *V Circuito PROGRAD: As atividades de seu curso atendem ao perfil do profissional a ser formado?* Universidade Estadual Paulista, Pró-Reitoria de Graduação. São Paulo: PROGRAD, 1996.

WANDERLEY, Nelson Freire Lavenére. *História da Força Aérea Brasileira*. 2.ed. Rio de Janeiro: Gráfica Brasileira Ltda, 1975.



ANEXOS